

CONVENIOS DEL AÑO 1994
DEL 76 AL 97

**CONSULTA JURIDICA
CONVENIOS SUSCRITOS DURANTE 1994
VA DEL 076 AL 097 .**



076/94
SEPLAN-PR/IICA
BRASIL

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE A SEPLAN-PR/PNUD/IICA

O Projeto BRA 92/025 (de agora em diante referido "PROJETO") é executado pelo Governo Brasileiro, através da Secretaria de Planejamento e Avaliação (SPA) da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN-PR), sendo financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

O Projeto, representado pelo Secretário da SPA, Dr. Ricardo Nunes de Miranda, deseja aditar o contrato de serviços com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com sede na SHIS QI 05 Conjunto 09, Bloco "D", Comércio Local, Brasília (DF), legal e estatutariamente representado pelo seu Representante no Brasil, Dr. Victor Eduardo Machinea, responsável pela realização do trabalho. Desta maneira, propõem para sua aceitação o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

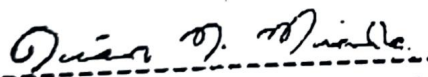
As partes acordam em prorrogar o prazo de vigência do Convênio original ora aditado para 26 (vinte e seis) de março de 1994 (hum novecientos e noventa e quatro).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO:

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Convênio original ora aditado, não modificadas pelas do presente Termo Aditivo:

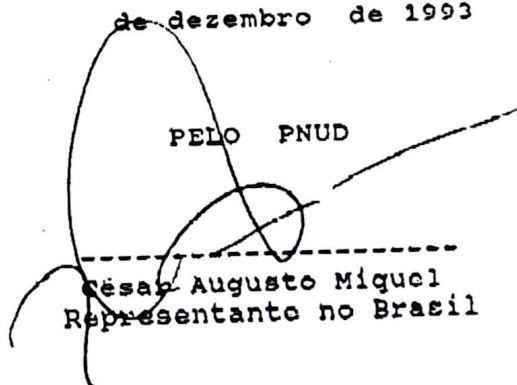
Brasília, de dezembro de 1993

PELA SPA



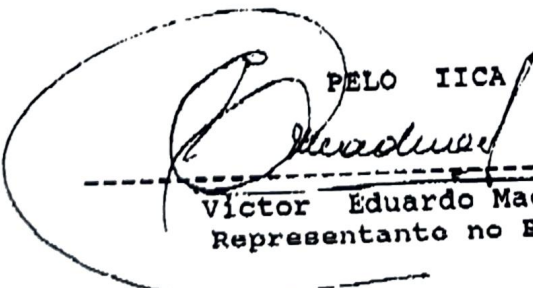
Ricardo Nunes de Miranda
Secretário da SPA

PELO PNUD



César Augusto Miguel
Representante no Brasil

PELO IICA



Victor Eduardo Machinea
Representante no Brasil

077/94
MAARATIKA
BRASIL

Cópia - com NTC ASSINAR

OITAVO TERMO ADITIVO
ACORDO/MARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA/GM Nº

Boleta 21884/93

(MARA I)

OITAVO TERMO ADITIVO AO ACORDO CELEBRADO EM
04 DE OUTUBRO DE 1990, PUBLICADO NO DIÁRIO OFI
CIAL DA UNIÃO DE 05 DE OUTUBRO DE 1990, QUE EN
TRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO
ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITU
TO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICUL
TURA, OBJETIVANDO O REPASSE DE NOVOS RECURSOS
DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA PARA APOIO EM ASSUNTOS AGROPECUÁRIOS.

Aos dias do mês de do ano de 1992 (mil novecentos e
noventa e dois) o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da
Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51 situado na Esplanada dos
Ministérios, representado neste ato pelo Secretário Executivo Bene
dito Rosa do Espírito Santo, residente e domiciliado no Distrito
Federal, portador da Carteira de Identidade nº 324.4241 IFP/RJ e
CPF nº 311.697.597-34, nos encargos de Secretário Executivo, no uso
de suas atribuições, e o Instituto Interamericano de Cooperação pa
ra a Agricultura, organismo vinculado à Organização dos Estados A
mericanos, C.G.C. nº 00640.110000118, situado na SHIS QI-05 Cj. 09
Bloco "D" Comércio Local, doravante denominado IICA, representado
pelo seu Representante Adjunto no Brasil Dr. Mário Infante, resi
dente e domiciliado na SQS-314 Bloco-D aptº 105, portador da
Carteira de Identidade nº P-199/91, órgão expedidor MRE e CPF: Ise
nto, no uso das suas atribuições conferidas pelo Acordo Básico en
tre o Governo do Brasil e o IICA, resolvem celebrar o presente TER
MO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-
Lei nº 2.300, de 21/11/86 e suas alterações no que couber, bem co
mo do Decreto nº 93.872, de 23/12/86 e da IN/SFN nº 03, de 22/12/
90, mediante as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo re-
passar recursos conforme o Cronograma de Desem-
bolso em anexo, que passa a fazer parte inte-
grante do Plano de Trabalho do Acordo celebra-
do em 04 de outubro de 1990, para a continuida
de dos trabalhos de cooperação técnica para
apoio em assuntos agropecuários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA E E-
CONÔMICA DA DESPESA

A despesa do Ministério com a execução do ACOR-
DO MARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA/GM Nº 01/
90 - MARA I, no presente exercício correrá a
conta da Atividade 22101.04009.0040.2009.0010
Coordenação do Planejamento - Coordenação Seto-
rial. Elemento de Despesa 3450-39 Outras Despe-
sas Correntes Transferências a Instituições
Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pes-
soa Jurídica no valor de Cr\$ 1.400.000.000,00
(Hum bilhão e quatrocentos milhões de cruzei-
ros).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Cláusulas do ACORDO MARA/ASSE-
SORIA INTERNACIONAL/IICA/GM Nº 01/90 - MARA I-
COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA APOIO EM ASSUNTOS AGRO-
PECUÁRIOS, não atingidas pelo presente instru-
mento, ficam ratificadas.


CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO será publicado em ex-
trato, no Diário Oficial, devendo ocorrer no
prazo de 20 (vinte) dias.

ma.


E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Benedito Rosa do Espírito Santo
Secretário Executivo


Mário Infante
Representante Adjunto
do IICA no Brasil

TESTEMUNHAS:

Nome: Luiz Fernando R.H. Rodrigues
CI. nº 382.219 - SSP/DF


Nome: Luiz Carlos Santhiago
CI. nº 339.690 - CRC/RJ-T-DF

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO

01- MODALIDADE : () CONVENIO () TERMO ADITIVO () REPROGRAMAÇÃO PT-01 FOLHA

02- CONTROLE : DATA / / PROPONENTE PT.Nr. FOLHA
UF PROCESSO

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente IICA-Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura C. G. C. 00640110/0001/18

Endereço

QI-05 Conjunto-09 Bl-"D" Lago Sul - Comércio Local -

Cidade Brasília UF DF CEP 70.000 CDD/Telefone 248.5477 Esfera Adm.

Conta Corrente 75.316/7 Banco Brasil Agencia 3129-1 Praça de Pagamento Brasília - DF

Nome do Responsável Luiz Carlos Santhiago Fontes C. P. F. 333.934.187/49

C.I./Orgão Exped. Ministério da Fazenda Cargo Administrador Função Administrador Matrícula 12.0004

Endereço QI-05 Conjunto-09 Bl-"D" Lago Sul - Comércio Local C.E.P.

Orgão/Entidade Interveniante Esfera Adm.

Endereço C.E.P.

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo ATIVIDADE: 22101.04009.0040.2009.0010- Coordenação do Planejamento - Coordenação Setorial Período de Execução Início NOV/92 Término DEZ/92

04- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Descrição Alocação de Recursos para Desenvolvimento do "Projeto de Cooperação Técnica para apoio em Assuntos Agropecuários" - Durante o exercício de 1992.

05- IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Descrição Programa de desenvolvimento de mecanismos no tratamento de Assuntos internacionais de interesse do MAARA, nos seguimentos de Cooperação técnico-científica, comércio exterior e cooperação econômico-financeira.

Identificação das Partes: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

FOLHA
DE

06-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta	Etapa/ Fase *	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Qtde	Início	Término
a		Recopilação e atualização das negociações multilaterais e bilaterais do Brasil vinculadas com o setor agropecuário e agroindustrial			NOV	DEZ/92
b		Organização e participação em foros nacionais sobre temas específicos de influência nas negociações de produtos agropecuários e agroindustriais no comércio exterior			NOV	DEZ/92
c		Análise e acompanhamento dos desdobramentos dos mercados nacionais e internacionais por "commodities", (produto).			NOV	DEZ/92
d		Análise de políticas agrícolas e legislações dos principais parceiros brasileiros (CEE, EUA, JAPÃO).			NOV	DEZ/92
e		Acompanhamento e assessoramento ao CONAGRI e às Câmaras Setoriais			NOV	DEZ/92
f		Estabelecimento de programas de cooperação com organismos internacionais multilaterais			NOV	DEZ/92
g		Estabelecimento de programas de cooperação com organismos bilaterais			NOV	DEZ/92
h		Organização de sistema de acompanhamento e avaliação de cooperação bilateral e multilateral.			NOV	DEZ/92
i		Organização e definição de mecanismos de negociação com organismos financeiros multilaterais.			NOV	DEZ/92
j		Participação em foros nacionais e internacionais sobre financiamento externo			NOV	DEZ/92
k		Análise de possibilidades de alteração de capitais de risco externo			NOV	DEZ/92
l		Identificação e elaboração de projetos prioritários com requerimento financeiro			NOV	DEZ/92
m		Organização, promoção e participação de eventos internacionais			NOV	DEZ/92
n		Acompanhamento dos compromissos financeiros junto a organismos, entidades e programas in-			NOV	DEZ/92

4
WC

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 SUBSECRETARIA GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

IDENTIFICADOR DO PROJETO: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA - MAARA e o INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

PI 02

COLM
 DE

PROPOSTA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa, etc.)

Meta : Etapa : Especificação
 : Fase :

Indicador Físico
 Unidade : Qtd

Duração
 Início : Término

o Implantação do Sistema de Informação para a Política Agrícola (SIAPA), computadorizado, que, em sua primeira etapa, se compõe dos países do Cone Sul

NOV DEZ/92

p Manutenção do SIAPA

NOV DEZ/92

Handwritten signature

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA - MAARA e o INSTITUTO INTERAMERICANO DE CO-OPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

PT-03

FOLHA DE

07-PLANO DE APLICAÇÃO (Cr\$ 1.000,00)

Natureza da Despesa		Total	Ministerio	Proponente
Código	Especificação			
3450-39	Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica	1.400.000	1.400.000	
TOTAL GERAL		1.400.000	1.400.000	

08-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Cr\$ 1.000,00)

nr. da Meta	Proponente Ministério (Sigla)	Total da Participação Financeira	Valores das Parcelas Trimestrais				
			I	II	III	IV	
a a p	MAARA	1.400.000				1.400.000	
TOTAL		Proponente	1.400.000				1.400.000
		Ministério					

Local e Data

[Handwritten Signature]

CONVENIO IICA/MARA (ASSESSORIA INTERNACIONAL)

RECURSOS LIBERADOS EM 04.12.92	-	<u>CR\$ 160.000.000,00</u>
*Custo folha de pagamento out/92	-	CR\$ 136.851.143,73
**Custo 3 agrônomos/Uruguaiana/Set/92	-	CR\$ 5.942.784,96
FGTS - outubro/92	-	CR\$ 12.167.885,86
Golden Cross - novembro/92	-	CR\$ 6.985.961,63
CUSTO TOTAL	-	CR\$ 161.947.776,18
*SALDO DOS RECURSOS LIBERADOS EM 04.12.92	-	(CR\$ 1.947.776,18)

- * A FOLHA INCLUI SOMENTE PESSOAL NACIONAL QUE TRABALHA NA ASSESSORIA INTERNACIONAL, PORTANTO NÃO FORAM PROJETADOS NOS CÁLCULOS, E EM CONSEQUENCIA, NÃO FORAM PAGOS 4 (QUATRO) FUNCIONÁRIOS ORIUNDOS DO ANTIGO CONVÊNIO IICA/SUPLAN/AGROENERGIA.
- ** PENDENTE DE PAGAMENTO CONFORME AUTORIZADO MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO

078/94
MAARA/ICA
BRASIL

NONO TERMO ADITIVO

ACORDO/MARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA/GM/Nº

Pol. 21884/93

70/...
COLETA 14182



CÓDIGO DO CONTRATO / ADUSTE		
U. F.	CONTRATO	ADUSTE
DF	0666709	

NONO TERMO ADITIVO AO ACORDO CELEBRADO EM 04 DE OUTUBRO DE 1990, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 05 DE OUTUBRO DE 1990, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, OBJETIVANDO O REPASSE DE NOVOS RECURSOS DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA APOIO EM ASSUNTOS AGROPECUÁRIOS.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 1992 (mil novecentos e noventa e dois) o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51 situado na Esplanada dos Ministérios, representado neste ato pelo Secretário Executivo Benedito Rosa do Espírito Santo, residente e domiciliado no Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade nº 324.4241 IFP/RJ e CPF nº 311.697.597-34, nos encargos de Secretário Executivo, conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 277 de 03/11/92, publicada no D.O.U. de 05/11/92, no uso de suas atribuições, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos, CC nº 00640.110000118, situado na SHIS QI 05 Cj. 09 Bloco "D" Comércio Local, doravante denominado IICA, representado pelo seu Representante Adjunto no Brasil Dr. Mário Infante, residente e domiciliado na SQS 314 Bloco "D" Apt. 105, portador da Carteira de Identidade P-199/91, órgão expedidor MRE e CPF: Isento, no uso das atribuições conferidas pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA, solvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-Lei nº 2.300, de 21/11/86 e suas alterações, no que couber, bem como do Decreto nº 93.872, de 23/12/86 da IN/SFN nº 03, de 22/12/90, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

[Handwritten Signature]

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

O presente TERMO ADITIVO tem por objetivo repasar recursos conforme o Cronograma de Desembolso em anexo, que passa a fazer parte integrante do Plano de Trabalho do Acordo celebrado em 04 de outubro de 1990, para a continuidade dos trabalhos de cooperação técnica para apoio em assuntos agropecuários.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

A despesa do Ministério com a execução do ACORDO MARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA/GM Nº 01/90 - MARA I, no presente exercício correrá a conta da Atividade 22101.04009.0040.2009.0012 Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional. Elementos de Despesa 3450-39 Outras Despesas Correntes Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica no valor de Cr\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do ACORDO MARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA/GM nº 01/90 - MARA I - COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA APOIO EM ASSUNTOS AGROPECUÁRIOS, não atingidas pelo presente instrumento, ficam ratificadas.

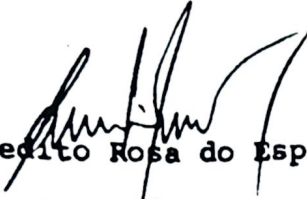
CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO


O presente TERMO ADITIVO será publicado em extrato, no Diário Oficial, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

[Handwritten Signature]




E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.


Benedito Rosa do Espírito Santo
Secretário Executivo


Mário Infante
Representante Adjunto de
IICA no Brasil

TESTEMUNHAS:


Nome: Luiz Carlos Santhiago
CI nº 339.690 - CRC/RJ-T-DF



MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL
COORDENACAO GEN. DE ORCAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICACAO

01- MODALIDADE () CONVENIO () TERMO ADITIVO () REPROGRAMACAO | PT-01 | FOLHA DE

02- CONTROLE DATA / / UF | PROPONENTE | CODIGO DO CONTRATO | ANO | DATA | VALOR |

DI 106/92
DI 106/92

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente IICA - Instituto Interamericano de | C. R. C. |
Cooperação para a Agricultura | 00640110/0001/18

Endereço QI-05 Conjunto-09 Bl-"D" Lago Sul - Comércio Local

Cidade Brasília | UF DF | CEP 70.000 | RDD/Telefone 248.5477 | Esfera Adm.

Conta Corrente 75.816/7 | Banco Brasil | Agencia 3129.1 | Praça de Pagamento Brasília - DF

Nome do Responsável Luiz Carlos Santhiago Fontes | C. P. F. | 1333.934.187/49

C.T./Orgão Exped. Ministério da Fazenda | Cargo Administrador | Função Administrador | Matrícula 12.0004

Endereço QI-05 Conjunto-09 Bl"D" Lago Sul - Comércio Local | C.E.P.

Orgão/Entidade Interviente | Esfera Adm.

Endereço | C.E.P.

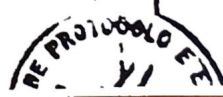
Código - Especificação do Projeto/Atividade/Substituto | ATIVIDADE: | Período de Execução | Início | Término |
2210:1.04009.0040.2009.0012 Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional | NOV/92 | DEZ/92

04-JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Descrição Alocação de Recursos para Desenvolvimento do "Projeto de Cooperação Técnica para apoio em Assuntos Agropecuários" - Durante o exercício de 1992

05-IDENTIFICACAO DO OBJETO

Descrição: Programa de desenvolvimento de mecanismos no tratamento de Assuntos Internacionais de interesse do MAARA, nos seguimentos de Cooperação técnico-científica, com



Identificação das Partes: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

PT-02
 FOLHA DE

100-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta / Etapa / Fase	Especificação	Indicador Físico Unidade / Qtd	Duração Início / Término
a	Recopilação e atualização das negociações multilaterais e bilaterais do Brasil vinculadas com o setor agropecuário e agroindustrial.		NOV DEZ/92
b	Organização e participação em foros nacionais sobre temas específicos de influência nas negociações de produtos agropecuários e agroindustriais no comércio exterior.		NOV DEZ/92
c	Análise e acompanhamento dos desdobramentos dos mercados nacionais e internacionais por "commodities", (produto).		NOV DEZ/92
d	Análise de políticas agrícolas e legislações dos principais parceiros brasileiros (CEE, EUA, JAPÃO)		NOV DEZ/92
e	Acompanhamento e assessoramento ao CONAGRI e às Câmaras Setoriais		NOV DEZ/92
f	Estabelecimento de programas de cooperação com organismos interacionais multilaterais.		NOV DEZ/92
g	Estabelecimento de programas de cooperação com organismos bilaterais.		NOV DEZ/92
n	Organização de sistema de acompanhamento e avaliação de cooperação bilateral e multilateral.		NOV DEZ/92
i	Organização e definição de mecanismos de negociação com organismos financeiros multilaterais.		NOV DEZ/92
j	Participação em foros nacionais e internacionais sobre financiamento externo		NOV DEZ/92
k	Análise de possibilidades de alteração de capitais de risco externo.		NOV DEZ/92
l	Identificação e elaboração de projetos prioritários com requerimento financeiro.		NOV/DEZ/92

4PE

Handwritten signatures and initials.



Identificação das Partes: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

PT-02

FOLHA
 DE

104-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta Etapa/ Especificação	Indicador Físico	Duração
Fase #	Unidade Qtd	Início Término
m Organização, promoção e participação de eventos internacionais		NOV. DEZ/92
n Acompanhamento dos compromissos financeiros junto a organismos, entidades e programas internacionais.		NOV DEZ/92
o Implantação do Sistema de Informação para a Política Agrícola (SIAPA), computadorizado, que, em sua primeira etapa, se compõe dos países do Cone Sul		NOV DEZ/92
p Manutenção do SIAPA		NOV DEZ/92

4/PE

[Handwritten signatures]

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL
 COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS



PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMACAO FÍSICA

Identificação das Partes: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

PT-02

FOLHA
 DE

07-PLANO DE APLICACAO (Cr\$ 1.000,00)

Matéria da Despesa		Total	Ministerio	Proponente
Código	Especificação			
3450-39	Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica	500.000	500.000	
TOTAL GERAL		500.000	500.000	

08-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Cr\$ 1.000,00)

nr. da Nota	Proponente Ministério (Sigla)	Total da Participação Financeira	Valores das Parcelas Trimestrais			
			I	II	III	IV
a	MAARA	500.000				500.000
TOTAL						
	Proponente Ministério	500.000				500.000

Local e Data

[Signature]
 Ministério

[Signature]
 Proponente

079/94
MAARA/ICA
BRASIL

Del. 21884/93

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO ACORDO CELEBRADO EM 04 DE OUTUBRO DE 1990 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 05 DE OUTUBRO DE 1990, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA-IICA, OBJETIVANDO O REPASSE DE NOVOS RECURSOS PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O APOIO EM ASSUNTOS AGROPECUÁRIOS.

Aos dias do mês de do ano de 1993 (mil novecentos e noventa e três) O Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51, situado na Esplanada dos Ministérios, representado neste Ato pelo Secretário-Executivo BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO, residente e domiciliado no Distrito Federal, portador da Carteira de Identidade nº 324.4242 IFP/RJ e CPF nº 311.697.597-34, conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 277, de 03.11.92, publicada no D.O.U. de 05 de 11.92, no uso de suas atribuições, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos, CGC nº 00640.10000118, situado na SHIS QI 05 Cj. 09 Bloco "D" Comércio Local, doravante denominado IICA, representado pelo seu Representante Adjunto no Brasil, Dr. MÁRIO INFANTE, residente e domiciliado na SQS 314, Bloco "D", aptº 105, portador da Carteira de Identidade nº -199/91, órgão expedidor ME, e CPF: Isento, no uso das atribuições conferidas pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-Lei 2.300, de 21.11.86 e suas alterações, no que couber, bem como o Decreto nº 93.872, de 23.12.86 e da IN/SFN- nº 03, de 22.12.90, mediante as cláusulas e condições seguintes:



21

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente TERMO ADITIVO visa repassar recursos, conforme o Cronograma de Desembolso, em anexo, qua passa a fazer parte do Plano de Trabalho integrante do Acordo MAARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA Nº DF/0676/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

A despesa do MINISTÉRIO com a execução do acordo MAARA/ASSESSORIA INTERNACIONAL/IICA nº DF/0676/00, no presente exercício, correrá à conta da dotação alocada no Projeto/Atividade 22101 04 009 0040.2009.0012 Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional, Elemento de Despesas 3450.39 - Outras Despesas Correntes- Transferência a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Empenho nº de de de 1993 - valor de CR\$ (6.600.000.000,00) Seis Bilhões, e seiscentos milhões de cruzeiros).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente Acordo será rescindido em 30 de junho do corrente ano, atendendo aos critérios acordados entre o Ministério e o IICA, visando à reformulação da Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO


Todas as demais Cláusulas do Acordo não atingidas pelo presente instrumento ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

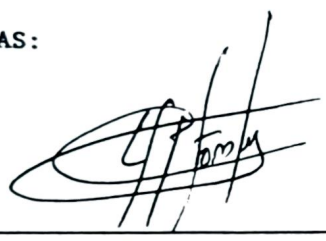
O presente TERMO ADITIVO será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

BENEDITO ROSA DO ESPIRÍTO SANTO
Secretário-Executivo/MAARA


VICTOR EDUARDO MACHINEA *Mario Rufano*
Representante do IICA *representante do IICA*
no Brasil *IICA Bras*

TESTUNHAS:



MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO

01- MODALIDADE : () CONVENIO () TERMO ADITIVO () REPROGRAMAÇÃO ; PT-01 ; FOLHA DE
02- CONTROLE : DATA / / ; PROPONENTE PT.Nr. ; 01 - 04
UF ; PROCESSO

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente ; C. G. C.
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA ; 00.640110/0001/18

Endereço
QI. 05 CJ. 09 Bloco "D" Lago Sul - Comercio Local

Cidade ; UF ; CEP ; DDD/Telefone ; Esfera Adm.
Brasília ; DF ; 70.000 ; 248.5477 ;

Conta Corrente ; Banco ; Agencia ; Praça de Pagamento
75.816-7 ; Brasil ; 3129-1 ; Brasília-DF

Nome do Responsável ; C. P. F.
LUIZ CARLOS SANTIAGO FONTES ; 333.934.187/49

C.I./Orgão Exped. ; Cargo ; Função ; Matricula
Ministerio da Fazenda ; Administrador ; Administrador ; 12.0004

Endereço ; C.E.P.
QI. 05 Cj. 09 Bl. "D" Lago Sul - Comércio Local ; 70.000

Orgão/Entidade Interveniente ; Esfera Adm.

Endereço ; C.E.P.

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo ; Período de Execução
22101 04 009 0040.2009.0012 Coordenação do Planejamento ; Início ; Término
Ação Interinstitucional. ; JAN/93 ; JUN/93

04-JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Descrição - Alôcação de Recursos para Desenvolvimento do "Projeto de Cooperação" Técnica para apoio em Assuntos Agropecuário durante o exercício de 1993

05-IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Descrição - Programa de Desenvolvimento de mecanismos no tratamento de Assuntos Internacionais de interesse do MAARA, nos seguimentos de cooperação técnica - científica, comércio exterior e cooperação econômica-financeira

Identificação das Partes: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA-MAARA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA-IICA:

PT-02

FOLHA
 DE

02.03

06-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ Fase :	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Qtde	Início	Término
a	Organização e participação em foros nacionais sobre temas específicos de influência nas negociações de produtos agropecuários e agroindustriais no comércio exterior.			JAN/93	JUN/93
b	Estabelecimento de programas de cooperação com organismos internacionais multilaterais.			JAN/93	JUN/93
c	Estabelecimento de programas de cooperação com organismos bilaterais.			JAN/93	JUN/93
d	Organização de sistema de acompanhamento e avaliação de cooperação bilateral e multilateral.			JAN/93	JUN/93
e	Participação em foros nacionais e internacionais sobre financiamento externo.			JAN/93	JUN/93
f	Organização, promoção e participação de eventos internacionais.			JAN/93	JUN/93

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes: - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA - MAARA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

PT-03

FOLHA DE

90 - 04

07-PLANO DE APLICAÇÃO (Cr\$ 1.000,00)

Natureza da Despesa

Código	Especificação	Total	Ministerio	Proponente
3450.39	Outros Serviços de Terceiros - PESSOA JURÍDICA	6.600.000	6.600.000	
TOTAL GERAL		6.600.000	6.600,00	

08-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Cr\$ 1.000,00)

nr. da Meta	Proponente Ministério (Sigla)	Total da Participação Financeira	Valores das Parcelas Trimestrais			
			I	II	III	IV
1ª	MAARA	6.600.000		6.600.000		
TOTAL				6.600.000		
	Proponente					
	Ministério	6.600.000		6.600.000		

Local e Data
 Ministério

Mario Infante
 Proponente **Mario Infante**
 Representante Adjunto
 IICA Brasil

[Handwritten signature]

080/94
MAARA/IICA
BRASIL



BoI 21884/93

PUBLICADO NO D.O.U. DE 21, 01, 93
PÁGINA 1045

CÓDIGO DO CONVÊNIO / ADIT		
U. F.	S. SEQUENCIA	T. ADIT
DF	0676	08

EXTRATO

- a) ESPÁCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Convênio MARA/DENACCOOP No. 676/90, entre si, celebra o Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, assinado em 31/12/92.
- b) OBJETIVO: Visando a formulação, implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.
- c) CRÉDITO: MARA - à conta da Atividade 22101.0401B0110.2451.0002 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Cooperativismo em Projetos Especiais - Elemento de Despesa - 3450.39 - Transferência a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Empenho No. 92NE00328 de 31/12/92 - DENACCOOP.
- d) VALOR: Ministério - Cr\$ 2.800.000.000,00 (Dois Bilhões e Oitocentos Mil Cruzeiros).
- e) PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/94.
- f) ASSINATURAS: Benedito Rosa do Espírito Santo - Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - Victor Eduardo Machinea - Presidente do IICA no Brasil.

Ficou em...

8
TERMO ADITIVO Nº /92

CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA nº DF-0676/00/90

TERMO ADITIVO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO
ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
PARA A AGRICULTURA, VISANDO A FORMULAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
COOPERATIVISMO EM ÁREAS DE REFORMA
AGRÁRIA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano
de mil novecentos e noventa e dois, o Ministério da Agricultura,
do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51,
situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", nesta Capital,
doravante denominado **MINISTÉRIO**, representado neste ato pelo
Dr. Benedito Rosa do Espírito Santo, residente e domiciliado
nesta Capital, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade
nº 3.244.241, órgão expedidor IFP/RJ e CPF nº 311.697.597-34, nos
encargos de Secretário Executivo, conforme delegação de
competência conferida pela Portaria Ministerial nº 277, de 03 de
novembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 05 de
novembro de 1992 e o Instituto Interamericano de Cooperação para
a Agricultura, organismo vinculado a Organização dos Estados
Americanos, CGC nº 00.640.110000118, situado à SHIS - QI 05,
Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local - Brasília - DF, doravante
denominado **IICA** representado pelo seu Representante no Brasil Sr.
Victor Eduardo Machinea, residente e domiciliado à SDS 314 Bloco
D Aptº 204, portador da Carteira de Identidade nº P-10991, órgão
expedidor MRE e CPF: Isento, no uso das atribuições conferidas
pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e do IICA, resolvem
celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, sujeitando-se os convenientes,
às normas do Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86 e suas alterações,
no que couber, bem como do Decreto nº 93.872, de 23.12.86 e da
IN/SFN nº 03, de 27.12.90, mediante as cláusulas e condições
seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **TERMO ADITIVO** visa:

a) repassar recursos, conforme o Cronograma de
Desembolso, em anexo, que passa a fazer parte do Plano de
Trabalho integrante do **CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA Nº**
DF/0676/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E
ECONÔMICA DA DESPESA

MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA Nº DF/0676/90 para o presente exercício, será no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (Dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) correrá à conta da dotação alocada no Projeto/Atividade 22101.0401801102451.0002 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Cooperativismo em Projetos Especiais. Elemento Despesa: 3450-39 - Transferência à Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Empenho nº de/...../.....


CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO


Todas as demais cláusulas do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA Nº DF/0676/00/90, não atingidas pelo presente Instrumento ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.


Benedito José do Espírito Santo
Secretário Executivo
do Ministério


Victor Eduardo Machinea
Representante do IICA
no Brasil

Testemunhas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO

01- LOCALIDADE : () CONVÊNIO (X) TERMO ADITIVO () REPROGRAMAÇÃO : PT-01 : FOLHA 1 DE 3

02- CONTROLE : DATA / / PROPONENTE PT.Nr. :
 UF PROCESSO :

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente:
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

CODIGO DO CONVÊNIO	10/0001-10
DATA DE EMISSÃO	11/01/92
DIF10671608	

Endereço
 SMIS - 01 05 - Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local

Cidade : UF : CEP : DDD/Telefone : Esfera Ado.
 Brasília : DF : 71.600 : 248-5807 : Org. Internacional

Conta Corrente : Banco : Agência : Praça de Pagamento
 75.825-X : do Brasil : 1004-9 : Brasília-DF

Rua do Responsável : C. P. F.
 Victor Eduardo Archinea : Isento

C.I./Orgão Expedidor : Cargo : Função : Matrícula
 F-10951 - BAE : Representante do IICA no Brasil : Repres. do IICA no Brasil :

Endereço : C.E.P.
 SBS 314 - Bloco B - Aptº 204 : 70.624

Orgão/Entidade Interviente : Esfera Ado.
 :

Endereço : C.E.P.
 :

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo : Período de Execução
 22101.04012011024510002 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Cooperativismo em : Início : Término
 Projetos Especiais. : 12/92 : 12/94

04-JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Descrição: O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, tem por objetivo estimular e promover o desenvolvimento das atividades agrícolas nos Estados Americanos através da pesquisa, ensino e divulgação na teoria e prática da agricultura, bem como de outras artes e ciências correlatas. Este convênio proporcionará o cumprimento do estabelecido nos objetivos do IICA, bem como permitirá a SNAFA e ao DEBACODP cumprir de forma mais ágil, suas obrigações legais e regimentais, contando com o concurso de uma instituição de renome internacional e com técnicos de mais alto nível profissional e intelectual.

05-IDENTIFICAÇÃO DE OBJETO

Descrição: O presente convênio tem por objetivo apoiar o Ministério na formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PI-02

FOLHA
 2 DE 3

04-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa / Fase :	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Qtd.	Início	Término
01	Formulação do "Programa Nacional de Financiamento dos PAM's nas áreas reformadas e de colonização".	Proj.		12/92	12/94
02	Análise e aprovação do programa por parte das autoridades da SNARA.	Proj.		12/92	12/94
03	Elaboração de uma proposta de modelo institucional para a gestão das ações de desenvolvimento rural nas áreas reformadas.	Proj.		12/92	12/94
04	Análise e aprovação da proposta por parte das autoridades da SNARA e outras entidades participantes.	Proj.		12/92	12/94
05	Formulação de projetos de investimentos para o BID ou outras fontes financeiras.	Proj.		12/92	12/94
06	Formulação de projetos rural nas áreas reformadas e de colonização.	Proj.		12/92	12/94
07	Execução dos projetos formulados com recursos nacionais.	Proj.		12/92	12/94
08	Avaliação e reformulação de Programa e do modelo institucional com base na experiência obtida durante a formulação e execução dos projetos.	Proj.		12/92	12/94
09	Colocar em ação o programa de capacitação na formulação e execução de projetos.	Proj.		12/92	12/94
10	Avaliação de algum projeto para sistematizar a experiência adquirida.	Proj.		12/92	12/94
11	Estabelecimento de um sistema de informações.	Proj.		12/92	12/94
12	Apoio ao DENACOP na organização de cooperativas e associações dos produtores das áreas reformadas.	Proj.		12/92	12/94
13	FRUFEX - Programa de Apoio a Produção e exportação frutícola.	Proj.		12/92	12/94
14	Apoio aos Programas de Eletrificação Rural e Telefonia Rural.	Proj.		12/92	12/94
15	Apoio ao Programa de Integração no MERCOSUL.	Proj.		12/92	12/94
16	Apoio ao fortalecimento do Cooperativismo de Crédito e a criação do Banco Cooperativo	Proj.		12/92	12/94

081/94
MAARA/ICA
BRASIL



Bal 21884/93
COP

PUBLICADO NO D.O.U. DE 24.05.93
PÁGINA 6882.

CÓDIGO DO CONVÊNIO / AJUSTE		
U. F.	SEQUENCIA	T. ADIT
DF	0676	10

Secretaria de Desenvolvimento Rural

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

- a) ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Convênio MARR/SNPA/DENACCOOP/IICA DF Nº 676/90, assinado em 20/05/93, que entre si celebram o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0001-25, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, nesta Capital e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, CGC nº 00.640.110000118, situado à SH15 - QI 05, Conj. 09, Bloco D, nesta Capital assinado em 20/05/93.
- b) OBJETIVO: formular e implementar programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.
- c) CRÉDITO: MAARA - à conta da Atividade 22101.040180110.2451.0002 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Cooperativismo em Projetos Especiais - Elemento de Despesa 3450-39 - Transferência à Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Empenho Nº 93NE00044, de 20/05/93 - DENACCOOP.
- d) VALOR: MAARA - CR\$ 1.870.876.000,00 (Um bilhão, oitocentos e setenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzeiros).
- e) ETAPAS DE EXECUÇÃO: início em maio e término em junho de 1993.
- f) PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/94.
- g) ASSINATURAS: Rui Luiz Vaz - Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura do Abastecimento e da Reforma Agrária, CPF nº 192.899.876-34, Carteira de Identidade nº 1967851 - SSP/GO e Victor Eduardo Machinea - Representante do IICA no Brasil, isento de CPF, Carteira de Identidade nº P-10991 - MRE/DF.
- (Of. nº 33/93)

DÉCIMO TERMO ADITIVO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, VISANDO A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e noventa e três, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", nesta Capital, doravante denominado MINISTÉRIO, representado neste ato pelo Dr. Rui Luiz Vaz, residente e domiciliado nesta Capital, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº 1.967.851, órgão expedidor SSP/GO e CPF nº 192.899.876-34, nos encargos de Secretário de Desenvolvimento Rural conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 75 de 26 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 02 de março de 1993 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado a Organização dos Estados Americanos, CGC nº 00.640.110000118, situado à SHIS - QI 05, Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local - Brasília - DF, doravante denominado IICA representado pelo seu Representante no Brasil Sr. Victor Eduardo Machinea, residente e domiciliado à SQS 314, Bloco D, Aptº 204, portador da Carteira de Identidade nº P-10991, órgão expedidor MRE e CPF: isento, no uso das atribuições conferidas pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA publicado pelo Decreto nº 361 de 10.12.91, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86 e suas alterações, no que couber, bem como do Decreto nº 93.872, de 23.12.86 e da IN/SFN nº 02, de 19.04.93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO visa:

a) repassar recursos, conforme o Cronograma de Desembolso, em anexo, que passa a fazer parte do Plano de Trabalho integrante do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACDOP/IICA Nº DF/0676/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

A despesa do MINISTÉRIO com execução do CONVÊNIO

MARA/SNPA/DENACOOB/IICA Nº DF/0676/90 para o presente exercício, será no valor de Cr\$ 1.270.276.000,00 (Um bilhão oitocentos e setenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzeiros) correrá à conta da dotação alocada no Projeto/Atividade 22101.0401801102451.0002 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Cooperativismo em Projetos Especiais, Elemento Despesa: 3450-39 - Transferência à Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Empenho nº 93NE00044, de 20/05/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO


Todas as demais cláusulas do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACOOB/IICA Nº DF/0676/00/90, não atingidas pelo presente Instrumento ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rui Luiz Vaz
Secretário de Desenvolvimento Rural


Victor Eduardo Machinea
Representante do IICA
no Brasil

Testemunhas

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE DOCUMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO

01- MODALIDADE : () CONVÊNIO (X) TERMO ADITIVO () REPROGRAMAÇÃO : PT-01 : FOLHA 1 DE 6
02- CONTROLE : DATA / / PROPONENTE PT.Nr.
UF PROCESSO

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente: : C. G. C.
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura : 00.640.110/0001-18

Endereço
SHIS - 01 05 - Conj. 09 - Bloco B - Comércio Local

Cidade : UF : CEP : DDD/Telefone : Esfera Ado.
Brasília : DF : 71.600 : 248-5807 : Org. Internacional

Conta Corrente : Banco : Agência : Praça de Pagamento
75.885-X : do Brasil : 1004-9 : Brasília-DF

Nome do Responsável : C. P. F.
Victor Eduardo Rachinea : Isento

C.I./Orgão Expedidor : Cargo : Função : Matrícula
P-10991 - ABE : Representante do IICA no Brasil : Repres. do IICA no Brasil :

Endereço : C.E.P.
SBS 314 - Bloco B - Aptº 204 : 70.624

Orgão/Entidade Interveniente : Esfera Ado.

Endereço : C.E.P.

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo : Período de Execução
22101.04018011024510002 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Cooperativismo em : Início : Término
Projetos Especiais. : 05/93 : 06/93

04-JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Descrição: O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, é um organismo internacional especializado em agricultura e faz parte do Sistema Interamericano criado por Resolução da Organização dos Estados Americanos - OEA, em 1942. Dentre suas atribuições o IICA objetiva estimular, promover e apoiar os esforços dos países membros para alcançar o seu desenvolvimento agrícola e o bem estar das populações rurais. O IICA tem atualmente 33 países membros. Em 10/12/91 foi promulgado o Acordo Básico entre o Governo Brasileiro e o IICA por intermédio do Decreto nº 361, que prevê entre outros instrumentos a celebração e execução de convênios. O Instituto está perfeitamente apto a desenvolver as atribuições previstas neste instrumento.

05-IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Descrição: O presente convênio tem por objetivo apoiar o Ministério na formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo com ênfase em áreas de reforma agrária.

[Handwritten signature]

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02
 FOLHA
 2 DE 6

04-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ Fase : Especificação : Indicador Físico : Duração
 : Unidade : Utdo. : Início : Término

PROGRAMA DE APOIO A REFORMA AGRÁRIA					
01		Apoio e fortalecimento às organizações associativas de prod. em áreas de refor. agrária:			
1.1		organização de produtores apoiadas	:Organiz.	36	05/93 : 06/93
1.2		cooperativas de produção e serviço atendidas	:Cooperat.	04	" : "
02		Assessoria à elaboração e ou reformulação de Projetos e à negociação com fontes financiadoras			
2.1		projetos em negociação	:Projetos	10	" : "
2.2		projetos financiados e em implantação	:Projetos	12	" : "
2.3		projetos em transferência de tecnologia	:Projetos	01	" : "
2.4		projetos sobre cooperação entre organizações de produtores	:Projetos	01	" : "
2.5		apoio à celebração de convênio do BAARA/SDR/DENACBOP com o Banco Nordeste	:Conv.	01	" : "
03		Assessoria e apoio para melhorar o desempenho e fortalecer a estrutura organizacional e operativa das empresas associativas em áreas reformadas			
3.1		promoção de encontros de produtores para intercâmbio de experiências	:Encontro	02	" : "
3.2		estruturação da articulação e envolvimento de ONG's com as organizações de produtores	:ONG's	02	" : "
3.3		promoção de cursos sobre gestão de organizações associativas, técnicas de direção, comercialização e controle contábil e financeiro, para capacitar dirigentes, multiplicadores, técnicos e produtores	:Cursos	02	" : "

(continua)

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02
 FOLHA
 3 DE 6

04-PROGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ Especificação : Indicador Físico : Duração
 Fase : : Unidade : Ude. : Início : Término

04	Elaboração, editoração e divulgação dos documentos sobre procedimentos utilizados na implantação da gestão empresarial em áreas reformadas			05/93	06/93
4.1	manual de apoio ao desenvolvimento organizacional (versão preliminar)	Manual	01	"	"
4.2	estruturação de proposta de acompanhamento e avaliação	Estrut.de Proposta	01	"	"
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DO CRÉDITO COOPERATIVO					
05	Apoio à modernização do sistema cooperativo de crédito				
5.1	supervisão dos projetos estaduais de modernização	Relat.	09	"	"
5.2	elaboração de diretrizes para o projeto de cooperação DENACBOP - COCECER	Docum.	01	"	"
06	Apoio à difusão do cooperativismo de crédito				
6.1	pesquisa sobre potencialidades de criação de cooperativas de crédito no Nordeste	Docum.	01	"	"
07	Apoio à institucionalização do cooperativismo de crédito				
7.1	estudo sobre Banco Cooperativo	Estudo	01	"	"
08	estruturação de base de dados sobre fontes de recursos para associações e cooperativas				
8.1	elaboração de projeto de base de dados	Projeto	01	"	"
PROGRAMA NACIONAL DE ENERGIZAÇÃO RURAL					
09	Apoio ao Departamento de Infra-estrutura Rural				
9.1	programação de treinamento de técnicos do NARA	Progran.	01	"	"
9.2	treinamento de técnicos em energização rural	Curso	01	"	"

(continua)

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

FOLHA
 4 DE 6

PROGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ Especificação
 Fase :

Indicador Físico
 Unidade : Qtde. Duração
 Início Término

9.3	análise a projetos técnicos bem sucedidos	Análise	01	05/93	06/93
10	Difusão das ações do Programa Nacional de Energização Rural				
10.1	estruturação da divulgação do Programa a nível nacional	Estrut.da: Divulgaç.:	01	"	"
10.2	elaboração de manuais técnicos	Manual	01	"	"
10.3	edição de manuais técnicos	Manual	100	"	"
10.4	intercâmbio de experiência	Visita	02	"	"
PROGRAMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES RURAIS					
11	Pesquisa de demanda de usuários potenciais de telefonia rural				
11.1	implementação do cadastro nacional de usuários potenciais do Programa Nacional de Telecom. Rurais-PNTR	Implem.do: Cadastro	01	"	"
12	Definição de tecnologia, elaboração de "lay-out" e estimativa de custos totais do PNTR	Análise	01	"	"
12.1	elaboração e aprovação de projetos básicos de telefonia rural	Projetos	Vários	"	"
13	Acompanhamento e fiscalização de todas as atividades do PNTR				
13.1	monitoramento do Programa	Monitora- mento	01	"	"
14	Difusão do Programa Nacional de Telecomunicações Rurais				
14.1	divulgação das ações do Programa e de seus resultados	Divulga- ção	01	"	"
PROGRAMA DE APOIO A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FRUTAS					
15	Elaboração de Manuais de Produção	Prepar.de: Manuais	05	"	"
15.1	preparação de manuais para edição	Prepar.de: Manuais	10	"	"

(continua)

Identificação das Partes: PT-02
 Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o FOLHA
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura 5 DE 6

04-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta	Etapa/ Fase #	Especificação	Indicador Físico	Duração		
				Unidade	Qtde.	Início
016		Elaboração de Manuais de Fitossanidade	Prepar.de: Manuais	05	05/93	06/93
16.1		preparação de manuais para edição	Prepar.de: Manuais	10	"	"
017		estruturação da implantação de Programa de mudas e sementes de frutas	Estrut.	01	"	"
17.1		estruturação de programa de trabalho	Estrut.	01	"	"
018		estruturação para implantação de Programa de Qualidade para a Fruticultura	Estrutu.	01	"	"
18.1		preparação de projeto	Prepar.do: Projeto	01	"	"

[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O
 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA

PT-03

FOLHA
 6 DE 6

07-PLANO DE APLICAÇÃO (Cr\$ 1.000,00)

Natureza da Despesa

Código : Especificação

Total

Ministerio

Proponente

3450-39 : Transferência à Instituição Privada - Outros Serviços de Terceiros -
 Pessoa Jurídica

1.870.876

1.870.876

--

TOTAL GERAL

1.870.876

1.870.876

08-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Cr\$ 1.000,00)

Concedente

Beta : Jan : Fev : Mar : Abri : Mai : Jun

01/18 : : : : : : 1.870.876 : : : : : : :

Beta : Jul : Ago : Set : Out : Nov : Dez

Proposante (Contrapartida)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento

[Handwritten Signature]

Local e Data

Proposante

Aprovação pelo concedente

Aprovado

Local e Data

Concedente

[Handwritten Signature]

082/94
MAARA/IICA
BRASIL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA-GERAL
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS

08/2/94
BOLETA 14182

Bol 218 84/93
OF

PUBLICADO NO D.O.U. DE 17, 06, 93

PAGINA 8027

CÓDIGO DO CONVÊNIO / ADITE		
U. F.	SEQUÊNCIA	T. ADIT
DF	06176	111

EXTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

- a) ESPÍCIE: Déclao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio MARA/BNPA/DENACOP/IICA/Nr.0476/90, que entre si, celebras o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - CBC 00396893/0047-31 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - CBC 00640110/0001-1B, Assinado em 14 / 06 / 93.
- b) OBJETIVO: Dar continuidade a formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.
- c) CRÉDITO: MINISTÉRIO - à conta de Atividade-22101.0400900492.009.0012 - Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional, no valor de Cr\$ 2.720.720.000,00 (Dois bilhões, setecentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e oito mil cruzeiros); e Atividade-22101.0400900202.015.0046 - Coordenação e Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola, no valor de Cr\$ 1.529.272.000,00 (Um bilhão, quinhentos e vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil cruzeiros); ambos no Elemento de Despesa - 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Despesas FINE 00331, de 19/04/93 e FINE 00422, de 28/05/93 - CBC/BNPA.
- d) VALOR: MINISTÉRIO - Cr\$ 4.250.000.000,00 (quatro bilhões, Setecentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros).
- e) ETAPAS DE EXECUÇÃO: até 31/12/93.
- f) PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31/12/94.
- g) ASSINATURAS: BENEDITO ROSA DO ESPÍRITO SANTO - Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - Carteira de Identidade: 3.244.241 - IFR/RJ - CPF 811.897.597-34; VICTOR EDUARDO MACHINEA - Representante do IICA no Brasil - Carteira de Identidade P-109/91 - MRE - CPF (IBENTO).

TERMO ADITIVO Nº 011/93

CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA nº DF-0676/90



DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, VISANDO A FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e noventa e três, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", nesta Capital, doravante denominado MINISTÉRIO, representado neste ato pelo Dr. Benedito Rosa do Espírito Santo, residente e domiciliado nesta Capital, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº 3.244.241, órgão expedidor IFP/RJ e CPF nº 301.697.597-34, nos encargos de Secretário Executivo, conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 277, de 03 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 1992 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado a Organização dos Estados Americanos, CGC nº 00.640.110/0001-18, situado à SHIS - QI 05, Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local - Brasília - DF, doravante denominado IICA representado pelo seu Representante no Brasil Sr. Victor Eduardo Machinea, residente e domiciliado à SQS 314, Bloco D, Aptº 204, portador da Carteira de Identidade nº P-10991, órgão expedidor MRE e CPF: isento, no uso das atribuições conferidas pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA publicado pelo Decreto nº 361 de 10.12.91, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86 e suas alterações, no que couber, bem como do Decreto nº 93.872, de 23.12.86 e da IN/SFN nº 02, de 19.04.93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO visa:

- a) repassar recursos, conforme o Cronograma de Desembolso, em anexo, que passa a fazer parte do Plano de Trabalho integrante do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA Nº DF/0676/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

SEÇÃO DE APOIO
Ph. 15
Rat. *Qu*
CA-1

A despesa do MINISTÉRIO com execução do CONVÊNIO aditivo correrá à conta das dotações alocadas nos Projetos/atividades: 22.101.0400900202015-0046 - Coordenação e Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola, elemento de despesa nº 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, no valor de Cr\$ 1.529.272.000,00 (Um bilhão, quinhentos e vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil cruzeiros), empenho nº de de 1993 e 22.101.0400900402009-0012 - Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional, Elemento de Despesa nº 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, no valor de Cr\$ 2.723.728.000,00 (Dois Bilhões, setecentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e oito mil cruzeiros), empenho nº de de 1993, perfazendo o total de Cr\$ 4.253.000.000,00 (Quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

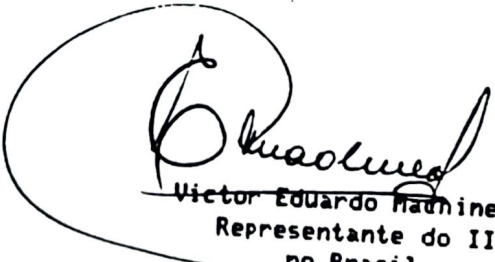
Todas as demais cláusulas do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACOOP/IICA Nº DF/0676/00/90, não atingidas pelo presente Instrumento ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.


Benedito Rosa do Espírito Santo
Secretário Executivo


Victor Eduardo Mathinea
Representante do IICA
no Brasil

Testemunhas:

C

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RURAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROTOCOLO
 Fil. 13
 LOCAL

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

FOLHA

2 DE 4

06-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ : Especificação
 : Fase :

Indicador Físico
 Unidade : Qtde.

Duração
 Início : Término

	Meta : Etapa/ : Especificação : Fase :	Indicador Físico Unidade : Qtde.	Duração Início : Término
01	Apoiar a Secretaria de Política Agrícola nos Programas de Integração do MERCOSUL e no aprimoramento dos Sistemas de Informações Agropecuários.	Proj. 01	05/93 07/93
02	Apoiar a Secretaria de Desenvolvimento Rural na formulação de projetos de desenvolvimento nas áreas reformadas, de colonização ou de potencial agrícola.	Proj. 01	05/93 07/93
03	Apoiar a Secretaria de Desenvolvimento Rural na formulação e acompanhamento de projetos nas áreas de produção animal e vegetal.	Proj. 01	05/93 07/93



MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL
 COORDENACAO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMACAO FISICA

Identificacão das Partes: PT-03
 MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA E O FOLHA
 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA AGRICULTURA 3 DE 4

07-PLANO DE APLICACAO (Cr\$ 1.000,00)

Natureza da Despesa		Total	Ministerio	Proponente
Código	Especificação			
3450-39	Transferência à Instituição Privada - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.253.000	4.253.000	--
TOTAL GERAL		4.253.000	4.253.000	

08-CRONOGRAMA DE DESPESAS (Cr\$ 1.000,00)
 Concedente

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
01/03					4.253.000	

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

[Handwritten signature and initials]

SEÇÃO DE PROTOCOLO
 Nº 19
 de 1973

Proponente (Contrapartida)

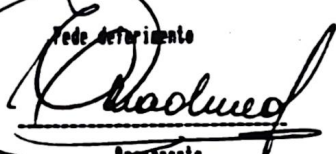
Maio	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez

Maio	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez

Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

07.05.73
 Local e Data

Fede de...

 Proponente

Aprovação pelo concedente

Aprovado
14-06-73
 Local e Data


 Concedente

PROCESSO
Fm 96
Rm
DCA

PARECER TÉCNICO

ASSUNTO: II Termo Aditivo ao Convênio IICA/Denacoop/SE Nº DF 0676/00/90.

Valor: Cr\$ 4.253.000.000,00 (Quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros).

Trata o presente de Termo Aditivo ao Convênio IICA/DENACOOOP/SE, firmado em 27.12.90, que teve como objetivo principal apoiar o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária na formulação e implementação de Programas de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo em áreas de reforma agrária. Através do presente Termo Aditivo o Ministério repassa o valor de Cr\$ 4.253.000.000,00 (Quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros), no Projeto de Planejamento-Ação Interinstitucional-Fonte 100.

A Secretaria-Executiva substituiu a Secretaria Nacional de Reforma Agrária-SNARA, com a incumbência de apoiar à Secretaria de Política Agrícola, de Desenvolvimento Rural e de Defesa Agropecuária, na formulação de Projetos, dentro dos objetivos inicialmente traçados no Convênio original.

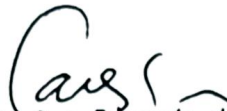
O IICA é uma das mais renomadas instituições técnicas de apoio ao desenvolvimento dos países americanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos. O Brasil é um dos mantenedores da Instituição. O intercâmbio técnico entre o Governo Brasileiro e o IICA está respaldado no Acordo Geral publicado no Diário do Congresso Nacional, de 10.09.70, Seção II (Decreto Legislativo nº58, de 02.03.70).

Através do presente Convênio, o Ministério alcançou expressivos resultados em todas as atividades previstas, devendo ser destacados os seguintes Programas:

1. Programa de Apoio à Reforma Agrária;
2. Programa de Apoio à Fruticultura de Exportação;
3. Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito;
4. Programa Nacional de Energização Rural;
5. Programa Nacional de Telecomunicações Rurais.

Com o presente Termo Aditivo se pretende assegurar a continuidade da
cooperação técnica estabelecida, com ênfase aos Programas de Integração do
MERCOSUL e aprimoramento dos Sistemas de Informações Agropecuárias, a formula-
ção de Projetos de Desenvolvimento nas áreas Reformadas, de Colonização ou de
Potencial Agrícola, e, finalmente, na formulação e acompanhamento de Projetos nas
áreas de saúde animal e sanidade vegetal.

Brasília, de maio de 1993



Carlos Eduardo de Souza
Assessor da Secretaria-Executiva



64000 N/A EXISTE INFORMACAO PARA ESTE PEDIDO.

Verificado em, 28 de maio de 1993.



COPI SAG

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROCESSO No. 21000.002207/93 - 43

Em, 28.05.93

PARECER COP No. 020/93

Senhor Coordenador Geral

O presente instrumento, Termo Aditivo ao Convênio firmado entre este Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, no valor de Cr\$ 4.253.000.000,00 (Quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros), à conta do Projeto/Atividade 22101.040090020.2015/0046 e 22101.040090040.2009/0012 - Coordenação e Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola e Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional , tem por objetivo a formulação e a implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.

Após análise do referido processo, observou-se que o mesmo encontra-se formalizado de conformidade com a legislação pertinente, podendo ser encaminhado às áreas competentes para as devidas providências.

Leila Monteiro Guedes dos Santos

LEILA MONTEIRO GUEDES DOS SANTOS
Analista de Orçamento

DE ACORDO: À CISET

Luiz Carlos Borges Carvalho
LUIZ CARLOS BORGES CARVALHAL
Coordenador Geral de Orçamento
e Finanças - COF

A C A O R I

Para exame e parecer.

Em 31/5/93

[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

NOTA CAORI/CISET/Nº 054/93

REFERENCIA : Processo nº 21000.002207/93-43
 ASSUNTO : Minuta do 11º T.A ao convênio nº 0676/90
 VIGENCIA : 31.12.94
 VALOR : Cr\$ 4.253.000.000,00
 CONVENIENTES : MA/Secretaria Executiva e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Trata o presente processo da minuta do 10º Termo Aditivo ao convênio celebrado entre este Ministério e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA, objetivando a formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural de reforma agrária.

O Ministério concorrerá com a importancia de Cr\$ 4.253.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 1.529.272.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil cruzeiros) à conta da Atividade 22101.0400900202015.0046 - Coordenação Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola e Cr\$ 2.723.728.000,00 (dois bilhões, setecentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e oito mil cruzeiros) a conta da Atividade 22101.0400900402009-0012 - Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional, ambas no Elemento de Despesa - 3450-39 - Transferência à Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

A análise evidencia que o processo encontra-se devidamente formalizado e esta Secretaria nada tem a opor em relação sua celebração.

Isto posto, propomos o encaminhamento do presente processo à Douta Consultoria Jurídica nos termos do artigo 2º item III da Portaria GM/MARA/Nº 22, de 22/03/91.


Em 31 de maio de 1993

Barreto
 MARIA ALDENICE BARRETO
 Chefe SEO/DINOR/CAORI

Senhor Coordenador da CAORI.

Acatando a proposta, submeto à consideração de V.Sã, para que sejam tomadas as providências complementares.

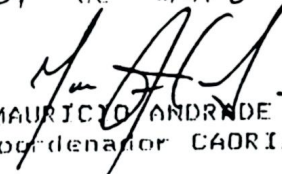
Em 31 de Maio de 1993


AUGUSTO CESAR P. FARIAS
Chefe DITOR/CABRI/CISET

Senhor Secretário da CISET

Concordando com a análise anterior, submeto à apreciação de V.Sã, na forma proposta.

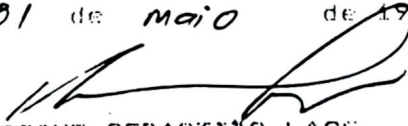
Em 31 de maio de 1993


MAURICIO ANDRADE COURA
Coordenador CAORI/CISET

APROVO.

Encaminhe-se à Douta Consultoria Jurídica, conforme o disposto no item III do artigo 2º da Portaria nº 22, de 22 de março de 1991 (DOU de 26.03.91) do Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura e Reforma Agrária.

Em 31 de maio de 1993


ROQUE SEBASTIÃO LAGE
Secretário de Controle Interno

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
CONSULTORIA JURÍDICA
Coordenação de Articulação Funcional - CAF

INFORMAÇÃO/CI Nº 222 /93

Ref.: Processo Nº 21000.002207/93-43

Int.: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura -
IICA

Senhora Coordenadora da CAF


Cuida o processo em referência, de minuta do 11º Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre este Ministério e o IICA, em 27.12.90, que tem por objeto o repasse de recursos para dar continuidade aos programas e projetos de desenvolvimento rural de reforma agrária.

2. A minuta em apreço foi devidamente examinada pela COF e Ciset, que concluíram pela regularização do procedimento.

4. Sob o aspecto da legalidade e forma adequada, manifestamos favoravelmente à aprovação do texto da minuta proposta, sugerindo o encaminhamento do presente à COF/SAG, para as providências necessárias à formalização do instrumento.

À sua consideração.

Brasília, 01 de Junho de 1993


MARIA APARECIDA FERNANDES GOMES
Assistente Jurídico


MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA
CONSULTORIA JURIDICA
(Coordenação de Articulação Funcional) - CAF

Ref.: Processo Nº 21000.002207/93-43
Int.: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura -
IICA

De acordo com a informação supra.

Submeta-se o assunto à elevada consideração do
Senhor Consultor Jurídico.

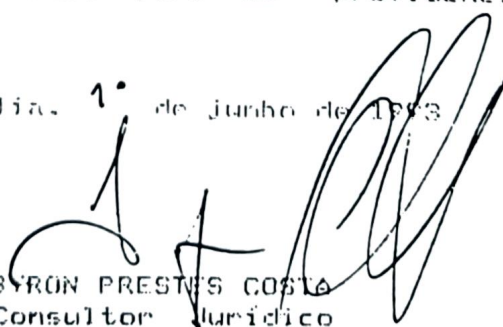
Brasília, 1º de junho de 1993


MARIA MORGARET VERÍSSIMO
Coordenadora Substituta CAF/CJ

Aprova.

Encaminhe-se à CDF/SAG, para as providências
assinaladas.

Brasília, 1º de junho de 1993

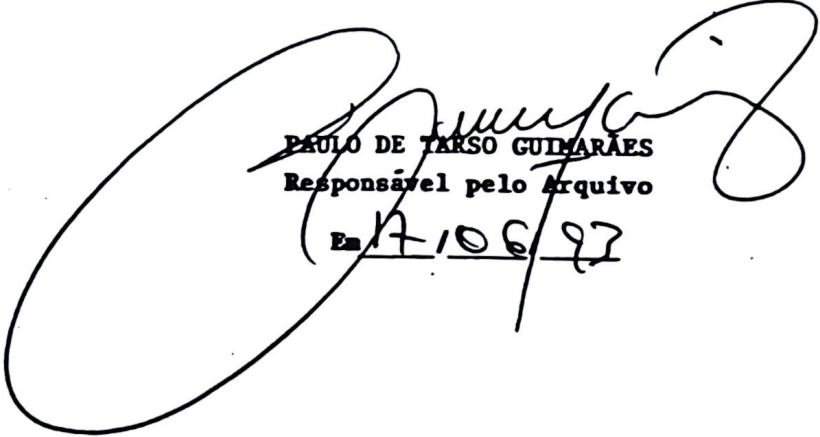

BYRON PRESTES COSTA
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ao
Coordenador da COF/SAG/MARA

Informamos que retiramos cópias necessárias do presente Processo, para composição de nossos arquivos, devendo o mesmo ser encaminhado à

DOF


PAULO DE TARSO GUIMARÃES
Responsável pelo Arquivo

Em 17/06/93

Encaminhe-se à Unidade responsável, recomendando-se o rigoroso cumprimento das orientações estabelecidas pela COF, Ciset e CJ neste Processo, bem como, a observância das normas pertinentes.

COF, Em 17/06/93

Bobaucep

083/94
MAARA/IICA
BRASIL

Bole 21884/93

**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
E RECURSOS HUMANOS DE SÃO PAULO
AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/93**

A Caixa Econômica Federal - GERAR/SP, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica ao público que fará realizar a TP nº 013/93, que tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de reforma e adequação das instalações da Gerência de Fundos e Programas - EGR-Recrutamentos à Avenida Paulista nº 1842 - 149 andar - sala 143 - nos dias úteis das 12:00 às 18:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/93

A Caixa Econômica Federal - GERAR/SP, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica ao público que fará realizar a TP nº 014/93, que tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de reform. Autonomistas, nº 2455 - Osasco/SP. Esclarecimentos à Avenida Paulista, nº 1842 - 149 andar - sala 143 - nos dias úteis das 12:00 às 18:00 horas.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Of. nº 625/93)
(DIAS: 30/6, 1 e 2/7/93)

Serviço Federal de Processamento de Dados

SEDE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Pl. 550: Memo 0121/93 - DEOPE. Objeto: Contratação de fornecimento de programas de informática. Contratada: IBM Brasil - Indústria de IBM e são fornecidos unicamente por esta empresa, em função do UP GRANF 21.08.93. Declaração de dispensa: Em 25/08/93 por Antônio Carlos Saraiva por Isaias Custódio, Diretor-Presidente do SERPRO.

**FILIAL BRÁSILIA
EXTRATO DE CONTRATO**

Contratantes: MOBILTEL S/A Telecomunicações e o SERPRO Filial Brasília - DF. a) Espécie: Contrato R.G. Nº 20590 no valor de Cr\$ 490.849.200,00; vigência: 01.07.93 a 30.08.94 - Data de assinatura: 28.08.93 b) Objeto: serviços de radio-chamada. Licitação: Convite: Crédito: Programa de Trabalho: 3007002422430001 - Fonte de Recurso: 250017205 - Natureza - Despesa: 249039. Nota de Empenho: 93NE05811, de 24.08.93 no valor de Cr\$ 40.804.100,00.

(Of. nº 129/93)

**Siderurgia Brasileira S/A
Em Liquidação**

CGC Nº 00.367.961/0001-39-MF

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL**

Os Senhores Acionistas estão convidados a reunirem-se em Assembléia Geral, a realizar-se no dia 09 de julho de 1993, às 11 horas, na Sede da Companhia, localizada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco "E", Brasília, DF, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Preço Mínimo para Alienação das Ações de Emissão da Aço Minas S/A. - ACOMINAS e Capitalização de Créditos;
- 2. Aquisição de NTN's previstas na MP nº 326/93, de 14.06.93.

Brasília, 29 de junho de 1993

SÉRGIO LAMPERT
Liquidante

(Of. nº 162/93)
(DIAS: 30/6, 1 e 2/7/93)

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO
E DA REFORMA AGRÁRIA**

**Diretoria Federal da Agricultura, do Abastecimento e da
Reforma Agrária no Espírito Santo**

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato.
OBJETO: Imóvel localizado no Ed. Palas Center - 6º Andar, Bloco "B", com área de construção de 674,39 m², incluindo uma vaga de garagem.
LOCATÁRIO: Diretoria Federal de Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária no Estado do Espírito Santo.
LOCADOR: Banestes Seguros S/A.

VALOR: Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).
NOTA DE EMPENHO: Em reforço ao empenho original 93NE00009, de 26/01/93.
PROGRAMA DE TRABALHO: 22101.0400700212.008.0064
PRAZO: De 01/05/93 a 30/10/93.
DATA DA ASSINATURA: 01 de maio de 1993.

ASSINAM: Pela Diretoria da FAARA/ES - Dr. JOSÉ CARLOS MARANGONI. Pelo BANESTES SEGUROS S/A - sr. EDUARDO FRANCISCO DOS SANTOS e ISAÍAS DO COUTO TEIXEIRA.

(Of. nº 49/93)

**Diretoria Federal da Agricultura, do Abastecimento e da
Reforma Agrária no Rio de Janeiro**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo ao Contrato de mão de obra prestação do serviço de manutenção e assistência técnica de elevadores, que entre si celebram o Ministério da Agricultura, do

Abastecimento e da Reforma Agrária - Diretoria Federal no Estado do Rio de Janeiro e a firma LIEVADORS OTIS Ltda. Objetivo: alteração das cláusulas: segunda, sexta e décima. Prazo de Execução do serviço: O Contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início 11/06/93 à 10/06/94. Valor do Contrato: Manutenção e importância de Cr\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de cruzeiros). As despesas correrão à conta do Projeto nº..... 0400.700.212.008.0064 - Elemento de Despesa: 3490.39.00-20 - Nota de Empenho nº..... 000277 de 24/06/93 no valor de Cr\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de cruzeiros). Retificações: Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do referido Contrato.

(Of. nº 46/93)

RETIFICAÇÃO

Nas retificações e alterações hevidas no Contrato Emergencial firmado com a Profissional Empresa de Vigilância Ltda., publicado no DOU de 01/04/93, Seção III, pags. 4343; onde se lê: "Crédito orçamentário...", leia-se: "Projeto... onde se lê: "Elemento de Despesa: 3490.39.00-20", leia-se: "...-03; onde se lê: "será emitido um Termo Aditivo...", leia-se: "Missão do Empenho Estimativo nº 00286 de 24/06/93, no valor de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros)

(Of. nº 46/93)

Secretaria de Desenvolvimento Rural

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) ESPÉCIE: Décimo Segundo Termo Aditivo ao Convênio MARR/SMPA/DENACOP/IICA/Nº-0076/90, que entre si, celebram o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - CGC 00396895/0067-51 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - CGC 00640110/0001-18. Assinado em 14/06/93.

b) OBJETIVO: Dar continuidade à formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.

c) CRÉDITO: MINISTÉRIO - À conta da Atividade - 22101.0401801102.451 - 0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista; Elemento de Despesa - 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Empenho 93NE 00055, de 14/06/93 - SDR.

d) VALOR: MINISTÉRIO - Cr\$ 10.666.061.000,00 (Dez bilhões, seiscentos e sessenta milhões e sessenta e um mil cruzeiros).

e) ETAPAS DE EXECUÇÃO: Junho a setembro/93.

f) PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31/12/94.

g) ASSINATURAS: RUI LUIZ VAZ - Secretário de Desenvolvimento Rural - Carteira de Identidade 1.967.851 - SSP/GO, CPF 192.899.876-34; VICTOR EDUARDO MACHINEA - Representante do IICA no Brasil - Carteira de Identidade P-109/91 - MRE, CPF (ISENTO).

(Of. nº 38/93)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: ADITIVO ao CRT-TO/73.009/92, firmado entre o INCRA e a firma JOSÉ PIRES ELIAS, registrado sob o CRT-TO/73.017/92.

RESUMO DO OBJETO: Prorroga Prazo.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº SR-26/TO nº 00184/92.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 22201/04013002120080069 - Elemento de Despesa 349039.

NOTA DE EMPENHO: 93NE00012 de 24/02/93.

VALOR DO ADITIVO: Cr\$ 201.022.261,20.

PRAZO DE VIGÊNCIA: DE 12/06/93 a 11/06/94.

DATA DA ASSINATURA: Palmas-TO, 12 de junho de 1993.

ESPÉCIE: CONTRATO firmado entre o INCRA e a firma AJESP-LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., registrado sob o CRT-PR/2.005/93.

RESUMO DO OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências do PF/IGUAÇU/PR.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 21502.00047/93.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 01/93.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 22201/0401300661270003 - Elemento de Despesa 349037.

NOTA DE EMPENHO: 93NE00176 de 07/06/93.

VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 247.824.209,64.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01(um) ano a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: Curitiba-PR, 01 de julho de 1993.

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. de 30.06.93 - Seção III - Página 8753, onde se lê: ADITIVO ao CRT nº RS/276.008/92, firmado entre o INCRA e a firma PROTEGE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., registrado sob o CRT-RS/276.032/92.FUNDAMENTO LEGAL: Processo 21520.00392/92.Leia-se ADITIVO ao CRT-RS/276.008/92, firmado entre o INCRA e a firma PROTEGE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, registrado sob o CRT-RS/276.032/92.FUNDAMENTO LEGAL: Processo nº 21520.00362/92.

(Of. nº 51/93)

Companhia Nacional de Abastecimento

AVISO DE CANCELAMENTO

EDITAL PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE TRANSPORTADORES RODOVIARIOS DE CARGA

Por decisão da Diretoria Executiva da Companhia Nacional de Abastecimento adotada na 10ª Reunião de Diretoria - REDIR do dia 08 de junho de 1993 fica cancelado, a partir desta data, o Edital DIROP/DEMOM nº 001/92 referente a pré-qualificação de transportadores rodoviários de carga publicado no D.O.U. de 13 de novembro de 1992.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

(Of. nº 299/93)

Superintendência Regional em Goiás

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo nº: 09.494/91

Espécie: Vigilância

Contratante: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Contratado(a): BISEG-Vigilância e Segurança Ltda.

TERMO ADITIVO Nº 2/93

CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACDOP/IICA nº DF-0676/00/90

TERMO ADITIVO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, VISANDO A FORMULAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e noventa e três, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", nesta Capital, doravante denominado MINISTÉRIO, representado neste ato pelo Dr. Rui Luiz Vaz, residente e domiciliado nesta Capital, Brasília - DF, portador da Carteira de Identidade nº 1.967.851, órgão expedidor SSP/GO e CPF nº 192.899.876-34, nos encargos de Secretário de Desenvolvimento Rural conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 75 de 26 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 02 de março de 1993 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado a Organização dos Estados Americanos, CGC nº 00.640.110000118, situado à SHIS - QI 05, Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local - Brasília - DF, doravante denominado IICA representado pelo seu Representante no Brasil Sr. Victor Eduardo Machinea, residente e domiciliado à SQS 314, Bloco D, Aptº 204, portador da Carteira de Identidade nº P-10991, órgão expedidor MRE e CPF: isento, no uso das atribuições conferidas pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA publicado pelo Decreto nº 361 de 10.12.91, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas do Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86 e suas alterações, no que couber, bem como do Decreto nº 93.872, de 23.12.86 e da IN/SFN nº 02, de 19.04.93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO visa:

a) repassar recursos, conforme o Cronograma de Desembolso, em anexo, que passa a fazer parte do Plano de Trabalho integrante do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACDOP/IICA Nº DF/0676/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

A despesa do MINISTÉRIO com execução do CONVÊNIO

A despesa do MINISTÉRIO com execução do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA Nº DF/0676/90 para o presente exercício, será no valor de Cr\$ 10.660.061.000,00 (Dez bilhões, seiscentos e sessenta milhões e sessenta e um mil cruzeiros) correrá à conta da dotação alocada no Projeto/Atividade 22101.0401801102451.0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista, Elemento Despesa: 3450-39 - Transferência à Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Empenho nº . de / /93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACCOOP/IICA Nº DF/0676/00/90, não atingidas pelo presente Instrumento ficam ratificadas.

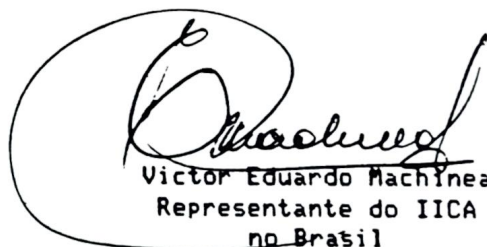
CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.



Rui Luiz Vaz
Secretário de Desenvolvimento Rural



Victor Eduardo Machinea
Representante do IICA
no Brasil

Testemunhas

01- MODALIDADE : () CONVÊNIO (X) TERMO ADITIVO () REPROGRAMAÇÃO ; PT-01 ; FOLHA 1 DE 7

02- CONTROLE : DATA / / PROPONENTE PT.Nr.
UF PROCESSO

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura ; C. G. C. 00.640.110/0001-18

Endereço SNIS - 01 05 - Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local

Cidade Brasília ; UF DF ; CEP 71.600 ; DDD/Telefone 248-5807 ; Esfera Ado. Org. Internacional

Conta Corrente 75.885-X ; Banco do Brasil ; Agência 1004-9 ; Praça de Pagamento Brasília-DF

Nome do Responsável Victor Eduardo Machinea ; C. P. F. Isento

C.I./Orgão Expedidor P-10991 - BRE ; Cargo Representante do IICA no Brasil ; Função Repres. do IICA no Brasil ; Matrícula

Endereço SDS 314 - Bloco D - Aptº 204 ; C.E.P. 70.624

Orgão/Entidade Interviente ; Esfera Ado.

Endereço ; C.E.P.

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo 22101.04018011024510001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista. ; Período de Execução Início 06/93 ; Término 09/93

04-JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Descrição: O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, é um organismo internacional especializado em agricultura e faz parte do Sistema Interamericano criado por Resolução da Organização dos Estados Americanos - OEA, em 1942. Dentre suas atribuições o IICA objetiva estimular, promover e apoiar os esforços dos países membros para alcançar o seu desenvolvimento agrícola e o bem estar das populações rurais. O IICA tem atualmente 33 países membros. Em 10/12/91 foi promulgado o Acordo Básico entre o Governo Brasileiro eo IICA por intermédio do Decreto nº 361, que prevê entre outros instrumentos a celebração e execução de convênios. O Instituto está perfeitamente apto a desenvolver as atribuições previstas neste instrumento.

05-IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Descrição: O presente convênio tem por objetivo apoiar o Ministério na formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo com ênfase em áreas de reforma agrária.

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02
 FOLHA
 2 DE 7

06-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico Unidade	Qtde.	Duração Início	Término
------	----------------	---------------	-----------------------------	-------	-------------------	---------

PROGRAMA DE APOIO A REFORMA AGRÁRIA						
01		Apoio e fortalecimento às organizações associativas de prod. em áreas de reform. agrária:				
1.1		organização de produtores apoiadas	Organiz.	36	06/93	09/93
1.2		cooperativas de produção e serviço atendidas	Cooperat.	04	"	"
02		Assessoria à elaboração e ou reformulação de Projetos e à negociação com fontes financiadoras				
2.1		projetos em negociação	Projetos	10	"	"
2.2		projetos financiados e em implantação	Projetos	12	"	"
2.3		projetos em transferência de tecnologia	Projetos	01	"	"
2.4		projetos sobre cooperação entre organizações de produtores	Projetos	01	"	"
2.5		apoio à celebração de convênio do BAARA/SDR/DENACCOOP com o Banco Nordeste	Conv.	01	"	"
03		Assessoria e apoio para melhorar o desempenho e fortalecer a estrutura organizacional e operativa das empresas associativas em áreas reformadas				
3.1		promoção de encontros de produtores para intercâmbio de experiências	Encontro	02	"	"
3.2		estruturação da articulação e envolvimento de ONG's com as organizações de produtores	ONG's	02	"	"
3.3		promoção de cursos sobre gestão de organizações associativas, técnicas de direção, comercialização e controle contábil e financeiro, para capacitar dirigentes, multiplicadores, técnicos e produtores	Cursos	02	"	"

(continua)

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PI-02

FOLHA
 3 DE 7

04-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico Unidade	Bde.	Duração Início	Término
04		Elaboração, editoração e divulgação dos documentos sobre procedimentos utilizados na implantação da gestão empresarial em áreas reformadas			06/93	09/93
4.1		manual de apoio ao desenvolvimento organizacional (versão preliminar	Manual	01	"	"
4.2		estruturação de proposta de acompanhamento e avaliação	Estrut.de Proposta	01	"	"
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DO CRÉDITO COOPERATIVO						
05		Apoio à modernização do sistema cooperativo de crédito				
5.1		supervisão dos projetos estaduais de modernização	Relat.	09	"	"
5.2		elaboração de diretrizes para o projeto de cooperação DENACOP - COCECER	Docum.	01	"	"
06		Apoio à difusão do cooperativismo de crédito				
6.1		pesquisa sobre potencialidades de criação de cooperativas de crédito no Nordeste	Docum.	01	"	"
07		Apoio à institucionalização do cooperativismo de crédito				
7.1		estudo sobre Banco Cooperativo	Estudo	01	"	"
08		estruturação de base de dados sobre fontes de recursos para associações e cooperativas				
8.1		elaboração de projeto de base de dados	Projeto	01	"	"
PROGRAMA NACIONAL DE ENERGIZAÇÃO RURAL						
09		Apoio ao Departamento de Infra-estrutura Rural				
9.1		programação de treinamento de técnicos do NARA	Program.	01	"	"
9.2		treinamento de técnicos em energização rural	Curso	01	"	"

(continua)



Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

FOLHA
 4 DE 7

36-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Qtde.	Início	Término
9.3		análise a projetos técnicos bem sucedidos	Análise	01	06/93	09/93
010		Difusão das ações do Programa Nacional de Energização Rural				
10.1		estruturação da divulgação do Programa a nível nacional	Estrut.da Divulgaç.	01	"	"
10.2		elaboração de manuais técnicos	Manual	01	"	"
10.3		edição de manuais técnicos	Manual	100	"	"
10.4		intercâmbio de experiência	Visita	02	"	"
PROGRAMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES RURAIS						
011		Pesquisa de demanda de usuários potenciais de telefonia rural				
11.1		implementação do cadastro nacional de usuários potenciais do Programa Nacional de Telecom. Rurais-PNTR	Implem.do: Cadastro	01	"	"
012		Definição de tecnologia, elaboração de "lay-out" e estimativa de custos totais do PNTR	Análise	01	"	"
12.1		elaboração e aprovação de projetos básicos de telefonia rural	Projetos	Vários	"	"
013		Acompanhamento e fiscalização de todas as atividades do PNTR				
13.1		monitoramento do Programa	Monitora- mento	01	"	"
014		Difusão do Programa Nacional de Telecomunicações Rurais				
14.1		divulgação das ações do Programa e de seus resultados	Divulga- ção	01	"	"
PROGRAMA DE APOIO A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FRUTAS						
015		Elaboração de Manuais de Produção	Prepar.de: Manuais	05	"	"
15.1		preparação de manuais para edição	Prepar.de: Manuais	10	"	"

(continua)

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02
 FOLHA
 5 DE 7

PROGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ Fase :	Especificação	Indicador Físico : Unidade : Qtde.	Duração : Início : Término	
016	Elaboração de Manuais de Fitossanidade	Prepar. de: Manuais : 05	06/93	09/93
16.1	preparação de manuais para edição	Prepar. de: Manuais : 10	"	"
017	estruturação da implantação de Programa de mudas e sementes de frutas	Estrut. : 01	"	"
17.1	estruturação de programa de trabalho	Estrut. : 01	"	"
018	estruturação para implantação de Programa de Qualidade para a Fruticultura	Estrutu. : 01	"	"
18.1	preparação de projeto	Prepar. do: Projeto : 01	"	"

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O
 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA

PT-03

FOLHA
 6 X 7

37-PLANO DE APLICAÇÃO (Cr\$ 1.000,00)

Natureza da Despesa

Código	Especificação	Total	Ministério	Proponente
3450-39	Transferência à Instituição Privada - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.660.061	10.660.061	--
TOTAL GERAL		10.660.061	10.660.061	

38-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (Cr\$ 1.000,00)
 Concedente

Meta	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun
01/18						10.660.061

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

2

Identificação das Partes:

PT-03

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA

FOLHA
7 DE 7

Proponente (contrapartida Cr\$ 1.000,00)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun
------	-----	-----	-----	------	-----	-----

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Brasília, 11 de junho de 1993

Local e Data

Pede deferimento

Proponente

Aprovação pelo concedente

Aprovado

Brasília, 11 de junho de 1993

Local e Data

Concedente

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO, E DA REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

PARTECER TÉCNICO

OBJETO: Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério e o IICA visando a formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária, no valor de Cr\$10.660.061.000,00 (Dez bilhões, seiscentos e sessenta milhões e sessenta e um mil cruzeiros).

O presente Termo Aditivo visa dar continuidade às ações relacionadas ao desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária. As ações executadas com os recursos do Décimo Termo Aditivo anterior de maior aporte de recursos para a concretização da programação do mês de junho e sua continuidade até setembro.

Destaca-se que o Programa de Trabalho deste instrumento tem sido direcionado às ações de apoio à reforma agrária, fortalecimento do crédito cooperativo, energização rural, telecomunicações rurais e ao FRUPEX (apoio à produção e exportação de frutas).

No período as ações propostas no termo aditivo anterior foram realizadas a contento e muitas delas ainda se encontram em andamento e terão resultados mais conclusivos no final do ano.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo internacional vinculado à Organização dos Estados Americanos - OEA, criado em 1942, atua em mais de 33 países e tem como um de seus princípios coordenar e executar programas de cooperação técnica relacionados com o desenvolvimento agrícola e bem estar das populações rurais.

A experiência do IICA em cooperação técnica, o habilita de maneira especial a apoiar as ações propostas neste novo Termo Aditivo. Concorde-se este fato a longa experiência de trabalho do Instituto com esta Pasta e em particular com este Departamento, o que tem resultado no desempenho positivo das ações propostas nos

to em aditivo. Anteriormente, com o advento da nova Secretaria de
Desenvolvimento Rural, este instrumento tem sido valioso para o
atendimento das necessidades existentes por ações anteriormente
realizadas pelo DENACOOB relativas à área de desenvolvimento
rural, passando para integras suas novas atribuições.

Finalmente deve ser salientada a renovação do Acordo Básico entre
o Governo da República Federativa do Brasil e o IICA, sobre
Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais, publicado por
intermédio do Decreto nº 771 de 10 de dezembro de 1991, em
anexo. Este Acordo prevê a criação de comissões de cooperação, entre elas
"relações e cooperação com instituições privadas e convênios", conforme
estabelecido em seu Art. 1º.

Pelo exposto aprova-se o projeto deste Termo Aditivo.

Brasília, 11 de junho de 1993


Gentil Antonio Ruy
Chefe de Gabinete/DENACOOB

Assunto: Convênio MARA/DENACDOP/

Senhor Ordenador de Despesa da
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

O presente Termo Aditivo ao Convênio MARA/SNPA/DENACDOP/IICA a ser firmado entre este Ministério, por intermédio do DENACDOP, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, objetiva a formulação e implantação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.

2. A documentação apresentada pelo Instituto encontra-se de acordo com a legislação em vigor.

3. O valor da proposta do referido Termo Aditivo é de Cr\$ 10.660.061.000,00 (Dez bilhões, seiscentos e sessenta milhões e sessenta e um mil cruzeiros), conforme consta de sua Cláusula Segunda, devendo correr à conta do Projeto/Atividade 22101.04.019.0110.2451.0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista. Elemento de Despesa 3450-39 - Transferência a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

4. O Termo Aditivo em apreço está elaborado, de acordo com a legislação vigente, em especial a IN/SFN nº 02 de 19.04.93.


Assim sendo, solicita-se a consideração de V.Sã relativa à proposta anexa, bem como de seu Programa de Trabalho, para posterior encaminhamento à CDF, Ciset e Consultoria Jurídica.

DENACDOP/ em 11 de Junho 1993.


Elis de 10/11
Diretor Geral do DENACDOP

De acordo. Autorizo, na forma da legislação em vigor, de forma a atender aos objetivos propostos e ao interesse desta Secretaria.

SDR, em 11 de JUNHO 1993.


Rui Vas
Ordenador de Despesas
DENACDOP

084/94
MAARA/ICA
BRASIL



PUBLICADO NO D.O.U. DE 28.09.93.

Bd - 21884/23

PÁGINA 14.740

CÓDIGO DO CONVÊNIO / AJUSTE		
U. F.	SEQUÊNCIA	T. ADIT
DF	01676	13

EXTRATO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO
E DA REFORMA AGRÁRIA

Secretaria-Executiva

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) ESPÉCIE: Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Convênio MARR/SNPA/DENACOOOP/IICA Nº 0676/90, que entre si celebram o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - CDC 00396895/0067-51 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - CDC 00640110/0001-18. Assinado em 27/09/93.

b) OBJETIVO: Dar continuidade à formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural e cooperativismo em áreas de reforma agrária.

c) CRÉDITO: MINISTÉRIO - À conta das atividades 22.101.04.018.0110.2451-0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista e 22.101.04.009.0020.2015-0046 - Coordenação e Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola. Elemento de Despesa: 3450-39 - Transferência a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Empenhos nº 93NE00138, de 01/09/93 e nº 93NE00139 de 01/09/93.

d) VALOR: MINISTÉRIO - CR\$2.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros reais).

e) ETAPAS DE EXECUÇÃO: setembro a outubro de 1993.

f) PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31/12/93.

g) ASSINATURAS: ALBERTO DUQUE PORTUGAL - Secretário Executivo - carteira de identidade nº 378.585 - SSP/GO, CPF nº 021.376.661-2 e VÍCTOR EDUARDO MACHINEA - Representante do IICA no Brasil - carteira de identidade nº P-109/91 - MRE, CPF - Isento.

(Of. nº 43/93).

13

TERMO ADITIVO Nº 13/93

CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACOOOP/IICA nº DF-0676/00/90

DF 0676/13

TERMO ADITIVO QUE, ENTRE OUTROS, CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, VISANDO A FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E COOPERATIVISMO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e noventa e três, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/0067-51, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", nesta Capital, doravante denominado MINISTÉRIO, representado neste ato pelo seu Secretário Executivo Dr. Alberto Duque Portugal, residente e domiciliado nesta Capital, Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade nº 378.585, - SSP/GO e CPF nº 021.376.661-2, nos encargos de Secretário Executivo, conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 437, de 27 de agosto de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto 1993 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado a Organização dos Estados Americanos, CGC nº 00.640.110000118, situado à SHIS - QI 05, Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local - Brasília - DF, doravante denominado IICA representado pelo seu Representante no Brasil Sr. Victor Eduardo Machinea, residente e domiciliado à SDS 314, Bloco D, Apt.º 204, portador da Carteira de Identidade nº P-10991, órgão expedidor MRE e CPF: isento, no uso das atribuições conferidas pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA publicado pelo Decreto nº 361 de 10.12.91, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, sujeitando-se os convenientes, às normas da Lei nº 8.666, de 21.06.93, no que couber, bem como do Decreto nº 93.872, de 23.12.86 e da IN/SFN nº 02, de 19.04.93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente TERMO ADITIVO visa:

- a) repassar recursos, conforme o Cronograma de Desembolso, em anexo, que passa a fazer parte do Plano de Trabalho integrante do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACOOOP/IICA Nº DF/0676/90.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

A despesa do MINISTÉRIO com execução do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACOOP/IICA Nº DF/0676/90 para o presente exercício será no valor total de CR\$ 52.000.000,00 (Cinquenta e dois milhões de cruzeiros reais) correrá à conta das dotações alocadas nos Projetos/Atividades 22.101.04.019.0110.2451-0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista. Elemento Despesa: 3450-39 - Transferência à Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, no valor de CR\$ 45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de cruzeiros reais) e 22.101.04.009.0020.2015-0046 - Coordenação e Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola. Elemento de Despesa nº 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, no valor de CR\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros reais). Empenhos nº 93NE00128, de 01/09/93 e nº 93NE00139, de 01/09/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O Convênio MARA/SNPA/DENACOOP/IICA, nº DF - 0676/00/90, com vigência estipulada na cláusula (9ª) nona do termo original publicado no DOU em 31/12/90, expirará em 31/12/93, não mais sendo admitida sua prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas do CONVÊNIO MARA/SNPA/DENACOOP/IICA Nº DF/0676/00/90, não atingidas pelo presente Instrumento ficam ratificadas.

[Handwritten mark]


[Handwritten signature]

CL. INSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário da República Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 10 (dez) dias.

5. Para firmeza e validade do que foi avençado, firma este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.



Alberto Duarte Portugal
Secretário Executivo


Victor Eduardo Pachina
Representante do IICA
no Brasil



Testemunhas

Tarcísio da Silva Siqueira
CPF:031.884.693/49


Gentil Antonio Ruy
CPF:376.781.697/00

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO

01- MODALIDADE : () CONVÊNIO (X) TERMO ADITIVO () REPROGRAMAÇÃO

PT-01

FOLHA

02- CONTROLE : DATA / /
UF

PROPONENTE
PROCESSO

PT. Nr. 048

DE 7

03- DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente:

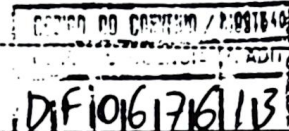
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

C. G. C.

110/0001-18

Endereço

SHIS - QI 05 - Conj. 09 - Bloco D - Comércio Local



Cidade

Brasília

UF

DF

CEP

71.600

DDD/Telefone

240-5807

Esfera Adm.

Org. Internacional

Conta Corrente

3.129-1

Banco
do Brasil

Agência
1004-9

Praca de Pagamento
Brasília-DF

Nome do Responsável

Victor Eduardo Rachinea

C. P. F.

Isento

C.I./Orgão Expedidor

P-10991 - RRE

Cargo

Representante do IICA no Brasil

Função

Repres. do IICA no Brasil

Matrícula

70.624

Endereço

SDS 314 - Bloco D - Antº 204

C.E.P.

70.624

Orgão/Entidade Interveniente

Esfera Adm.

Endereço

C.E.P.

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo

22101.04.018.0110.2451.0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autogestão Cooperativista.

Período de Execução

Início

09/93

Término

10/93

22101.04.009.0020.2915.0046 - Coordenação do Planejamento - Ação Interinstitucional

04-JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Descrição: O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, é um organismo internacional especializado em agricultura e faz parte do Sistema Interamericano criado por Resolução da Organização dos Estados Americanos - OEA, em 1942. Dentre suas atribuições o IICA objetiva estimular, promover e apoiar os esforços dos países membros para alcançar o seu desenvolvimento agrícola e o bem estar das populações rurais. O IICA tem atualmente 33 países membros. Em 10/12/91 foi promulgado o Acordo Básico entre o Governo Brasileiro e o IICA por intermédio do Decreto nº 361, que prevê entre outros instrumentos a celebração e execução de convênios. O Instituto está perfeitamente apto a desenvolver as atribuições previstas neste instrumento.

05-IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Descrição: O presente convênio tem por objetivo apoiar o Ministério na formulação e implementação de programas e projetos de desenvolvimento

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

FOLHA
 2 DE 7

06-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico Unidade	Qtde.	Duração Início	Término
PROGRAMA DE APOIO A REFORMA AGRÁRIA						
01		Apoio e fortalecimento às organizações associativas de prod. em áreas de refor. agrária:				
1.1		organização de produtores apoiadas	Organiz.	36	09/93	10/93
1.2		cooperativas de produção e serviço atendidas	Cooperat.	04	"	"
1.3		novas associações de pequenos produtores criadas	Associa.	08	"	"
02		Assessoria à elaboração e ou reformulação de Projetos e à negociação com fontes financiadoras				
2.1		projetos em negociação	Projetos	04	"	"
2.2		projetos financiados e em implantação (incremento)	Projetos	06	"	"
2.3		projetos em transferência de tecnologia	Projetos	01	"	"
2.4		projetos sobre cooperação entre organizações de produtores	Projetos	01	"	"
2.5		apoio à celebração de convênio do RAARA/SDR/DEBACOP com o Banco Nordeste	Conv.	01	"	"
7.2		apoio técnico a projetos municipais de infra-estrutura rural	Projeto	10	"	"
(continua)						

Utilizar Apenas Para Obra



Handwritten signature and a circled mark.

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

FOLHA
 4 DE 7

04-CICLOGRAMA EXECUÇÃO (Reta, Etapa, ou Fase)

Reta : Etapa/ Especificação
 : Fase # :

Indicador Físico
 Unidade : Qtd. Duração
 Início : Término

7.2	análise a projetos técnicos de agroenergia	Análise	20	09/93	10/93
08	Difusão das ações do Programa Nacional de Energização Rural				
08.1	estruturação da divulgação do Programa a nível nacional	Projeto	01	"	"
08.2	elaboração de manuais técnicos	Manual	01	"	"
08.3	edição de manuais técnicos	Manual	100	"	"
08.4	intercâmbio de experiências	Visita	15	"	"

PROGRAMA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES RURAIS

09	Assessoramento Técnico				
09.1	assessoramento técnico ao Departamento de Infra-estrutura Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural na área de telecomunicações rurais	Assessor.	várias	"	"
10	Reavaliação e revisão de documentos				
10.1	reavaliação do documento básico de concepção do Programa Nacional de Telecomunicações rurais e revisão final do documento do Prog. Pesq. p/ identif. de usuários potenciais	Documento	01	"	"
10.2	revisão final do documento referente a normas para seleção de áreas, de usuários e de executores do PNTR	Documento	01	"	"

PROGRAMA DE APOIO A PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

011	Elaboração de Manuais relacionados ao Programa				
11.1	elaboração de manuais de produção	Manuais	07	"	"
11.2	elaboração de manuais de pós-colheita	Manuais	12	"	"

(continua)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

PT-02

PÁG. 5 DE 7

06-CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Etapa/ Especificação
 Fase :

Indicador Físico : Duração
 Unidade : Qtde. Início : Término

Meta : Etapa/ Especificação Fase :	Indicador Físico : Unidade : Qtde.	Duração Início : Término
11.9: elaboração de manuais de fitossanidade	Manuais 05	09/93 10/93
12: Edição de manuais		
12.1: preparação de manuais de produção para edição	Edição 02	" "
12.2: preparação de manuais de pós-colheita para edição	Edição 03	" "
12.3: preparação de manuais de fitossanidade para edição	Edição 05	" "
13: Elaboração de projetos e articulação institucional		
13.1: elaboração de projeto de produção de mudas e sementes de frutas	Projeto 01	" "
13.2: elaboração de projeto de qualidade e produtividade para a fruticultura nacional	Projeto 01	" "
13.3: elaboração de projeto de capacitação técnica e gerencial	Projeto 01	" "
13.4: articulação institucional com entidades de capacitação e treinamento	Institui. 10	" "

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE BUDGETO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O
 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA

PT-03
 FOLHA
 6 DE 7

07-PLANO DE APLICAÇÃO (CR\$ 1,00)

Natureza da Despesa

Código	Especificação	Total	Ministério	Proponente
0450-39	Transferência à Instituição Privada - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	52.000.000	52.000.000	--
TOTAL GERAL		52.000.000	52.000.000	

08-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (CR\$ 1,00)
 Concedente

Meta	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
01/013			52.000.000			

Handwritten signature/initials

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA

PT-03

FOLHA
7 DE 7

Proponente (contrapartida CR\$ 1.00)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun

Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Local e Data

Proponente

Aprovação pelo concedente

Aprovado

Local e Data

Concedente

47

085/94
MAARA/ICA
BRASIL

142 millones de Guineas
= \$ 284.000.000

Contrato MAAA
gasta el proyecto
básico por forma
parte del contrato

142.000.000
284.000.000

173

Supõe a cláusula 1.ª que o contrato de prestação de serviços de consultoria
Assinado com o IICA em 24 de Setembro de 1991, em Brasília, DF, pelo
Ministro de Estado e seu substituto, e pelo representante legal do IICA,
Armando de Sá, de 20 de Setembro de 1991, em Brasília, DF.

CLAUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA OU EXENÇÃO

O presente Contrato é celebrado em cumprimento do Decreto-Lei nº 1.171, de 1990, Base Legal, Nº do art. 24 do Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e do Decreto nº 1.171, de 1990, do IICA, aprovado pelo Decreto nº 307, de 11.12.91.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PROJETO BÁSICO

Para o alcance do objeto pactado, o IICA se obriga a cumprir o Projeto Básico, o qual passa a fazer parte integrante deste **CONTRATO**, incluindo o texto e de sua transcrição, no período compreendido pelo contrato e respectivos aditivos.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

1 - ao MINISTÉRIO incumbe:

- a) orientar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos, contratados, cabendo-lhe especificamente acompanhar as atividades de execução, conforme estabelecido no Projeto Básico, e verificar a exata aplicação dos recursos de **CONTRATO**, bem como avaliar os respectivos resultados,
- b) designar um técnico como Coordenador-Geral do Projeto para acompanhar os assuntos e atividades do **CONTRATO**, a quem competirá a análise dos relatórios periódicos e final, bem assim das prestações de contas elaboradas pelo IICA, além de se responsabilizar por elaboração de Parecer Técnico,
- c) facilitar o acesso do pessoal que presta serviços ao IICA, bem como às instituições onde venham a ser desenvolvidos os trabalhos.

- d) responsabilizar-se pela definição dos padrões técnicos a serem adotados no desenvolvimento do sistema de informações em sistemas a ser desenvolvido (Decreto nº 218/92).
- e) estabelecer as condições para que o IICA possa realizar o estudo de melhor avaliação técnica para o fornecimento de bens.
- f) prestar a execução dos serviços realizados e a entrega dos bens fornecidos pelo IICA.

II - ao IICA incumbe:

- a) aplicar os recursos integralmente na realização das atividades previstas no Projeto Básico, de conformidade com as normas vigentes e com a Resolução nº 70, IICA/JIA, de 23.10.85 normalizada pela Ordem Executiva 06/92.
- b) designar um técnico, para acompanhar as atividades do **CONTRATO**,
- c) subcontratar serviços e fornecer bens que se fizerem necessários ao atingimento do objeto deste instrumento, bem como contratar consultores e especialistas, segundo os requerimentos identificados no Projeto Básico, conforme suas próprias normas e procedimentos, mediante prévia consulta ao **MINISTÉRIO**, no que se refere aos aspectos técnicos,
- d) adquirir com recursos do **CONTRATO**, o hardware e software necessários, em concordância com os padrões técnicos estabelecidos pelo **MINISTÉRIO** e com prévia autorização deste, considerando sempre as melhores condições comerciais, devidamente justificadas.
- e) utilizar as facilidades que dispõe como organismo internacional, para a cooperação técnica recíproca, nacional ou internacional, o intercâmbio de informações e conhecimentos, bem como a subcontratação de serviços e o fornecimento dos bens, necessários ao cumprimento do objeto do **CONTRATO**, de acordo com as normas estabelecidas pelo **MINISTÉRIO**.

despesa 4590 52 - Equipamento e Material Permanente, Nota de Empenho nº 93NE01093 emitida em 08/12/93, no valor de CR\$ 600.800,00 (seiscentos mil oitocentos e vinte e cinco cruzeiros reais). Secretaria de Administração Geral, Projeção de Atividade 04 007 0021 2008 0004 - Coordenação, B. e Manutenção dos Serviços Administrativos - DEFAFAN, elemento de despesa 4590 52 - Equipamento e Material Permanente, Nota de Empenho nº 93NE01092 emitida em 08/12/93, no valor de CR\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais). Projeção de Atividade 04 007 0021 2008 0004 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos - CSG, elemento de despesa 4590 52 - Equipamento e Material Permanente, Nota de Empenho nº 93NE01091 emitida em 08/12/93, no valor de CR\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros reais). Projeto Atividade 04 009 0024 2010 0020 - Sistema de Processamento de Dados, elemento de despesa 4590 52 - Equipamento e Material Permanente, Nota de Empenho nº 93NE01094 emitida em 08/12/93, no valor de CR\$ 15.257.870,45 (quinze milhões duzentos e cinquenta e sete mil oitocentos e setenta e seis cruzeiros reais quarenta e cinco centavos). Projeção de Atividade 04 008 0040 2009 0011 - Coordenação da Programação Operacional, elementos de despesas 3490 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Nota de Empenho nº 93NE01095 emitida em 08/12/93, no valor de CR\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros reais) e 4590 52 - Equipamento e Material Permanente, Nota de Empenho nº 93NE01096 emitida em 08/12/93, no valor de CR\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros reais).

Parágrafo Único- As despesas que ocorrerem no exercício seguinte serão estabelecidas em termos aditivos a este CONTRATO onde indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, conforme estabelece o parágrafo 1º art. 30 do Decreto nº 93 872 de 23 de dezembro de 1986

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados através de Ordem Bancária, na conta nº 70865-X do Banco do Brasil S/A - Agência 3129-1 da seguinte forma

- a - A título de antecipação o **PICA** receberá a importância de CR\$ 28.598.175,29 (vinte e oito milhões quinhentos e noventa e oito mil cento e setenta e cinco cruzeiros reais vinte e nove centavos), correspondente a 20% do valor deste contrato, repassado ao **PICA** após a publicação deste **CONTRATO** no Diário Oficial da União. Esta antecipação é feita em conformidade com o art. 33 do Decreto nº 93 872, e 23 12 86 e com o art. 1º do Decreto nº 93 872, e 23 12 86, e com o art. 1º do Decreto nº 93 872, e 23 12 86.

As demais parcelas serão efetuadas mediante apresentação de documentos que comprovem a prestação dos serviços de aquisição dos bens os quais após devidamente atestados, serão pagos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

O reajuste dos preços, objeto deste CONTRATO, será efetuado utilizando-se o Índice de Preço no Atacado - IPA, indústria de transformação, coluna 27, publicado na revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, observando-se a fórmula estabelecida no art. 8º de Decreto nº 94.651/97, amparado pelo Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o IICA, aprovado pelo Decreto Nº 361, de 10/12/1991.

Parágrafo Único - Na concessão do reajuste considerará-se como "base" para cálculo o preço inicial, constante do Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS E PENALIDADES

Enquanto durar o vínculo contratual com o IICA este CONTRATO fica amparado pelo Acordo Básico entre o governo do Brasil e o IICA, aprovado pelo Decreto Nº 361, de 10/12/1991.

Na particularidade de multas e penalidades, será observado o art. 33, Seção VIII do Decreto acima citado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido pelo MINISTÉRIO ou pelo IICA, mediante cumprimento das obrigações ajustadas até a data, através de simples notificação, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Faz parte integrante deste CONTRATO, independente de transcrição, o Projeto Básico, que o IICA declara conhecer e aceitar.

Parágrafo Segundo: Fica assegurada a Junta de Administração a autoridade normativa e à Coordenação Executiva o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste CONTRATO, na forma estipulada no item 3 e respectivos subitens, do Projeto Básico.

Parágrafo Terceiro: É de responsabilidade exclusiva e integral do IICA a utilização de pessoal para execução do objeto deste CONTRATO, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o MINISTÉRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO


A publicação deste CONTRATO será efetuada, em extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o disposto no artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, correndo as despesas por conta do MINISTÉRIO.

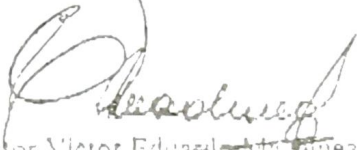


CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO FORO (DÚMBA) (CONTROVERSÍAS)

Para a solução das questões e litígios do presente CONTRATO, será seguido o procedimento de arbitragem que está estabelecido na cláusula 12 entre as Partes, e casando igualmente pelas Partes. O arbitral será final e definitivo (Art. 33 do Decreto nº 361 de 17/12/91)

Para validade do que pelas Partes foi averçado, firmamos este CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem


Doutor Alberto Duque Portugal
Secretário Executivo do MAARA


Doutor Victor Eduardo de Almeida
Representante do IICA no Brasil

Testemunhas:

Nome _____
CI N° _____

Nome _____
CI N° _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

15-11-93 - CR 241.311,00

Emprego de Remuneração J. Brasil

EMPREGO DE REMUNERAÇÃO - Contrato de Trabalho
 O Sr. J. BRASIL, brasileiro, de idade de 45 (quarenta e cinco) anos, casado, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, inscrita no CPF nº 123.456.789-01, em virtude de sua experiência profissional e qualificação, foi contratado para exercer o cargo de **Assistente Administrativo**, sob a supervisão do Sr. [Nome], cargo de confiança, no âmbito do Departamento de [Nome], da Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, com o salário mensal de R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos reais), acrescido de gratificação de R\$ 300,00 (trezentos reais) e de vantagens legais, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Curitiba, Paraná, aprovado em 1990, e suas alterações.

EMPREGO DE REMUNERAÇÃO - Contrato de Trabalho
 O Sr. J. BRASIL, brasileiro, de idade de 45 (quarenta e cinco) anos, casado, residente e domiciliado em Curitiba, Paraná, inscrita no CPF nº 123.456.789-01, em virtude de sua experiência profissional e qualificação, foi contratado para exercer o cargo de **Assistente Administrativo**, sob a supervisão do Sr. [Nome], cargo de confiança, no âmbito do Departamento de [Nome], da Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, com o salário mensal de R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos reais), acrescido de gratificação de R\$ 300,00 (trezentos reais) e de vantagens legais, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Curitiba, Paraná, aprovado em 1990, e suas alterações.

15-11-93 - CR 15.050,00

ANEXO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/84

O Município de Curitiba, Paraná, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

15-11-93 - CR 9.400,00

Serviço Federal de Processamento de Dados

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 0001/93 - Edital nº 0001/93 - Objeto: Contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, sob a supervisão do Sr. [Nome], cargo de confiança, no âmbito do Departamento de [Nome], da Prefeitura Municipal de Curitiba, Paraná, com o salário mensal de R\$ 1.200,00 (dois mil e duzentos reais), acrescido de gratificação de R\$ 300,00 (trezentos reais) e de vantagens legais, conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Curitiba, Paraná, aprovado em 1990, e suas alterações.

15-11-93

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Curitiba, Paraná, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

15-11-93

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
 RESULTADO DE LICITAÇÃO
 O Município de Curitiba, Paraná, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

15-11-93

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município Federal de Curitiba, Paraná, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

14 de dezembro de 1993

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

15-11-93

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/84

O Município Federal de Curitiba, Paraná, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMISSÃO REGISTRO CADASTRAL

15-11-93

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município Federal de Curitiba, Paraná, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

14 de dezembro de 1993

COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15-11-93

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO
E DA REFORMA AGRÁRIA

Serviço Executivo
EXTRATO DE LICITAÇÃO

O Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, através do Departamento de Administração, de acordo com o Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984, para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de informática, realizou a tomada de preços nº 1/84, em 17 de novembro de 1984, em Curitiba, Paraná, com o objetivo de adquirir os serviços de manutenção de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas e condições de contratação estabelecidas no Edital de Licitação nº 1/84, de 15 de novembro de 1984, publicado no Diário Oficial do Município de Curitiba, Paraná, em 16 de novembro de 1984.

086/94
CDPD/ИСА



CONTRATO DE PROMOCION Y VENTA DE PUBLICACIONES CELEBRADO
 ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA
 (IICA) Y EL CENTRO PANAMERICANO DE DISTRIBUCION DE PUBLICACIONES
 (CPDP) EN WASHINGTON D.C., ESTADOS UNIDOS

El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante el IICA, representado por su Director General, Ing. Agr. Carlos Aquino González, y el Centro Panamericano de Distribución de Publicaciones (CPDP), en adelante el DISTRIBUIDOR, representado por su Director, Sr. Leopoldo F. Rodríguez, suscriben el presente contrato regulado por los siguientes términos.

PRIMERO:

El IICA designa al DISTRIBUIDOR, sin carácter de exclusividad, para que promueva, distribuya y venda las publicaciones editadas por el IICA, por el término de un año a partir de la fecha de firmado el presente contrato, sin perjuicio de lo dispuesto más adelante en el artículo duodécimo.

SEGUNDO

El IICA concede al DISTRIBUIDOR un descuento del 40% (cuarenta por ciento), sobre el precio de lista de las publicaciones. El DISTRIBUIDOR recibirá los textos en consignación, con derecho a devolver mediante informe escrito al IICA y al término de un año, aquellos volúmenes que no haya podido comercializar.

TERCERO:

El IICA entregará al DISTRIBUIDOR los textos solicitados por escrito, en la medida que sus existencias se lo permitan, quedando a cargo del INSTITUTO los costos de seguro y flete motivados por despachos embarcados desde la Sede Central del IICA en San José, Costa Rica. Estos envíos se harán por carga aérea y sólo se utilizará el correo impreso aéreo cuando las circunstancias lo ameriten.

CUARTO:

El DISTRIBUIDOR se compromete a presentar al IICA liquidaciones semestrales del movimiento de publicaciones, conjuntamente con el importe producido de la venta.

El detalle de liquidación deberá establecer claramente el saldo inicial de libros, las ventas producidas en el semestre y el saldo en existencia, con el respectivo valor de stock.

QUINTO:

El DISTRIBUIDOR abonará al IICA el monto de las ventas en dólares de los Estados Unidos de América, descontando el 40% de bonificación anotado en el artículo segundo.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA
 SEDE CENTRAL

APDO. 55-2200 CORONADO, COSTA RICA. TEL 29-0222. CABLE IICASANJOSE - TELEX: 2144IICA
 CORREO ELECTRONICO EIES 1332 IICA SC. FACSIMIL (506) 294741 - IICA COSTA RICA

SEXTO:

El precio de venta de las publicaciones es fijado por la Sede Central del IICA en dólares de los Estados Unidos y no deberá ser aumentado en la venta al público.

SETIMO:

El IICA se compromete a comunicar al DISTRIBUIDOR sobre la aparición de nuevos títulos, sus precios y características generales. Esta comunicación se hará como mínimo cada seis meses.

OCTAVO:

El IICA despachará al DISTRIBUIDOR todas las publicaciones que solicite, las cuales se harán llegar a la dirección del DISTRIBUIDOR.

NOVENO:

El DISTRIBUIDOR se obliga a remitir inventarios semestrales de existencias. Cualquier diferencia que se produzca queda bajo la responsabilidad del mismo, debiendo subsanar el faltante en la liquidación siguiente, como si se hubiera materializado su venta.

DECIMO:

El DISTRIBUIDOR se compromete a promover, divulgar, distribuir y comercializar las publicaciones del IICA en los mismos términos de lealtad comercial y oportunidades con que lo hace con las otras organizaciones que represente. Con tal propósito, incluirá información sobre las publicaciones del IICA en sus boletines bibliográficos, folletos, catálogos y otros materiales promocionales; cualquier costo en que se incurra por este concepto será cubierto por el DISTRIBUIDOR.

UNDECIMO:

El presente contrato podrá ser renovado por períodos similares, modificado total o parcialmente, de común acuerdo entre las partes contratantes, o a solicitud escrita de una a la otra. También podrá expirar la relación contractual siempre que medie comunicación escrita de la voluntad de una de ellas, con antelación a la fecha de extinción. En caso de terminación, las partes convienen en realizar conjuntamente una liquidación final que incluirá el pago total de lo que el DISTRIBUIDOR pueda adeudar por ventas realizadas hasta ese momento y la devolución en buen estado, cuando sea del caso, de las publicaciones en poder del DISTRIBUIDOR.

DUODECIMO:

Cualquier controversia entre las partes, emergente de la aplicación del presente contrato, será resuelta en primera instancia por mutuo acuerdo entre las mismas. En caso de persistir, será sometida a arbitraje, conforme con las reglas de procedimientos de la Comisión Interamericana de Arbitraje Comercial. Esta disposición no constituirá renuncia de los privilegios e inmunidades otorgados al IICA como organismo internacional, por el Gobierno de los Estados Unidos.

Las partes firman el presente contrato, en original y cuatro copias de un mismo tenor en el lugar y fecha abajo indicado. Este contrato rige a partir de su firma.

POR EL IICA



Ing. Agr. Carlos E. Aquino González
Director General

San José, Costa Rica,
16 de Marzo de 1994

POR EL DISTRIBUIDOR



Sr. Leopoldo F. Rodríguez
Director CROP

Washington D.C., EEUU,
09 de Marzo de 1994

087/94
UEPHE/ICA
ARGENTINA

14427

CARTA DE ENTENDIMIENTO ENTRE LA UNIDAD EJECUTIVA DE PROYECTOS HIDRICOS ESPECIALES DEL MINISTERIO DE OBRAS Y SERVICIOS PUBLICOS DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES (U.E.P.H.E.) Y EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA) PARA APOYAR ADMINISTRATIVAMENTE EN LA FORMULACION DEL PROYECTO " SANEAMIENTO AMBIENTAL Y CONTROL DE INUNDACIONES EN LA CUENCA DEL RIO RECONQUISTA".

Entre la Unidad Ejecutiva de Proyectos Hidricos Especiales del Ministerio de Obras y Servicios Públicos de la Provincia de Buenos Aires, representada por el Dr. Hector Jorge Cabodevilla, Presidente Alternativo de la U.E.P.H.E., por una parte y el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), representada por el Representante del IICA en la República Argentina, Ing. Agr. Gonzalo Estefanell, por la otra, se suscribe la presente Carta de Entendimiento, la que queda sujeta a los considerandos y cláusulas siguientes:

I. CONSIDERANDO:

1. Que el IICA tiene un Acuerdo General de Cooperación Técnica con la Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca firmado en 1990, en el cual se indica que tienen objetivos comunes que permiten el apoyo del IICA para la ejecución de proyectos específicos.
2. Que por nota del Subsecretario de Producción Agropecuaria y Mercados de la Secretaría de Agricultura Ganadería y Pesca, se solicita al IICA tenga en especial consideración la solicitud formulada por la Provincia de Buenos Aires en relación a la aplicación de fondos para la preparación de proyectos del BID para el "Proyecto de Saneamiento Ambiental y Control de Inundaciones en la Cuenca del Río Reconquista", debido a que tendrá importantes implicancias en las explotaciones frutihortícolas de dicha cuenca, por el control de inundaciones previsto, lo que traerá aparejado la recuperación de terrenos que sean aptos para la expansión de producciones agrícolas.
3. Que el IICA ha priorizado el tema de la sostenibilidad y el medio ambiente entre sus líneas de trabajo.

II. HAN CONVENIDO: Formalizar la siguiente Carta de Entendimiento para apoyar administrativamente a la U.E.P.H.E. del Ministerio de Obras y Servicios Públicos de la Provincia de Buenos Aires, en la preparación y formulación del Proyecto " Saneamiento Ambiental y Control de Inundaciones en la Cuenca del Río Reconquista BID- PPF 746/DC-AR ".

Mr

III. DE LAS OBLIGACIONES DEL IICA:

Durante la ejecución de la presente Carta de Entendimiento, el IICA prestará apoyo administrativo para la formulación del Proyecto de "Saneamiento Ambiental y Control de Inundaciones en la Cuenca del Río Reconquista" y la elaboración de la propuesta de creación de un Ente encargado del manejo integral de la Cuenca.

Para ello el IICA se compromete a:

a) Administrar los recursos otorgados a la U.E.P.H.E. a través del PPF para el proyecto a fin de ejecutar acciones de apoyo técnico que se definan a través de Anexos Técnicos a esta Carta de Entendimiento, de conformidad con las normas y procedimientos del IICA.

b) Aprobar la selección realizada por la U.E.P.H.E. de los consultores que sean necesarios para la ejecución de las actividades previstas en cada Anexo Técnico, conforme a las normas y procedimientos del IICA y del BID.

c) Verificar la presentación de los informes parciales, finales y especiales que sean establecidos en cada Anexo Técnico.

d) Asignar un técnico residente en la Argentina quien será el coordinador por parte del IICA de la ejecución de las actividades de apoyo administrativo que se realizarán al amparo de la presente Carta de Entendimiento.

e) A solicitud de la U.E.P.H.E. y por intermedio del Organismo Nacional, el IICA gestionará ante el BID las transferencias de fondos necesarias para el funcionamiento del Proyecto, según los procedimientos establecidos por el BID para desembolsos de préstamos.

IV. DE LAS OBLIGACIONES DE LA U.E.P.H.E.:

a) Identificar y definir las áreas temáticas que requieran del apoyo administrativo del IICA para la contratación de los consultores requeridos en la formulación del Proyecto.

b) Asignar los recursos técnicos y financieros que se requieran para ejecutar las actividades definidas en el Anexo Técnico 1.

c) Designar a través de la U.E.P.H.E. el funcionario de alto rango responsable de la coordinación de esta Carta de Entendimiento.

d) Proporcionar toda la información requerida por los especialistas y darles las facilidades técnicas y administrativas para el cabal desempeño de sus funciones.

V. DE LOS RECURSOS FINANCIEROS:

a) Para la realización de las actividades previstas en la presente Carta de Entendimiento, la U.E.P.H.E. aportará la suma de \$ 170.000 (ciento setenta mil pesos), que le fueron asignados mediante Carta Acuerdo en el marco del préstamo PPF-BID 746 OC-AR.

b) A los efectos de atender los Costos Administrativos y Técnicos (CATI's), de acuerdo con la norma de la Junta Directiva del IICA Resolución 86/1988, se deberá aportar por donde corresponda la suma \$ 13.600 (trece mil seiscientos pesos).

c) Si existiere la necesidad de adquirir bienes, en cada Anexo Técnico se formularán los requerimientos específicos.

VI. PRESUPUESTO Y MANEJO DE RECURSOS:

a) El presupuesto para la realización de estas actividades forma parte de esta Carta de Entendimiento (Anexo I).

b) Los recursos financieros que el BID asigna al proyecto podrán ser convertidos por el IICA en dólares estadounidenses al tipo de cambio oficial que rija al día en que se concreten las operaciones de cambio.

c) La conversión de pesos a dólares estadounidenses queda sujeta a la reglamentación que establezcan las autoridades argentinas al respecto para el mercado cambiario.

d) Los gastos generados por las operaciones de cambio y financieras, como así las diferencias de cambio que puedan originarse y los Costos Administrativos y Técnicos Indirectos serán absorbidos por la Carta de Entendimiento y sus addendas.

e) La administración de los recursos financieros se regirá por las normas y procedimientos institucionales que utiliza el IICA, el BID y la Secretaría de Hacienda en la Línea PPF.

VII. PREVISION Y DESTINO DE LOS BIENES:

El equipamiento y bienes adquiridos mediante los recursos asignados por el préstamo serán de propiedad de la U.E.P.H.E.

Todos los bienes serán adquiridos de acuerdo a las especificaciones, selección de los proveedores y costos que la U.E.P.H.E. indique.

VIII. FECHA DE INICIO Y DURACION:

La presente Carta de Entendimiento tendrá duración de nueve meses, pudiendo ser ampliada y tendrá vigencia a partir del primer desembolso.

IX. MODIFICACION A LA CARTA DE ENTENDIMIENTO:

Objetivos, resultados y acción, forma de participación, obligación de cada parte, contribuciones técnicas, financieras, de recursos humanos y otras; tiempo, monto y presupuesto, administración y responsabilidades técnicas que correspondan y demás elementos que aseguren el normal y adecuado cumplimiento de lo que se pacte, se definirán mediante addenda a la presente Carta de Entendimiento con sus respectivos Anexos Técnicos.

X. SOLUCION DE CONTROVERSIAS:

Las partes se comprometen a tratar de solucionar, de común acuerdo, las controversias que pudieran derivarse de la interpretación o aplicación del presente contrato. De no llegarse a una solución satisfactoria para ambas el asunto será sometido a arbitraje, cuyo procedimiento será decidido de común acuerdo y costado por partes iguales.

En constancia se firma la presente Carta de Entendimiento a los 28 días del mes de febrero de 1994.

Por la U.E.P.H.E.
Dr. HECTOR JORGE CABODEVILLA
PRESIDENTE ALT.
UNIDAD EJECUTIVA
Proyectos Hidráulicos Especiales M. O. S. P.

Por el IICA


GONZALO A. ESTEFANELL
REPRESENTANTE

ANEXO I PROYECTO RIO RECONQUISTA

1.	DOS CONSULTORES EN INGENIERIA AMBIENTAL 2 SENIOR A1 X 3 MESES (\$2590/MES)	\$	15540
2.	UN CONSULTOR EN MODELOS PREDICTIVOS 1 SENIOR A1 X 2 MESES (\$2590/MES)	\$	5180
3.	TRES CONSULTORES EN INGENIERIA HIDRAULICA 3 SENIOR A2 X 3 MESES (\$2270/MES)	\$	20430
4.	UN CONSULTOR EN ADMINISTRACION DE CONTRATOS Y LICITACIONES 1 SENIOR B1 X 9 MESES (\$2020/MES)	\$	18180
5.	UN CONSULTOR EN REDES DE MONITOREO Y ALERTA 1 SENIOR B1 X 3 MESES (\$2020/MES)	\$	6060
6.	UN CONSULTOR EN ORGANIZACION INSTITUCIONAL Y MANEJO DE CUENCAS 1 SENIOR A2 X 9 MESES (\$2270/MES)	\$	20430
7.	UN CONSULTOR EN LEGISLACION AMBIENTAL 1 SENIOR A2 X 4 MESES (\$2270/MES)	\$	9080
8.	UN CONSULTOR EN SISTEMAS ADMINISTRATIVOS, CONCESION DE SERVICIOS UN SENIOR A1 X 4 MESES (\$2590)	\$	10360
9.	UN CONSULTOR EN FORMULACION DE PROYECTOS UN SENIOR A1 X 3 MESES (\$2270)	\$	6810
10.	UN CONSULTOR EN COORDINACION TECNICA Y OPERATIVA UN SENIOR A1 X 9 MESES (\$2590)	\$	23310
11.	EQUIPOS COMPUTADORA E IMPRESORA SISTEMAS PERIFERICOS FAX CON LINEA FOTOCOPIADORA ALQUILER PROGRAMAS MODELOS PREDICTIVOS	\$	12000
12.	IMPREVISTOS	\$	22620
	SUBTOTAL	\$	170000
	CATIs	\$	13600
	TOTAL	\$	183600

088/94
MAGICA
PARAGUAY



MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA

Boleta 15014

CONVENIO DE COOPERACION TECNICA II - ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA) Y EL MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA DEL PARAGUAY (MAG), PARA EL APOYO AL PROYECTO DE CREDITO DE LA REGION NORORIENTAL

El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante el IICA o el Instituto, representado por su Director General, Dr. Carlos Eugenio Aquino González, quien delega expresamente en este acto para firmar en su nombre y representación, en el Representante de la Oficina del IICA en Paraguay, Luiz Carlos Pannunzio y el Ministerio de Agricultura y Ganadería del Paraguay en adelante MAG, representado por el Excelentísimo Señor Ministro de Agricultura y Ganadería Ing. Agr. Raúl Torres Segovia, acuerdan celebrar el presente Convenio de Cooperación Técnica sujeto a los considerandos y cláusulas siguientes:

C O N S I D E R A N D O

QUE el 10 de noviembre de 1992, la República del Paraguay suscribió el Contrato de Préstamo 310-PG con el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola de aquí en adelante denominado FIDA, para financiar el Proyecto de Crédito en la Región Nororiental, el cual fue sancionado por la Ley N° 129 del 18 de diciembre de 1992.

QUE el Ministerio de Agricultura y Ganadería es el Organismo ejecutor de dicho Proyecto, debiendo suscribir convenios con otras entidades inclusive el IICA para la ejecución de componentes del Proyecto.

QUE el IICA firmó con el Gobierno del Paraguay un Acuerdo Básico sobre Relaciones Institucionales, Privilegios e Inmunidades el que fue sancionado por la Ley N° 1117 del 25 de junio de 1985.

QUE el Artículo 5 del referido Acuerdo dispone que el Instituto podrá celebrar acuerdos de cooperación con instituciones nacionales o internacionales, públicas o privadas, en disciplinas conexas con la agricultura y el bienestar rural.

QUE en el Contrato de Préstamo se prevé la participación del IICA, en la capacitación y promoción de organizaciones campesinas.





MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA

QUE el IICA es el organismo especializado del sistema interamericano con una vasta experiencia en el tema.

QUE en el Contrato de Préstamo se prevé la instalación de una Unidad Ejecutora del Proyecto en adelante denominada UEP, en la localidad de San Estanislao (Santaní).

CONVIENEN:

ARTICULO 1: OBJETIVO

El objetivo del presente Convenio consiste en que el IICA brindará asistencia a la UEP del MAG para diseñar, capacitar a los técnicos y apoyar la implementación de un sistema de organización de pequeños productores en apoyo al Proyecto de Crédito para la Región Nororiental, todo ello de conformidad con el documento técnico que se anexa, es parte integrante de este Convenio.

ARTICULO 2: OBLIGACIONES DEL IICA

En conformidad con el Documento de Apoyo Técnico anexo el IICA se compromete a:

- a. Apoyar técnica y administrativamente a través de la Oficina en el Paraguay, las actividades previstas en el Documento Técnico.
- b. Asignar a un especialista en Desarrollo Rural de la Oficina en Paraguay para coordinar las acciones del Proyecto.
- c. Contratar con cargo al aporte del MAG un especialista nacional en Organización de Productores y Capacitación, para el Desarrollo Rural Autogestionario.





MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA

- d. Adquirir con cargo al aporte del MAG el vehículo indicado en el documento anexo. Este último será traspasado a la UEP una vez finalizados los trabajos y de conformidad con las estipulaciones establecidas por la Legislación Paraguaya.
- e. Preparar un Plan de Actividades.
- f. Presentar informes financieros y de avance de conformidad con el Proyecto IICA/MAG y el Plan de Actividades. El informe final deberá ser presentado en un plazo no mayor de tres meses luego de finalizadas las actividades.

ARTICULO 3: OBLIGACIONES DEL MAG

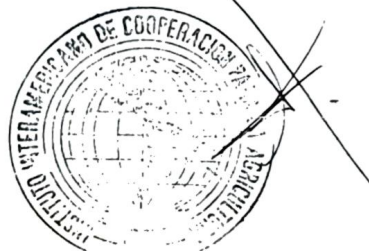
El MAG a través de la UEP se compromete a:

- a. Contribuir con los recursos financieros provenientes del Contrato de Préstamo 310-PG para la ejecución del Convenio.
- b. Analizar y aprobar el Plan de Actividades elaborado por el IICA, así como las rectificaciones que resultara conveniente realizar a dicho Plan durante su vigencia.
- c. Asignar, en conformidad con el Plan de Actividades aprobado, el personal de contraparte de las instituciones vinculadas al Ministerio.

ARTICULO 4: RECURSOS FINANCIEROS

La asistencia técnica que el IICA brindará al MAG, tiene un costo total de US\$ 70.000 dólares de los Estados Unidos de Norteamérica. Los recursos financieros que aporte el MAG al presente Convenio se regirán por las siguientes normas:

- a. El MAG adelantará al IICA la totalidad de los recursos financieros US\$ 70.000 (Setenta mil dólares) para la constitución de un fondo rotatorio para su utilización en conformidad con el Plan de Actividades aprobado por las partes.





MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA

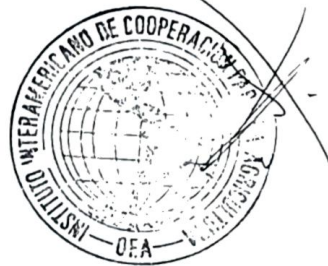
- b. El IICA depositará la suma mencionada en el literal "a" anterior en la cuenta bancaria del IICA número 24-863-05-026 en el American Security Bank N.A. Washington, DC, USA.
- c. El IICA presentará mensualmente a la UEP del MAG los detalles de pagos y gastos acompañados de los originales de los comprobantes.
- d. Para los gastos realizados en moneda distinta al dólar de los Estados Unidos de Norteamérica, el IICA aplicará la tasa de cambio que utiliza su Oficina en Paraguay.
- e. Los aportes del MAG serán efectivizados en dólares de los Estados Unidos de Norteamérica.
- f. El IICA sólo realizará desembolsos para la ejecución de las actividades, luego de recibir la notificación de su Dirección Financiera, de que el depósito ha sido realizado.
- g. El MAG reconocerá al IICA el 12% de los montos desembolsados por concepto de costos administrativos y técnicos indirectos, los que se incluirán en los detalles de pagos y gastos mensuales.

ARTICULO 5: INCUMPLIMIENTO DE LAS OBLIGACIONES

Las partes se comprometen a cumplir fielmente las obligaciones estipuladas a su cargo, a no ser que el incumplimiento de la otra parte o motivos de caso fortuito o fuerza mayor lo impidan. En tal caso, la parte incumpliente por estas causas, luego de comprobadas, se verá eximida de toda culpa.

ARTICULO 6: MODIFICACIONES Y PRORROGAS

Este Convenio podrá ser modificado y prorrogado mediante acuerdo entre las partes a través de suscripción de notas.



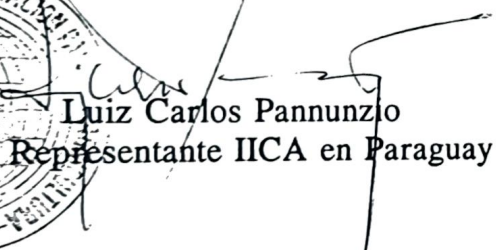


ARTICULO 7: VIGENCIA, DURACION Y TERMINACION

Este Convenio tendrá una duración de 12 meses y entrará en vigencia a partir de la fecha en que el IICA reciba el aporte financiero del MAG. Cualquiera de las partes podrá darlo por terminado antes de la fecha de finalización, siempre y cuando notifique su decisión a la otra con 15 días de anticipación. Las acciones que se encuentren en ejecución no se verán afectadas por la terminación anticipada de este Convenio.

EN FE DE LO ANTERIOR, se suscribe el presente Convenio de Cooperación Técnica a los diez días del mes MARZO de mil novecientos noventa y cuatro

Por el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura


Luiz Carlos Pannunzio
Representante IICA en Paraguay

Por el Ministerio de Agricultura y Ganadería del Paraguay


Torres Segovia
Ministro





MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA

PROPUESTA TECNICA DE PROMOCION DE DESARROLLO RURAL,
CAPACITACION Y FORTALECIMIENTO DE ORGANIZACIONES
AUTOGESTIONARIAS DE PRODUCTORES Y PRODUCTORAS CON INCORPORACION
DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA, GÉNERO Y SUSTENTABILIDAD.

CONVENIO MAG-UEP/IICA

PROYECTO DE CRÉDITO DE LA REGIÓN NORORIENTAL

I. ANTECEDENTES

La cooperación técnica propuesta, está sustentada en la experiencia acumulada y sistematizada por el IICA en el marco del convenio IICA-MAG en los proyectos de Eje Norte y Caazapá.

Ambos proyectos fueron diseñados en el marco de una política macroeconómica de modernización dentro del modelo de crecimiento hacia afuera y sustitución de importaciones. De forma coherente con este modelo, se concibió el desarrollo rural como el desarrollo de líneas o rubros de producción. En este caso, se trataba de desarrollar la producción de algodón, tabaco, soja y caña dulce. Esta política condicionó, obviamente, los servicios de crédito, asistencia técnica y organización.

Este modelo de desarrollo rural se planteaba en base a la perspectiva dicotómica y dualista con relación al desarrollo industrial en torno a dicotomías excluyentes de crecimiento y distribución, industria y agricultura, ciudad y campo. Toda la dinámica del desarrollo se planteaba dentro de un enfoque productivista y economicista que en lugar de fortalecer la economía campesina, la desarticuló a través de un proceso acelerado de descomposición social y pauperización. Dentro de este enfoque productivista de modernización y crecimiento hacia afuera, el servicio de crédito se orientaba hacia líneas productivas, el servicio de extensión se articulaba en torno a producción de rubros para el mercado internacional y a la transformación del campesino en empresario rural y las organizaciones estaban enmarcadas dentro un modelo único y rígido que las identificaba con las cooperativas.

A partir de los cambios socio-políticos producidos con el proceso de democratización iniciado el 3 de febrero de 1989, se empezó a buscar nuevas alternativas para el desarrollo rural. Dentro de esta búsqueda de nuevas alternativas, el nuevo Ministro de Agricultura, planteó el marco de la política del MAG con Los **Lineamientos de la Política del Desarrollo Rural**. Este nuevo marco de políticas se articuló básicamente en torno a los lineamientos de políticas diferenciadas.





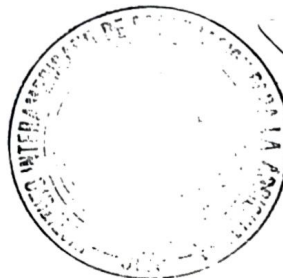
Con base en los nuevos Lineamientos, el IICA replanteó el marco de la dinámica de su cooperación técnica con el MAG para el fortalecimiento de organizaciones campesinas que venía operando desde 1987 en el Proyecto de Caazapá. Este replanteamiento se operó en primer lugar en forma de proyecto piloto, con cuatro nuevos asentamientos dentro del Proyecto Eje Norte. Una vez que se demostró la viabilidad de su éxito, el nuevo enfoque se extendió a otros seis nuevos asentamientos, a uno de más larga data y a un asentamiento indígena, completando así el apoyo a 12 asentamientos.

Dentro de este nuevo enfoque se trataba de superar la perspectiva dualista, productivista y economicista del desarrollo rural. Al mismo tiempo, se trataba de incluir el fortalecimiento de la sociedad civil y de la democracia en la cotidianidad de la vida del campo. Se trataba de incluir acciones concretas que incorporen mayor equidad entre géneros y grupos de edad con la recreación y fortalecimiento de estructuras organizativas locales para viabilizar un desarrollo comunitario autogestionario.

Por otro lado, se empezó a trabajar con una metodología diferente a través de la cual se empezó a promover y fortalecer las estructuras organizativas locales, distritales y regional. De esta manera, se empezó a desarrollar en la misma acción la metodología de investigación participativa como metodología de promoción y fortalecimiento de organizaciones autogestionarias para impulsar el desarrollo comunitario autogestionario. Con esta metodología de investigación participativa, se comenzó el rescate y la sistematización de las estructuras organizativas locales comunitarias y el enfoque de desarrollo campesino desde la perspectiva de los mismos campesinos a través de sus organizaciones.

Dentro de este marco de políticas diferenciadas, se elaboró con las mismas organizaciones un nuevo enfoque del desarrollo rural que se adecuaba a las aspiraciones del desarrollo campesino. Este desarrollo campesino debería ser no desde arriba y desde afuera, sino desde adentro y desde abajo. Por lo tanto, se trataba ya de un enfoque diferente que nacía de esta nueva práctica promovida por la política diferenciada adoptada por el Consejo de Desarrollo Rural. Este nuevo enfoque de desarrollo, se autodefinía como Desarrollo Campesino y se caracterizaba por ser un planteamiento endógeno en base a las potenciales locales, integral e integrado, sistémico y sustentable y fundamentalmente protagónico y autogestionario.

Dentro de este enfoque se superaba el planteamiento dualista que postula la posibilidad de lograr cambios en la sociedad rural, modificando exclusivamente algunos aspectos de la realidad agraria, sin afectar al sector industrial y las relaciones que vinculan a los dos sectores. Por este motivo, este enfoque se planteaba como integrado e integral.

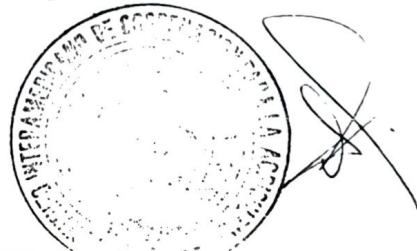




De la misma manera, se trataba dentro de este nuevo enfoque de no ilusionarse con que el campesino se transforme en un empresario con una racionalidad industrial y urbana, sino fundamentalmente se trataba de reactivar la economía campesina y potenciarla para competir más eficientemente en el mercado a través de proyectos productivos asociativos de agroindustrialización. Por este motivo, se planteaba como sistémico y sustentable. Igualmente, se trataba de promover el desarrollo autogestionario con el proceso de descubrimiento de las potencialidades comunitarias encubiertas o escondidas. Por este motivo el enfoque era endógeno, protagónico y autogestionario.

De esta manera, surgió un nuevo modelo organizativo a partir de las experiencias y expectativas de los mismos campesinos y sus organizaciones. Este nuevo modelo organizativo se estructuraba en base a las mismas necesidades de los propios protagonistas y se caracterizaba por su dinámica comunitaria y su perspectiva integral. Se percibía que la organización para responder a las experiencias y expectativas de los mismos campesinos y sus organizaciones debería incorporar la dimensión económico-productiva, la dimensión político-gremial y la dimensión antropológico-cultural. Dentro de este nuevo marco se reestructuraron las organizaciones de base, los comités de productores y productoras que se articularon en Consejos de Desarrollo Comunitario. De esta manera, las organizaciones se articularon en torno a familias dinamizadas en base a sus propias diferencias, conflictos y diversidades para ir ganando mayor capacidad de negociación a nivel sectorial y con mayor equidad entre género y grupos de edades. Los Consejos de Desarrollo Comunitario iniciaron su proceso de articulación a nivel distrital con la conformación de Consejos Distritales de Desarrollo Comunitario.

Por otro lado, la experiencia del proyecto de UNIFEM en el marco del Proyecto de Caazapá dentro del Convenio de Cooperación Técnica del IICA-MAG aportó también su contribución a este nuevo enfoque. Su contribución fundamental fue a través del proceso de replanteamiento y reprogramación de un proyecto concebido desde una perspectiva productivista y machista dentro de un nuevo enfoque más integral, integrado, sistémico y sustentable incorporando fuertemente la dinámica de la equidad entre géneros y el protagonismo de organizaciones comunitarias autogestionarias. Además, las contribuciones específicas en cuanto a fortalecimiento institucional de la DEAG en cuanto a la apropiación del enfoque impulsando un proceso de reformas institucionales. A esto le acompañó el proceso de participación en el marco de los gobiernos distritales y departamentales para la consolidación democrática combinando el nuevo enfoque de desarrollo distrital y departamental con la dinámica de desarrollo por cuencas y microcuencas hídricas articulados en el protagonismo de las organizaciones comunitarias autogestionarias de los Consejos Distritales y Departamentales de Desarrollo Comunitario..





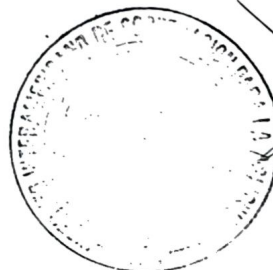
Al mismo tiempo, la participación del IICA en la elaboración del diseño del Proyecto de Consolidación de Colonias Concepción-Pedro Juan Caballero y Coronel Oviedo-Mbutuy, de alguna manera influenció para que el proyecto ya se enmarcara, en su mismo diseño, dentro de la política diferencial del MAG y el Consejo de Desarrollo Rural con un enfoque de desarrollo sustentable y más equitativo. Fruto de ese esfuerzo institucional se articuló el proyecto con un fortísimo componente organizativo concebido como el eje fundamental para impulsar el desarrollo comunitario autogestionario, equitativo y sustentable.

La capitalización y sistematización de esta experiencia muy rica en el marco de los Proyectos Eje Norte y de Caazapá debería ser utilizada en este nuevo Proyecto para fortalecer y potenciar sus impactos desde el mismo inicio de su implementación. Por lo tanto, partir de esta rica experiencia ganada garantizaría un proceso exitoso en el fortalecimiento de las organizaciones campesinas, paralelo al fortalecimiento de las instituciones gubernamentales y no gubernamentales involucradas en el desarrollo rural. Todo lo anterior serviría para potenciar y garantizar el éxito económico-financiero, económico-productivo, económico-social, y socio-ecológico del proyecto.

Finalmente, capitalizar las experiencias sistematizadas de los proyectos de Caazapá y Eje Norte para el Proyecto de Consolidación de Colonias, implica no repetir el error de basar la dinámica de implementación del proyecto en una dinámica de ensayos y error yendo de un planteamiento rígido a un planteamiento amorfo e improvisado. Recién en los dos últimos años se pudo encontrar la estrategia correcta de implementación para el fortalecimiento de las organizaciones autogestionarias. Capitalizar estas experiencias para este nuevo proyecto implica aplicar una metodología que demostró ser exitosa en una de las regiones del Departamento de San Pedro, que no puede ser muy diferente de los Departamentos de Concepción, Amambay y Caaguazú. Por lo tanto, aplicar esta metodología significaría ganar años en la ejecución del proyecto.

II. OBJETIVOS

La presente propuesta organiza su acción en torno a la consecución de cuatro objetivos generales y nueve objetivos específicos que se pretenderá implementar y operacionalizar a través de la Unidad de Coordinación de la Unidad Ejecutora de Proyectos.



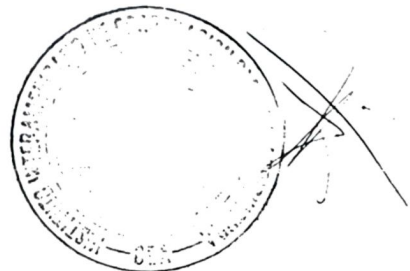


a. **Objetivos Generales**

- i. Promover, desarrollar y fortalecer la capacidad técnica y legal de las organizaciones beneficiarias de los préstamos del Fondo de Desarrollo Campesino para impulsar un proceso de desarrollo comunitario autogestionario en los diferentes niveles de integración de sus asociados, tanto a nivel de las unidades familiares como a nivel de las organizaciones de base, comunitarias, distritales y regionales.
- ii. Promover, desarrollar y fortalecer la capacidad de gestión técnico-administrativa, técnico productiva, técnico-económica, financiera, socio-antropológica, sicosocial, socio-gremial, socio-ecológica y jurídico-legal de las organizaciones beneficiarias de los préstamos a través de las Instituciones Financieras Intermedias - IFIs para impulsar una mejor distribución del ingreso y una mejor calidad de vida integral de sus asociados en sus diferentes niveles de organización.
- iii. Desarrollar y fortalecer la capacidad institucional de las instituciones ejecutoras de los componentes de los dos subproyectos, especialmente la División de Organización Social de la DEAG para impulsar un proceso de reformas institucionales dentro del nuevo enfoque de desarrollo y transformarlas en instituciones eficientes facilitadoras y catalizadoras de procesos de desarrollo autogestionario, equitativo y sustentable.
- iv. Desarrollar y fortalecer la capacidad institucional de los gobiernos distritales y departamentales en el marco de este nuevo enfoque de desarrollo comunitario autogestionario, equitativo y sustentable para garantizar la sustentabilidad socio-económica, socio-política, socio-antropológica y socio-ecológica del proyecto, en el tiempo posterior a su ejecución.

b. **Objetivos Específicos**

- i. Capacitar en la misma acción a los técnicos de las OGS y las ONGs en la promoción y fortalecimiento de organizaciones autogestionarias y de desarrollo comunitario autogestionario, equitativo y sustentable y a sus instituciones como instancias facilitadoras y catalizadoras, modelando en forma participativa reformas institucionales operativas para ser más eficientes.

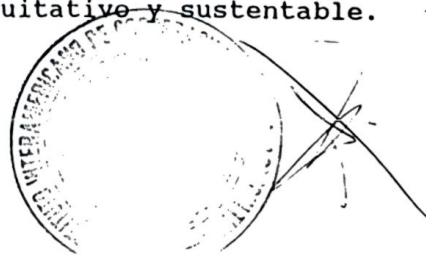




MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA

6

- ii. Promover, desarrollar y fortalecer en la misma acción la capacidad técnica, administrativa, gerencial, gremial, productiva, social y cultural de los directivos y directivas, líderes productores y productoras de las cooperativas y organizaciones campesinas de productores y productoras.
- iii. Promover, desarrollar y fortalecer en la misma acción la capacidad técnica y jurídico-legal de las organizaciones implementando su gradual institucionalización y coordinación a nivel local, distrital y regional.
- iv. Incentivar y fortalecer la participación activa de las mujeres en la estructura organizativa de las organizaciones tanto cooperativas como campesinas, desde una perspectiva sectorial, de género, grupos etarios y etnias.
- v. Promover en forma especial la asistencia técnica y capacitación integral de la mujer para la producción, tecnología, mercadeo, comercialización, crédito, agroindustrias, gremialismo, derechos ciudadanos y democracia, cultura e identidad a fin de fortalecer su contribución económica, social, cultural, política, gremial y ecológica a la sociedad, a su organización y hacerla más competitiva y eficiente.
- vi. Promover, desarrollar y fortalecer en la misma acción la capacidad endógena de las organizaciones para implementar una planificación participativa integral e integrada, sistémica y sustentable en forma anual que sea la base de los planes operativos anuales de las instituciones ejecutoras.
- vii Promover, desarrollar y fortalecer en la misma acción la capacidad institucional de los gobiernos municipales y gobiernos regionales de las áreas del proyecto para implementar la promoción del desarrollo distrital y departamental por cuencas y microcuencas.
- viii Desarrollar y fortalecer institucionalmente a la institución coordinadora y administradora en este enfoque de desarrollo para poder liderar la promoción del desarrollo comunitario autogestionario, equitativo y sustentable con capacitación de sus recursos humanos conceptual, metodológica y operativamente y con insumos de estudios y base de datos para la retroalimentación de la experiencia y el mejoramiento de un sistema de planificación participativa para el desarrollo comunitario autogestionario equitativo y sustentable.





- ix Promover y desarrollar la incorporación de género en todas las actividades de todos los componentes a ser tenidos en los programas en la elaboración, implementación y seguimiento de los planes operativos anuales. La participación equitativa de la mujer está concebida por el proyecto como una dimensión que debe ser tomada en cuenta e incorporada en forma dinámica por todos los componentes al igual que organización social. La perspectiva de equidad entre género a través de organizaciones comunitarias autogestionarias y equitativas es fundamental para la dinámica del proyecto.

III. ESTRATEGIAS DE ACCION

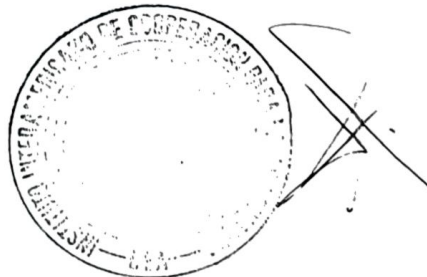
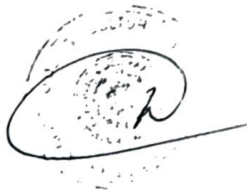
En cuanto a la estrategia de acción, se señala la metodología del aprendizaje experiencial y capacitación en acción en base a la investigación participativa. La capacitación en acción se haría a través de un proceso circular y envolvente y no en forma lineal y mecánica. Se plantea el proceso circular como una forma de potenciar los elementos endógenos y autogestionarios tanto de las organizaciones como de las instituciones para impulsar procesos de desarrollo autogestionario

Se rechaza un proceso lineal porque implica la pérdida de información entre las fases del proceso y por lo tanto, disminuye la eficiencia en la implementación y operacionalización del proyecto. Por otro lado, un proceso lineal desconoce la potencialidad endógena a nivel local de las organizaciones, y de las instituciones y por lo tanto condiciona al empobrecimiento del proceso de desarrollo comunitario autogestionario.

El fortalecimiento institucional y la capacitación de los recursos humanos de las instituciones, especialmente de la DINCAP y la DEAG y complementariamente de las otras instituciones, se estaría planteando a través de la estrategia metodológica del aprendizaje experiencial o capacitación en acción, con metodología de seguimiento y evaluación permanente.

La operacionalización de la propuesta, será coordinada por el especialista en desarrollo rural del IICA, con el apoyo de la especialista en mujer y un técnico contratado por el proyecto.

Para el desarrollo de metodologías y materiales especiales se contratarán consultores.





IV. ACTIVIDADES A SER DESARROLLADAS PARA LA CONSECUION DE LOS OBJETIVOS

Las actividades guardan relación con los niveles de maduración de las organizaciones, con el fortalecimiento de las instituciones y las instancias locales, distritales y regionales de participación.

A. A nivel de organizaciones

Como resultado de la heterogeneidad en los niveles de maduración de las organizaciones se clasificó a las mismas en cuatro estadios hacia la madurez autogestionaria. Las organizaciones incipientes son aquellas que tienen una estructura mínima de organización con escasa participación ciudadana, sin incorporación de género ni de sustentabilidad.

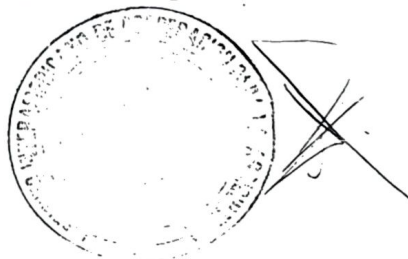
Las organizaciones intermedias son aquellas con una estructura relativamente integral, integrada, sistémica y autogestionaria con incorporación de género, participación ciudadana activa y sustentabilidad, pero que necesitan todavía de apoyo especial para su consolidación en cuanto a gerenciamiento económico, social, gremial, cultural y ecológico en organización y método para hacer de sus organizaciones competitivas y eficientes.

Las organizaciones consolidadas son aquellas en las que ya se pueden mostrar logros de la incorporación de género, participación ciudadana, sustentabilidad y gerenciamiento con manejo administrativo y contable como para ser transformadas en IFIs. Estas organizaciones sólo necesitan apoyos adicionales para la implementación de los planes, programas y proyectos en forma eficiente y competitiva.

Finalmente, las organizaciones maduras son aquellas que ya han despegado en forma autogestionaria, integral, sistémica, equitativa y sustentable con participación de las mujeres activamente en las estructuras de tomas de decisiones en todos los niveles de las organizaciones y en todas las dimensiones del desarrollo.

Para el POAP 1994 sólo se han identificado organizaciones incipientes, organizaciones intermedias y organizaciones consolidadas. A este respecto, no se encontró ninguna organización con las características de las organizaciones maduras autogestionarias.

Se estaría implementando cinco tipos diferentes de actividades. Así se tiene, los Seminarios-Talleres, los talleres, los talleres comunitarios, los cursos talleres y las mesas de análisis y discusión.





Los Seminarios-Talleres son eventos sistematizadores y articuladores de todo un proceso organizativo al que se le da un seguimiento a través de los talleres comunitarios. Generalmente son de dos a tres días de duración e implica la dinámica de aprendizaje experiencial de productores y productoras conjuntamente con técnicos y técnicas de diferentes comunidades y distritos de una región. Por todo esto, se sugiere que sea siempre cerrado, es decir, incluyendo el descanso, la recreación y la informalidad en el mismo lugar de capacitación.

Los cursos talleres son eventos de capacitación a través de módulos teóricos y metodológicos y la práctica en la realidad cotidiana. Generalmente son de un día de duración y no supone estar encerrado en un mismo lugar.

Los talleres son eventos de capacitación de un día de duración que implica mucha participación de los involucrados en el proceso, con el objetivo de sacar un producto final para hacer avanzar el proceso reflexionando en torno a problemas específicos que actúan como dinamizadores de procesos.

Los talleres comunitarios son instancias de análisis, reflexión y seguimiento de procesos con mucha participación en base a la dinámica de identificación y solución de problemas, y un proceso de crisis y solución de crisis, o reflexión, acción, reflexión. Estos eventos tienen, generalmente medio día de duración y se hace en las mismas comunidades y en los locales de las organizaciones.

Las mesas de análisis y discusión, son eventos de reflexión, seguimiento y autoevaluación de dos horas de duración en base a los problemas que se identifican con alternativa de solución que se detectan a través de la dinámica de la investigación participativa con los equipos técnicos locales, distritales, regionales y centrales.

A.1. Actividades Previas a la Clasificación de las Organizaciones

A este nivel se plantea el apoyo y fortalecimiento de las actividades de la UEP para:

1. Identificación de todas las organizaciones campesinas de productores y productoras y de cooperativas que operan en las tres regiones del proyecto a ser involucradas en el Plan Operativo Anual Participativo de 1994.





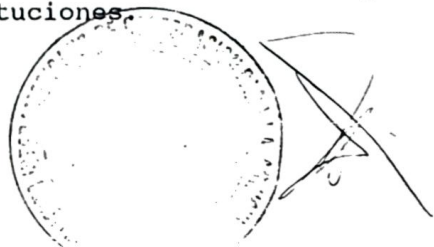
2. Clasificación de las organizaciones y cooperativas de acuerdo a sus niveles de maduración organizativa hacia la autogestión de acuerdo a los criterios de participación, género, sustentabilidad y capacidad administrativa y gerencial de los planes, programas y proyectos de desarrollo. De esta manera, se tiene clasificado en Organizaciones incipientes, intermedias, consolidadas y maduras autogestionarias.

3. Identificación de líderes productores y líderes productoras de todas las organizaciones y cooperativas que operan en sus diferentes niveles de participación, a nivel de base, comunitario, distrital y regional, a ser involucrados en el POAP-1994.

A.2. Actividades con organizaciones incipientes

El apoyo, fortalecimiento y capacitación en acción del equipo de la UEP y de los equipos técnicos locales, distritales y regionales con talleres comunitarios para:

1. Historia de la Comunidad
2. Historia de la Organización
3. Discusión sobre enfoques de desarrollo, contra el paternalismo y el asistencialismo.
4. La organización como herramienta de desarrollo autogestionario.
5. La organización para el desarrollo integral, autogestionario y sustentable con equidad entre sectores productivos, entre géneros, entre grupos etarios y entre grupos étnicos.
6. Sistema campesino de producción: sistémico y sustentable, integrado e integral intersectorial e intrasectorial.
7. Estudio de situación de la organización y de la comunidad.
8. Diagnóstico participativo de las organizaciones campesinas y cooperativas.
9. Análisis participativo de los resultados del diagnóstico para elaborar una planificación y programación participativa de las actividades a realizarse cada año dentro del marco del proyecto. A través de estos diagnósticos identificar las demandas de los diferentes cursos de capacitación para el fortalecimiento administración, gestión, contable, productivo, agroindustrial, forestal e integral de las organizaciones y de los técnicos de campo de las instituciones.





10. Determinación y priorización de problemas en base al diagnóstico participativo y la operacionalización de las alternativas en el marco de la programación y planificación participativa anual como parte del POA de las instituciones ejecutoras.

11. Elaboración planes, programas y proyectos de desarrollo comunitario autogestionario de las organizaciones con sus demandas específicas de apoyo institucional que sean las bases para la elaboración la planificación operativa anual participativa.

12. Proceso de institucionalización y reestructuración organizativa técnica, administrativa, productiva y gerencial para fortalecer la capacidad de negociación de las organización campesinas y cooperativas.

A.3. Actividades con organizaciones intermedias y consolidadas

El equipo del IICA se plantea apoyar, fortalecer y capacitar en acción al equipo de la EUP y a los equipos locales, distritales y regionales de las instituciones ejecutoras con talleres comunitarios para:

1. Diagnóstico participativo por familias, bases o comités y la organización comunitaria o cooperativa.

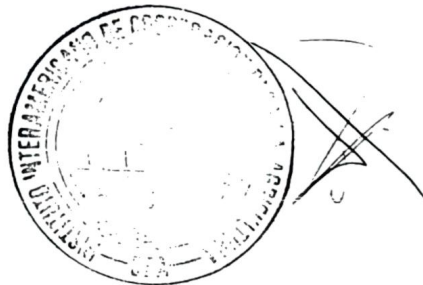
2. Planificación participativa por bases o comités y por organización

3. Elaboración participativa de planes, programas y proyectos.

4. Dimensión social: nutrición y salud reproductiva

5. Dimensión político gremial: liderazgo; derechos y deberes ciudadano y ciudadana; constitución; ley agraria; conciencia de género de productores y productoras; participación de la mujer en estructuras organizativas de tomas de decisiones; democratización; descentralización; municipalismo; regionalización y las gobernaciones y la ley 214; las organizaciones en el proceso de democratización; concertación y negociación intersectorial e intrasectorial.

6. Dimensión sicosocial y socioantropológica: cultura e identidad campesina, su recuperación y fortalecimiento; salud social e integral, los yuyos y la solidaridad comunitaria; la familia, la familia extendida y la comunidad y las relaciones sociales y culturales, fiestas, costumbres, dichos, ñengas, cuentos, músicas etc.





7. Dimensión productiva, económica y financiera: la organización como empresa asociativa; la participación en la empresa asociativa; el género en la empresa asociativa; la sustentabilidad en la empresa asociativa.

A.4. Actividades con organizaciones intermedias y consolidadas

A este nivel el equipo técnico del IICA se plantea apoyar a la UEP en la organización de cursos talleres para:

1. Contabilidad

2. Gerenciamiento administrativo, contable, financiero, productivo, social y ecológico.

3. Agricultura sostenible en todo el sistema de producción campesinas con todos sus subsistemas, renta, consumo, huerta, frutícola, monte, agua, suelo, animales mayores, menores, aves, insectos y peces etc.

4. Agroindustrias y artesanías en forma integrada a la agricultura sostenible dentro del sistema campesino de producción.

5. Organización productiva y método: tecnología apropiada, formas productivas mas competitivas y eficientes, diversificación etc.

6. Comercialización

7. Mercados tradicionales y alternativos, nacionales, regionales e internacionales.

8. Crédito, políticas crediticias y recuperación.

9. Capital rotativo, fuentes financieras y el Fondo de Desarrollo Campesino y otras fuentes.

10. Servicios estratégicos para la producción: almacenamiento, centro de abastecimiento y consumo, transporte, conservación etc.

11. Estrategias y técnicas de negociación intersectorial e intrasectorial, la globalización de la economía y las relaciones de mercado local, distrital, regional, nacional e internacional (Mercosur) en el marco de la democratización, descentralización, regionalización y municipalización.

12. Elaboración de proyectos de inversión con estudios de factibilidad económico, financiero, social, político y ecológico e integral con perfiles de proyectos con incorporación de género, participación y sustentabilidad.





B. A Nivel de Gobernaciones y Municipalidades

A este nivel el equipo técnico se plantea fortalecer y capacitar en acción a la UEP y a los equipos técnicos regionales con talleres para:

1. Discutir enfoques de desarrollo y el nuevo enfoque que se plantea el proyecto
2. Organización autogestionaria y desarrollo distrital y regional en el marco de la ley 214 de las gobernaciones.
3. Plan de desarrollo distrital y regional autogestionario
4. Conformación de los Consejos de Desarrollo Distritales y los Consejos de Desarrollo Departamentales.
5. Conformación de los Consejos Asesores distritales y regionales.
6. Conformación de los Consejos Consultivos de Desarrollo Regional,

C. A nivel de Técnicos y Técnicas de los equipos locales, distritales, regionales y centrales.

A este nivel, la propuesta es fortalecer y capacitar en acción a la UEP en su trabajo de fortalecimiento de las instituciones ejecutoras con la conformación de los equipos técnicos locales, distritales, regionales y centrales en forma interdisciplinaria e interinstitucional como intrainstitucional. Para eso se plantea talleres y mesa de discusión y análisis sobre:

1. Género y desarrollo
2. Sustentabilidad y desarrollo
3. Etica profesional
4. Formación de equipos interdisciplinarios e interinstitucionales
5. Relaciones humanas y revalorización del técnico y la técnica, con la revitalización de su autoestima.
6. Profesionalización y dignificación
7. Metodología, educación popular y técnicas participativas.
8. Historia de las organizaciones: modelos y procesos





9. Situación agraria y campesinado: sociología rural
10. Educación familiar y población
11. Liderazgo
12. Democratización
13. Descentralización
14. Regionalización
15. Municipalismo
16. La nueva relación técnico-campesino

Estas actividades se planifican llevar a cabo una vez al mes con técnicos y técnicas aprovechando las reuniones mensuales. Se plantearían talleres de cuatro hora de duración. Por otro lado, para nivelar a las técnicas y fortalecerlas en el enfoque de género, participación y sustentabilidad se planifica al mismo tiempo hacer una vez al mes talleres de dos días de duración.

D. Actividades con los componentes de Capacitación y Seguimiento y Evaluación.

El planteo básico es fortalecer y capacitar en acción a la Unidad de Coordinación de la UEP a través del componente de capacitación y del componente seguimiento y evaluación para:

1. Elaboración de pautas para un Sistema y modelo de seguimiento y evaluación en acción que se integral, integrado, sistémico, sustentable y autogestionario, con incorporación de la equidad entre géneros, entre grupos de edades y grupos étnicos.
2. Cursos talleres en el campo, a nivel comunitario y distrital con capacitación y seguimiento en acción de un día de duración, con la responsabilidad del equipo técnico central del IICA en coordinación con los equipos técnicos de campo.
3. Seminarios Talleres de dos días de duración cada una para capacitar, evaluar y sistematizar las experiencias del proyecto en curso, seis a nivel regional y uno a nivel inter-regional anualmente.
4. Sistematización mensual y semestral de la experiencia en base a relatorios de visita de campo, memorias de talleres, cursos y seminarios talleres, diagnósticos y evaluaciones participativas.





5. Elaboración de materiales didácticos, manuales, folletos y boletines en las diferentes dimensiones problemáticas de organización, administración, gestión, planificación participativa, reglamentos y convenios para la participación de proyectos productivos asociativos.

6. Elaboración de estudios socioeconómicos y socioantropológicos para la retroalimentación conceptual de los procesos implementados por las instituciones ejecutoras y la institución de coordinación y la organización y el fortalecimiento de una banco de datos en desarrollo rural de la UEP para mejorar el sistema de planificación participativa y desarrollo autogestionario y sustentable.

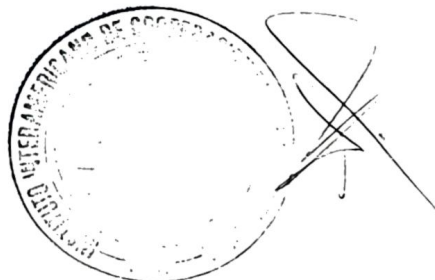
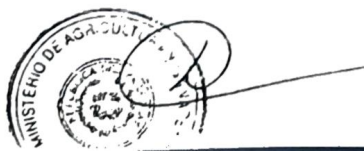
V. METAS OPERATIVAS POR AÑO DE EJECUCIÓN DE LA PROPUESTA

El período de ejecución de esta propuesta de acción es el año 1994 YPPPPuede prorrogarse a los otros cinco años de la duración del proyecto FIDA. Al término de este año, a través de la operacionalización de esta propuesta, el IICA se compromete al logro de cinco metas fundamentales que garantiza la sustentabilidad en el tiempo de los efectos del proyecto. Estas cinco metas son:

1. La capacitación de todos los/as técnicos/as involucrados/as en la ejecución del proyecto a través de las agencias involucradas en el proceso de promoción y fortalecimiento de las organizaciones tenidas en cuenta en el POAP 1994, con la conformación de equipos técnicos locales.

2. Fortalecimiento institucional de la UEP y de las Instituciones ejecutoras como la DEAG, la DGC, el PDH y el FDC para liderar con sus propios recursos humanos los procesos de desarrollo comunitario autogestionario facilitando y promoviendo procesos organizativos autogestionarios con equidad entre géneros, grupos de edades y grupos étnicos.

3. Apoyar con capacitación en acción a la UEP y a las Instituciones ejecutoras a transformar a 7 organizaciones incipientes a intermedias afectando a 1620 socios y socias. Convertir a las cuatro IFIs consolidadas en maduras autogestionarias. Formar para agosto cinco nuevos IFIs con la transformación de 16 organizaciones intermedias a 5 organizaciones consolidadas afectando a 3434 beneficiarios y beneficiarias. Las organizaciones son: Coop Blas Garay, Coop Loreto, CDCs de San Vicente, San José del Norte e Ybu Pora.





Formar para diciembre seis nuevas IFIs, con la transformación de 11 organizaciones intermedias a 7 organizaciones consolidadas afectando a 2079 beneficiarios y beneficiarias. Las organizaciones son Coop. Peteichapa, Coop. Zanja Moroti, los CDCs de San Miguel del Norte, San Isidro Y Estrellita.

4. Promoción, formación y fortalecimientos de las IFIs y de la ONBs en relación e interconexión con las dinámicas de promoción y fortalecimiento de las organizaciones comunitarias autogestionarias en sus diferentes niveles de coordinación.

5. Fortalecimiento de las Secretarias de Desarrollo integral y sustentable Distrital en todos los municipios de las áreas del proyecto y de las Secretarias de Desarrollo integral y sustentable departamental a nivel de las gobernaciones que trabajen y coordinen sus planes de desarrollo distritales y departamentales con sus organizaciones comunitarias autogestionarias con sus IFIs.

VI. PRODUCTOS ESPERADOS

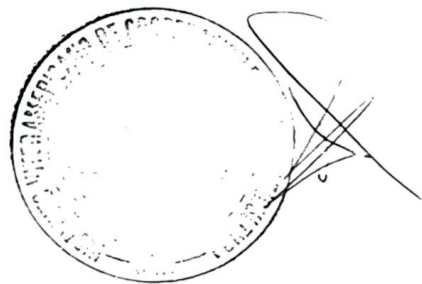
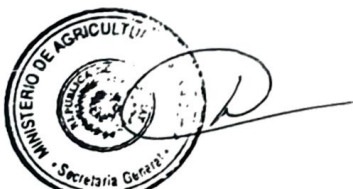
De la propuesta de acción a ser implementada en el POAP 1994 se espera los siguientes productos:

A nivel de las Organizaciones

- Fortalecimiento de las 4 cooperativas IFIs consolidadas y orientarlas a su madurez autogestionaria e integral con incorporación de género, sustentabilidad y participación ciudadana.
- Transformar a 7 organizaciones incipientes en intermedias e identificar nuevas organizaciones a ser involucradas para el POAP 1995
- Transformar a 12 organizaciones intermedias a consolidadas, como nuevas IFIs con planes, programas y proyectos de desarrollo integral, sustentable y autogestionaria.

A nivel de las Instituciones Ejecutoras

- Conformar y consolidar los equipos técnicos locales, distritales y regionales.
- Afectar reformas institucionales graduales en base a las experiencias y los logros de los equipos técnicos locales, distritales y regionales.





A nivel de las Gobernaciones y Municipios

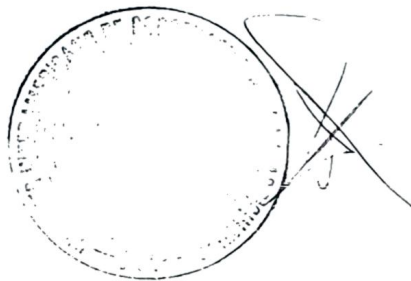
- Concientizar sobre el nuevo enfoque de desarrollo descentralizado, integral, integrado, endógeno, autogestionario, sustentable, sistémico con incorporación de equidad entre géneros, grupos de edad y grupos étnicos.
- Elaboración Participativa de Planes de Desarrollo integral e integrado, autogestionario y sustentable los distritos y los departamentos.
- Conformación de los Consejos de Desarrollo Distritales y Consejos de Desarrollo Departamentales, los Consejos Consultivos de Desarrollo Regional y los Consejos de Asesoramiento Regional y Distritales.

VII. COSTOS DE LA COOPERACIÓN TÉCNICA

El costo estimado para la implementación de la cooperación técnica es de 70.000 US\$, en un periodo de de ejecución de un año con el siguiente desagregado.

Vehículo	23.000
Honorarios	21.500
Capacitación	10.000
Gastos Operativos	8.000

Subtotal	62.500
CATIs 12%	7.500
TOTAL	70.000



089/94
SAGYP/IICA
ARGENTINA

ADDENDUM Nro. 1 AL CONVENIO DE OPERACION ENTRE LA SECRETARIA DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA Y EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA) PARA LA EJECUCION DE LA CAPACITACION DEL PERSONAL TECNICO Y EL APOYO INSTITUCIONAL DEL PROGRAMA DE CREDITO Y APOYO TECNICO PARA PEQUEÑOS PRODUCTORES AGROPECUARIOS DEL NORESTE ARGENTINO (SAGyP/FIDA)

I. CONSIDERANDO

Que el Convenio de Operación del epígrafe contempla en el apartado 8.6 que toda modificación que implique un cambio en los objetivos básicos de la cooperación o los montos anuales de desembolso establecidos en el Convenio, formalizará el mutuo acuerdo mediante la suscripción de aditivos que se anexarán al mismo.

Que en virtud de dicho Convenio la SAGyP ha solicitado la asistencia técnica del IICA para la ejecución de la capacitación del personal técnico y el apoyo institucional del Programa, actividades financiadas con recursos provenientes del préstamo del FIDA Nro. 225/AR, en función de su experiencia institucional en el desarrollo conceptual y metodológico en dichas áreas temáticas y las posibilidades de cooperación horizontal en la región de América Latina y el Caribe que puede incorporar al Programa.

Que el FIDA ha aprobado, a solicitud de la SAGyP, un ajuste y ampliación del monto y uso de los fondos de capacitación de técnicos del Programa, para poder financiar la asistencia de los mismos a cursos y pasantías organizados fuera del marco del Programa, en el país o en el exterior.

Que el FIDA ha aprobado, a solicitud de la SAGyP, una ampliación del monto asignado al componente de Apoyo Institucional del Programa para atender nuevos temas que van surgiendo en el proceso de ejecución del mismo.

Que la SAGyP ha dispuesto transferir dichos fondos para que el IICA los administre y asista técnicamente.

II. ACUERDAN:

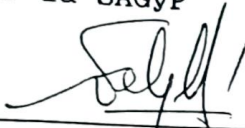
1. Definir un objetivo adicional al Convenio de Operación: "Administrar el monto asignado y asistir técnicamente a la SAGyP en la Capacitación de Técnicos del Programa a través de su asistencia a cursos y pasantías organizados fuera del marco del Programa, ya sea en el país o en el exterior"; y ampliar el objetivo de Apoyo Institucional al Programa, ahora en aquellas temáticas que vayan surgiendo de la ejecución de los distintos componentes del Programa (como crédito, regularización fundiaria, articulación y transferencia de tecnología, entre otros).



2. Ampliar en 37.800 DEG (aproximadamente 53.000 dólares al tipo de cambio actual) el presupuesto original del Convenio de Operación de acuerdo al presupuesto que forma parte del presente ADITIVO. Dicha ampliación incluye CATI's del 12% correspondientes a asistencia técnica y apoyo administrativo.
3. Mantener vigentes todos los demás términos pactados en el Convenio de Operación.


En la ciudad de Buenos Aires a los 17 días del mes de MARZO de 1994.

Por la SAGyP



Ing. Agr. Felipe Solá
Secretario de Agricultura,
Ganadería y Pesca

Por el IICA



Ing. Agr. ~~Gonzalo Estefanelli~~
Representante en la Argentina

ANEXO

AMPLIACION Y REDEFINICION PRESUPUESTARIA

	PRESUPUESTO ORIGINAL	REDEFINICION PRESUPUESTARIA	PRESUP. TOTAL
1. Capacitación de técnicos (consultorías)	89.400,00	(4.400,00)	85.000,00
2. Capacitación de técnicos (Asistencia a cursos y pasantías organizados fuera del marco del Programa)	-----	20.000,00	20.000,00
3. Apoyo institucional (consultorías)	75.360,00	34.640,00	110.000,00
4. Gastos generales	4.883,00	(2.883,00)	2.000,00
SUB-TOTAL			
Costos Operación	169.643,00	47.357,00	217.000,00
CATI's (12%)	20.357,00	5.643,00	26.000,00
TOTAL	190.000,00	53.000,00	243.000,00

090/94
CODEVASF/IICA
BRASIL

0-81-89-0081/12



Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF

0-81-89-0081/00, de 17.08.89, resolveram celebrar, o 12º Termo Aditivo, devidamente aprovado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, através da Resolução nº 054/94, de 03.03.94, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1. Cláusula Primeira - OBJETOS

Os objetos deste Termo Aditivo são:

- a - dar continuidade à elaboração do Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Vale do São Francisco (PROMOVASF), e ampliar o apoio do IICA à CODEVASF, para os estudos da bacia do Brígida e do BRGRAPH.
- b - prorrogar a duração e a vigência do termo inicial para 31 de dezembro de 1994.

2. Cláusula Segunda - DO VALOR

A CODEVASF contribuirá com a importância de CR\$ 36.478.000,00, assim composta:

- a - PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO VALE DO SÃO FRANCISCO - PROMOVASF - CR\$ 11.870.000,00
- b - ESTUDO DE VIABILIDADE DA BACIA DO RIO BRÍGIDA - CR\$ 20.488.000,00
- c - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO - CR\$ 4.120.000,00

O valor ora alocado corresponde aos recursos liberados do Orçamento de 1994 e poderá ser, oportunamente, complementado, na medida das futuras liberações.

CFE

[Handwritten signature]



[Handwritten mark]

CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, serão liberados em favor da IICA, mediante a apresentação de comprovantes de despesas, devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração da CODEVASF.

4. FONTE DE RECURSOS

Os recursos financeiros a serem liberados em favor da IICA, serão provenientes do Fundo Especial de Gestão de Recursos do Departamento de Administração (Fundo Especial de Gestão de Recursos - FEGR), Natureza da Despesa 409000, sob o Fone 100 - P11, recursos esses alocados às atividades "a", "b" e "c" mencionadas na Cláusula 2ª deste Termo.

5. Cláusula Quinta - DO PRAZO

Esse instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e vigora até 31/12/74.

6. Cláusula Sexta - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O IICA manterá três contas distintas (PRONONASF, ERCTDA e SRGRATIN). A liberação dos recursos destinados ao atingimento dos objetivos pactuados obedecerá rigorosamente ao disposto na Cláusula 3ª. Caberá ao IICA prestar contas até o dia 15 (quinze) do trimestre seguinte ao vencido, obrigando-se a CODEVASF a examinar e emitir parecer conclusivo.

C



0-81-80-0081/12



Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF

7. Cláusula Sétima - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Convênio ora aditado, não contrariadas pelas do presente Termo Aditivo.

8. Cláusula Oitava - DA PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação deste Termo Aditivo, em extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte)

dias, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que após ser lido e achado conforme é assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas.

Brasília, 09 de março de 1994

[Handwritten Signature]
 Wilson Bezerra Lócio
 PRESIDENTE DA CODEVASF

[Handwritten Signature]
 Victor Eduardo Pacheco
 REPRESENTANTE DO IICA NO BRASIL

TESTEMUNHAS:

[Handwritten Signature]
Tânia de Oliveira Bessa.
CPF Nº 658 654 621 - 87

[Handwritten Signature]
Roberto de Castro S. Lago
CPF Nº 601890941-72



[Handwritten mark]

1 - ANTECEDENTES

A CODEVASF e a JICA assinaram o Convênio nº 0-81-89-0001/00, cujos objetivos, do termo inicial, são amplos, dentre os quais

- a) Cooperar com a CODEVASF no assessoramento em aspectos tecnológicos, econômicos e sociais, vinculados à elaboração e implementação de planos, programas e projetos de irrigação, principalmente no vale do São Francisco,
- b) Formular e acompanhar os programas de organização de produtores, assistência técnica e comercialização nos perímetros irrigados de responsabilidade técnica e administrativa da CODEVASF;
- c) Colaborar no fortalecimento institucional da CODEVASF em gerenciamento, operação e manutenção dos perímetros irrigados;
- d) Apoiar a CODEVASF no desenvolvimento de sistemas de produção na agricultura irrigada; e
- e) Assessorar em aspectos tecnológicos, legais, institucionais e comerciais, relacionados com o desenvolvimento da agricultura irrigada.

A duração é de 5 anos após assinatura, ou seja, até 13 de novembro de 1994, sendo que a vigência, de 5 anos após a publicação no DIU, se expirará em 20 de novembro de 1994.

Foram assinados, e já se encontram encerrados, nove Termos Aditivos. Em vigência encontram-se os 10º e 11º TA, específicos para o PROMOVASF, cuja data de encerramento é 31.03.94. Há um novo TA, o 12º, em processamento, para realização de estudos nas áreas de meio ambiente e gerenciamento de perímetros irrigados com uso de videografia, com duração prevista de oito meses.

2 - OBJETIVOS DO 13º TERMO ADITIVO

2.1 - Objetivos Gerais

Prorrogar o prazo de duração, ou seja, de 13 de novembro de 1994 e a vigência para 31 de dezembro de 1994.

Alocar recursos orçamentários disponíveis do Orçamento de 1994, sob gestão da AP, no valor total de CR\$ 36.478.000, assim composto:

PROMOVASF	CR\$ 11.870.000,00
BRÍGIDA	CR\$ 20.488.000,00
SRGRAPH	CR\$ 4.120.000,00
TOTAL	CR\$ 36.478.000,00

Os recursos deverão ser liberados em uma única parcela, após a assinatura do Termo Aditivo.

OBS: Os montantes e demais características dos recursos aqui alocados foram informados pelo PROMOVASF.

2.2 - Objetivos Específicos

2.2.1 - PROMOVASF

2.2.1.1 - Dar continuidade ao apoio à COIEVASF na elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio São Francisco, mediante:

- Prorrogação do prazo de elaboração do PROMOVASF para 30/09/94; e
- alocação de recursos do Orçamento 94: Dotação disponível (Jan/Fev/Mar) CR\$ 11.870.000,00, Natureza da Despesa 459051, Uso 0, Fonte 115 - FIN, gestão AP.

2.2.1.2 - Escopo dos Trabalhos

Permanece em vigor o escopo especificado no Plano Operativo dos 10º e 11º Termos Aditivos

2.2.1.3 - Estratégia Operacional

Permanecem em vigor os 6 procedimentos especificados no Plano Operativo do 10º Termo Aditivo.

2.2.1.4 - Cronograma

Permanecem em vigor as atividades do cronograma estabelecido no Plano Operativo do 11º Termo Aditivo, aqui alterado, no que se refere à prazo:

ATIVIDADES	1993			1994										
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
1 - Atividades preparatórias	X	X												
2 - Elaboração dos subprogramas														
2.1 - Informação	X	X	X	X	X	X	X							
2.2 - Comunicação Social		X	X	X	X	X	X							
2.3 - Oportunidades de Investimentos		X	X	X	X	X	X	X						
2.4 - Oportunidades de Negócios			X	X	X	X	X	X	X	X				
2.5 - Produtos, Serviços e Satisfação da Clientela				X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2.6 - Parceria e Articulação Interinstitucional				X	X	X	X	X	X	X	X	X		
3 - Elaboração do Programa consolidado					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4 - Proposta de apoio à implementação do Programa						X	X	X	X	X	X	X	X	X

2.2.1.5 - Orçamento

1 - Consultor especial	CR\$ 1.000.000,00
1 - Especialista em Informática	CR\$ 1.000.000,00
2 - Equipamento	CR\$ 1.000.000,00
3 - Viagens e diárias	CR\$ 2.000.000,00
4 - Serviços gráficos	CR\$ 5.000.000,00
5 - Material diverso	CR\$ 598.214,00
SUBTOTAL	CR\$ 10.598.214,00
CATIS (12%)	CR\$ 1.271.786,00
TOTAL	CR\$ 11.870.000,00

2.2.2 - PROJETO BRIGIDA

2.2.2.1 - Objetivo Específico

Apoiar a CODEVASF na elaboração dos estudos multi-setoriais, buscando identificar e ordenar oportunidades de exploração dos recursos naturais, com vista ao desenvolvimento sustentável da subárea hidrográfica do rio Brígida, mediante:

- Prazo de duração idêntico ao previsto neste Termo Aditivo, ou seja, até 31 de dezembro de 1994; e

- alocação de recursos do Orçamento 94: Dotação disponível (Jan/Fev/Mar) CR\$ 20.488.000,00, Natureza da Despesa 459051, Uso 0, Fonte 115 - FII, gestão AF.

2.2.2.2 - Escopo dos Trabalhos

Prover apoio técnico à CODEVASF no desenvolvimento dos estudos de viabilidade na sub-bacia do rio Brígida.

2.2.2.3 - Estratégia Operacional

a - Viagens para pesquisas de campo e outras necessidades à execução dos trabalhos junto ao Estado de Pernambuco, municípios e comunidades da subárea do rio Brígida, a serem executadas e coordenadas por equipe técnica da CODEVASF, com a colaboração de técnicos especialistas do IICA, ou contratados para este fim, quando se fizer necessário;

b - Contratação de serviços de terceiros, quando se fizerem necessários, e de acordo com a disponibilidade de recursos;

c - Aquisição de material necessário à boa condução dos trabalhos.

2.2.2.4 - Cronograma

ATIVIDADES	1994											
	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
1 - Revisão do Diagnóstico		X	X	X								
2 - Levantamento de informações nas comunidades			X	X	X							
3 - Identificação de oportunidades						X	X	X	X	X	X	

2.2.2.5 - Orçamento

1 - Viagens e diárias	CR\$ 3.000.000,00
2 - Serviços de terceiros	CR\$ 8.000.000,00
3 - Material gráfico	CR\$ 4.000.000,00
4 - Material diverso	CR\$ 3.292.857,00
SUBTOTAL	CR\$ 18.292.857,00
CATIS (12%)	CR\$ 2.195.143,00
TOTAL	CR\$ 20.488.000,00

2

2.2.3 - PROJETO SRGRAPH

Apoiar a CODEVASF no desenvolvimento e manutenção do Sistema de Informações Geográficas do Vale do Rio São Francisco, mediante:

- prazo de duração idêntico ao previsto neste Termo Aditivo, ou seja, até 31 de dezembro de 1994; e
- alocação de recursos do Orçamento 94: Dotação disponível (Jan/Fev/Mar) CR\$ 4.120.000,00, Natureza da Despesa 459051, Uso 0, Fonte 115 - PIN, gestão AF.

2.2.3.2 - Escopo dos Trabalhos

a - Coletar, tratar e prover informações de natureza qualitativa, quantitativa e espacial, tais como dados tabulares, mapas e imagens de satélites, visando a constituição de um banco de dados georeferenciado para a bacia do São Francisco.

b - Produzir, apoiado em técnicas de cartografia digital, sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas, mapas temáticos (pedologia, classes de terra para irrigação, geologia, hidrogeologia, uso do solo, balanço hídrico, etc.) a nível de reconhecimento, na bacia do São Francisco, como suporte à execução de estudos de pré-viabilidade.

c - Utilizar tecnologia de sensoriamento remoto, associada ao geoprocessamento e à modelagem ecológica como instrumentos complementares de planejamento do ordenamento territorial da bacia do São Francisco.

2.2.3.3 - Estratégia Operacional

Prover apoio técnico ao Centro de Geoprocessamento da CODEVASF - SRGRAPH, no sentido de viabilizar a sua operacionalidade.

2.2.3.4 - Cronograma

ATIVIDADES	1994									
	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1 - Coleta de Informações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2 - Produção de Mapas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3 - Utilização de Tecnologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

2.2.3.5 - Orçamento

1 - Manutenção de equipamentos	CR\$ 1.500.000,00
2 - Material de consumo	CR\$ 500.000,00
3 - Viagens e diárias	CR\$ 1.000.000,00
4 - Treinamento	CR\$ 678.572,00
SUBTOTAL	CR\$ 3.678.572,00
CATIS (12%)	CR\$ 441.428,00
TOTAL	CR\$ 4.120.000,00

091/94
CENECOOP/IICA
COSTA RICA

DIRECCION DE PROGRAMACION Y EVALUACION
FORMATO PARA OPINION DE ASESORIA JURIDICA

SC/PE-224

4 de marzo 1994

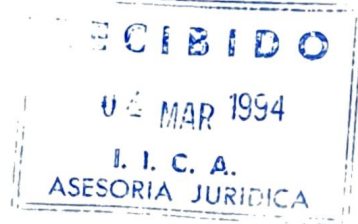
A: Fernando Suárez de Castro, Asesor Legal

DE: Manuel Otero, Director de la DIPROE

ASUNTO: Acuerdo General de Cooperación Técnica entre el IICA
y el Centro de Estudios y Capacitación Cooperativa
(CENECOOP R.L.) -PROGRAMA IV-

Su opinión sobre el asunto indicado, deberá enviarse a la DIPROE a
más tardar el día 12/03/94.

1. Cumplimiento con normas legales vigentes:



2. Ajustes o complementación requerido para autorizar las firmas
del documento.

3. Otros comentarios:

4. Recomendación:

Firma:

ACUERDO GENERAL DE COOPERACION TECNICA ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA) Y EL CENTRO DE ESTUDIOS Y CAPACITACION COOPERATIVA (CENECOOP R.L.)

El Centro de Estudios y Capacitación Cooperativa, en adelante Cenecoop R.L. con cédula jurídica 3-004-056049-30 representado por su Director Ejecutivo, Sr Ulises Alfaro Portuguez, mayor, casado, vecino de San Pedro de Montes de Oca con cédula número 6-073-533 y El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante IICA, con cédula jurídica 3-003-045218-15, representado por su Director General, Ing. Carlos E. Aquino, suscriben el presente Acuerdo General de Cooperación Técnica, sujeto a los considerandos y cláusulas siguientes:

CONSIDERANDO:

- I Que el IICA es el Organismo Especializado en Agricultura del Sistema Interamericano:
- II Que el IICA cuenta con una reconocida competencia y experiencia en Comercio e Integración, políticas agrícolas, tecnológicas y sanidad, agropecuarias, organización y administración para el desarrollo rural, así como con oficinas permanentes en sus Estados Miembros, por medio de los cuales lleva a cabo sus programas y actividades de cooperación técnica.
- III El Cenecoop R.L. es la instancia superior del Movimiento Cooperativo Costarricense que integra y sistematiza los Programas de Educación y Formación Cooperativa a nivel nacional.
- IV Que el Cenecoop R.L. tiene entre sus objetivos educar en el campo cooperativo y capacitar a dirigentes, funcionarios, empleados y asociados del Movimiento Cooperativo Nacional, así como coordinar eficientemente con las diferentes instancias, públicas y privadas, nacionales e internacionales, con el fin de lograr el máximo aprovechamiento de las oportunidades de educación y capacitación.
- V Que con el esfuerzo conjunto y complementario del Cenecoop R.L. e IICA, se puede contribuir efectivamente al desarrollo agrícola y rural del Movimiento Cooperativo Nacional.

CLAUSULA PRIMERA

Objetivos

El presente acuerdo establece las bases generales necesarias para el cumplimiento de los siguientes objetivos:

- A. Contribuir en la forma más eficaz posible a la acción del

Cenecoop R.L. para el mejoramiento de la capacitación y el desarrollo rural en diversas áreas.

- B. Dar marco y fundamento legal a futuros Convenios, Cartas de Entendimiento o Contratos de Operación Específicos, sean procedentes de preocupaciones comunes, o de proposición de colaboración de una u otra de las partes.

CLAUSULA SEGUNDA

Áreas de Cooperación

Las áreas de cooperación de este Acuerdo serán todas aquellas que contribuyan a la realización de los objetivos señalados en la cláusula primera.

En virtud de requerimientos del Cenecoop R.L. y de la experiencia de IICA en este campo, las áreas en que podrían materializarse los esfuerzos conjuntos de cooperación entre las entidades serán las siguientes:

- 1) Fortalecimiento del sector Agroindustrial Cooperativo y estrategias para su desarrollo y modernización.
- 2) Negociaciones comerciales internacionales y desarrollo de exportaciones.
- 3) Desarrollo de mecanismos de comercialización interna y bolsa de productos agropecuarios.
- 4) Cooperación técnica para evaluación y formulación de proyectos en el campo cooperativo.
- 5) Gestión empresarial en pequeñas empresas rurales cooperativas

CLAUSULA TERCERA

Procedimientos de ejecución

Para la ejecución del presente Acuerdo, en cuanto sea posible y conveniente, las partes observarán los siguientes lineamientos.

- A- Para un adecuado seguimiento de las acciones que derivan de este Acuerdo, el IICA a través del Programas de Organización y Administración para el Desarrollo Rural y del Programa de Comercio e Integración y el CENECOOP R.L., mantendrán un contacto permanente.
- B- De conformidad con el literal b. de la Cláusula Primera, la ejecución de acciones específicas se regirá por medio de Convenios, o Contrato Operación o Carta de Entendimiento que deberán detallar, en cada caso, los objetivos, medios de

acción, formas de participación, obligaciones de cada parte, contribuciones técnicas, financieras, de recursos humanos, y otros; presupuestos, incluyendo los costos de supervisión técnica y apoyo institucional que correspondan, y demás elementos que aseguren el normal y adecuado cumplimiento de lo que se pacte.

- C- Cuando se juzgue necesario, las partes podrán constituir grupos o misiones técnicas, para estudiar la naturaleza, intensidad y extensión de los proyectos y actividades que sea menester y que serán objeto de Convenios de Operación Específicos.
- D- Los Convenios o Contratos Operativos específicos a que se alude en el presente Acuerdo podrán celebrarse con la participación de otras entidades multilaterales o bilaterales de cooperación técnica y de ayuda financiera; o de gobiernos de países interesados en el mejoramiento de la agricultura y el desarrollo rural en Costa Rica, entidades privadas cuyos objetivos sean compatibles con los de las Partes, si así se juzga conveniente y necesario por quienes suscriben el presente Acuerdo.

CLAUSULA CUARTA

Instrumentos

Las diversas modalidades que podrán adoptarse para la ejecución de los Convenios o Contratos Operativos específicos previstos en el presente Acuerdo, serán aquellas que las Partes estimen de mayor conveniencia a los propósitos que se persigan, dándose debida consideración a los siguientes instrumentos:

- A- Estudios de investigación sobre aspectos relacionados con las áreas de cooperación que son objeto de este Acuerdo, y que se señalan en la Cláusula Segunda.
- B- Asesoría directa, por medio de misiones técnicas o expertos individuales.
- C- Cooperación técnica para la elaboración y ejecución de proyectos relacionados con las áreas de cooperación antes señaladas.
- D- Capacitación por medio de cursos, seminarios adiestramiento en servicio, visitas de estudio y becas.
- E- Información por medio de libros, revistas, boletines y otros medios de comunicación.
- F- Intercambio técnico-científica.

CLAUSULA QUINTA**Actividades y Responsabilidades**

Las actividades y responsabilidades de las partes contratantes para realizar acciones de cooperación en las áreas señaladas en la CLAUSULA SEGUNDA se ajustarán a los procedimientos a que se refiere la CLAUSULA TERCERA del presente Acuerdo y se detallarán en los convenios, contratos de operación o cartas de entendimiento a los que hace referencia el inciso B-. , de dicha cláusula.

CLAUSULA SEXTA**Vigencia, Duración y Modificaciones**

El presente Acuerdo tendrá una duración inicial de dos años, pudiendo ser renovado por períodos iguales y sucesivos a menos de que una de las partes comunique a la otra su deseo de finalizarlo, mediante notificación oficial razonada y con seis meses de anticipación. La terminación anticipada del presente Acuerdo, no afectará la marcha y conclusión de Convenio o Contratos de operación específicos que se encuentren en ejecución.

Los términos del presente Acuerdo podrán ser modificados por acuerdo expreso de las partes que se anexarán al mismo.

CLAUSULA SETIMA**Otras Disposiciones**

EN FE DE LO CUAL, los Representantes de las Partes, legalmente autorizados, firman el presente Acuerdo, en dos ejemplares de igual tenor y validez , a los días del mes de de mil novecientos noventa y cuatro.

Por

Por

Centro de Estudios y Capacitación
Cooperativa CENECOOP R.L.

Instituto Interamericano
de Cooperación para la
Agricultura IICA

ACUERDO GENERAL DE COOPERACION TECNICA ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA) Y EL CENTRO DE ESTUDIOS Y CAPACITACION COOPERATIVA (CENECOOP R.L.)

El Centro de Estudios y Capacitación Cooperativa, en adelante Cenecoop R.L. con cédula jurídica 3-004-056049-30 representado por su Director Ejecutivo, Sr Ulises Alfaro Portuguez, mayor, casado, vecino de San Pedro de Montes de Oca con cédula número 6-073-533 y El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante IICA, con cédula jurídica 3-003-045218-15, representado por su Director General, Ing. Carlos E. Aquino, suscriben el presente Acuerdo General de Cooperación Técnica, sujeto a los considerandos y cláusulas siguientes:

CONSIDERANDO:

- I. Que el IICA es el Organismo Especializado en Agricultura del Sistema Interamericano:
- II. Que el IICA cuenta con una reconocida competencia y experiencia en Comercio e Integración, políticas agrícolas, tecnológicas y sanidad, agropecuarias, organización y administración para el desarrollo rural, así como con oficinas permanentes en sus Estados Miembros, por medio de los cuales lleva a cabo sus programas y actividades de cooperación técnica.
- III. El Cenecoop R.L. es la instancia superior del Movimiento Cooperativo Costarricense que integra y sistematiza los Programas de Educación y Formación Cooperativa a nivel nacional.
- IV. Que el Cenecoop R.L. tiene entre sus objetivos educar en el campo cooperativo y capacitar a dirigentes, funcionarios, empleados y asociados del Movimiento Cooperativo Nacional, así como coordinar eficientemente con las diferentes instancias, públicas y privadas, nacionales e internacionales, con el fin de lograr el máximo aprovechamiento de las oportunidades de educación y capacitación.

- V. Que con el esfuerzo conjunto y complementario del Cenecoop R.L. e IICA, se puede contribuir efectivamente al desarrollo agrícola y rural del Movimiento Cooperativo Nacional.

CLAUSULA PRIMERA

Objetivos

El presente acuerdo establece las bases generales necesarias para el cumplimiento de los siguientes objetivos:

- A. Contribuir en la forma más eficaz posible a la acción del Cenecoop R.L. para el mejoramiento de la capacitación y el desarrollo rural en diversas áreas.
- B. Dar marco y fundamento legal a futuros Convenios, Cartas de Entendimiento o Contratos de Operación Específicos, sean procedentes de preocupaciones comunes, o de proposición de colaboración de una u otra de las partes.

CLAUSULA SEGUNDA

Áreas de Cooperación

Las áreas de cooperación de este Acuerdo serán todas aquellas que contribuyan a la realización de los objetivos señalados en la cláusula primera.

En virtud de requerimientos del Cenecoop R.L. y de la experiencia de IICA en este campo, las áreas en que podrían materializarse los esfuerzos conjuntos de cooperación entre las entidades serán las siguientes:

1. Fortalecimiento del sector Agroindustrial Cooperativo y estrategias para su desarrollo y modernización.
2. Negociaciones comerciales internacionales y desarrollo de exportaciones.
3. Desarrollo de mecanismos de comercialización interna y bolsa de productos agropecuarios.

4. Cooperación técnica para evaluación y formulación de proyectos en el campo cooperativo.
5. Gestión empresarial en pequeñas empresas rurales cooperativas
6. Participación de la mujer y la juventud en el desarrollo rural

CLAUSULA TERCERA

Procedimientos de ejecución

Para la ejecución del presente Acuerdo, en cuanto sea posible y conveniente, las partes observarán los siguientes lineamientos.

- A. Para un adecuado seguimiento de las acciones que derivan de este Acuerdo, el IICA por medio de su oficina del Plan de Acción en Costa Rica y con el apoyo del Programas de Organización y Administración para el Desarrollo Rural y del Programa de Comercio e Integración y el CENECOOP R.L., mantendrán un contacto permanente.
- B. De conformidad con el literal b. de la Cláusula Primera, la ejecución de acciones específicas se regirá por medio de Convenios, o Contrato Operación o Carta de Entendimiento que deberán detallar, en cada caso, los objetivos, medios de acción, formas de participación, obligaciones de cada parte, contribuciones técnicas, financieras, de recursos humanos, y otros; presupuestos, incluyendo los costos de supervisión técnica y apoyo institucional que correspondan, y demás elementos que aseguren el normal y adecuado cumplimiento de lo que se pacte.
- C. Cuando se juzgue necesario, las partes podrán constituir grupos o misiones técnicas, para estudiar la naturaleza, intensidad y extensión de los proyectos y actividades que sea menester y que serán objeto de Convenios de Operación Específicos.
- D. Los Convenios o Contratos Operativos específicos a que se alude en el presente Acuerdo podrán celebrarse con la participación de otras entidades multilaterales

o bilaterales de cooperación técnica y de ayuda financiera; o de gobiernos de países interesados en el mejoramiento de la agricultura y el desarrollo rural en Costa Rica, entidades privadas cuyos objetivos sean compatibles con los de las Partes, si así se juzga conveniente y necesario por quienes suscriben el presente Acuerdo.

CLAUSULA CUARTA

Instrumentos

Las diversas modalidades que podrán adoptarse para la ejecución de los Convenios o Contratos Operativos específicos previstos en el presente Acuerdo, serán aquellas que las Partes estimen de mayor conveniencia a los propósitos que se persigan, dándose debida consideración a los siguientes instrumentos:

- A. Investigación sobre aspectos relacionados con las áreas de cooperación que son objeto de este Acuerdo, y que se señalan en la Cláusula Segunda.
- B. Asesoría directa, por medio de misiones técnicas o expertos individuales.
- C. Cooperación técnica para la elaboración y ejecución de proyectos relacionados con las áreas de cooperación antes señaladas.
- D. Capacitación por medio de cursos, seminarios de adiestramiento en servicio, visitas de estudio y becas.
- E. Información por medio de libros, revistas, boletines y otros medios de comunicación.
- F. Intercambio técnico-científico.

CLAUSULA QUINTA

Actividades y Responsabilidades

Las actividades y responsabilidades de las partes contratantes para realizar acciones de cooperación en las áreas señaladas en la CLAUSULA SEGUNDA se ajustarán a los procedimientos a que se refiere la CLAUSULA TERCERA del presente

Acuerdo y se detallarán en los convenios, contratos de operación o cartas de entendimiento a los que hace referencia el inciso B., de dicha cláusula.

CLAUSULA SEXTA

Vigencia, Duración y Modificaciones

El presente Acuerdo tendrá una duración inicial de dos años, pudiendo ser renovado por períodos iguales y sucesivos a menos de que una de las partes comunique a la otra su deseo de finalizarlo, mediante notificación oficial razonada y con seis meses de anticipación. La terminación anticipada del presente Acuerdo, no afectará la marcha y conclusión de Convenio o Contratos de operación específicos que se encuentren en ejecución.

Los términos del presente Acuerdo podrán ser modificados por acuerdo expreso de las partes que se anexarán al mismo.

CLAUSULA SETIMA

Otras Disposiciones

EN FE DE LO CUAL, los Representantes de las Partes, legalmente autorizados, firman el presente Acuerdo, en dos ejemplares de igual tenor y validez, a los dieciocho días del mes de marzo de mil novecientos noventa y cuatro.

Por
Centro de Estudios y Capacitación
Cooperativa, CENECOOP R.L.

Por
Instituto Interamericano de
Cooperación para la Agricultura

Sr. Ulises Alfaro Portuguez
Director Ejecutivo

Ing. Carlos E. Aquino
Director General



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA
SAN JOSÉ COSTA RICA

A Fernando Suárez de Castro, Asesor Jurídico

DIA / MES / AÑO
21 / marzo / 94

DE Carlos E. Aquino González, Director General

ASUNTO Acuerdos

Para los efectos correspondientes, me permito adjuntarle los originales de los Acuerdos Generales de Cooperación Técnica entre el IICA y la CCC-CA y el CENECOOP, R. L., firmados durante el Octavo Congreso Cooperativista Costarricense, el 18 de marzo.

Estamos enviando copia a la DIPROE y a la Coordinación de la Oficina del IICA.

cc: RQuirós

CAG/lmr

RECIBIDO

22 MAR 1994

I. I. C. A.

ASESORIA JURÍDICA

Muata:

*Registrar y archivar los
dos acuerdos.*

22/3/94

FIRMA

No. 062477

092/94
CCC-CA/IICA
COSTA RICA



ACUERDO GENERAL DE COOPERACION TECNICA ENTRE LA CONFEDERACION DE COOPERATIVAS DEL CARIBE Y CENTROAMERICA (CCC-CA) Y EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA)

Entre la Confederación de Cooperativas del Caribe y Centroamérica, en adelante CCC-CA, con cédula jurídica 3-007066-16437, representada por su Director Ejecutivo, Lic. Félix J. Cristiá M., y el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante IICA, con cédula jurídica 3-003-045218-15, representado por su Director General, Ing. Carlos E. Aquino, se suscribe el presente Acuerdo General de Cooperación Técnica, sujeto a los considerandos y cláusulas siguientes:

CONSIDERANDO:

Que el IICA es el Organismo Especializado en agricultura del Sistema Interamericano:

Que el IICA cuenta con una reconocida competencia y experiencia en Comercio e Integración, políticas agrícolas, tecnológicas y sanidad, agropecuarias, organización y administración para el desarrollo rural, así como con oficinas permanentes en sus Estados Miembros, por medio de la cuales lleva a cabo sus programas y actividades de cooperación técnica.

Que la CCC-CA es una organización regional con personería jurídica propia que agrupa a la gran mayoría de las organizaciones cooperativas del Caribe y Centroamérica.

Que la CCC-CA tiene entre sus objetivos fortalecer y desarrollar el cooperativismo basado en los principios de justicia social, libertad y democracia como valores intrínsecos que lleve la condición y dignidad humana del trabajador organizado y participar en el desarrollo económico, social, político y cultural, como aporte de los trabajadores para una sociedad más justa y más humana.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Cristiá', is located in the lower right quadrant of the page.



Que con el esfuerzo conjunto y complementario de la CCC-CA e IICA se puede contribuir más efectivamente al desarrollo agrícola y rural del movimiento cooperativo regional y de los Estados Miembros del IICA, que las acciones aisladas e independientes de cada uno.

CLAUSULA PRIMERA

Objetivos

El presente Acuerdo establece las bases generales necesarias para el cumplimiento de los siguientes objetivos:

- a. Contribuir en la forma más eficaz posible a la acción de la CCC-CA para acelerar el mejoramiento de la agricultura y el desarrollo rural.
- b. Dar marco y fundamento legal a futuros Convenios, cartas de entendimiento o Contratos de Operación específicos, sean procedentes de preocupaciones comunes, o de proposición de colaboración de una u otra de las Partes.

CLAUSULA SEGUNDA

Areas de Cooperación

Las áreas de cooperación de este Acuerdo serán todas aquellas que contribuyan a la realización de los objetivos señalados en la cláusula primera.

En virtud de requerimientos de la CCC-CA y de la experiencia del IICA en este campo, las áreas en que podrían materializarse los esfuerzos conjuntos de cooperación entre las entidades serán las siguientes:

1. Fortalecimiento de los sectores agropecuarios y agroindustrial cooperativos y estrategias para su desarrollo y modernización.
2. Negociaciones comerciales internacionales y Desarrollo de exportaciones.



3. Desarrollo de mecanismo de comercialización interna y bolsas de productos agropecuarios.
4. Desarrollo empresarial y planificación estratégica.
5. Investigación y desarrollo de productos.
6. Mujer y juventud rural.
7. Cooperación técnica y financiera para la elaboración y ejecución de proyectos en el campo cooperativo.
8. Intercambio de experiencias (pasantías).
9. Intercambio de información.

CLAUSULA TERCERA

Procedimientos de Ejecución

Para la ejecución del presente Acuerdo, en cuanto sea posible y conveniente, las partes observarán los siguientes lineamientos:

- a. Para un adecuado seguimiento de las acciones que derivan de este Acuerdo, el IICA, a través del Programa de Comercio e Integración, y la CCC-CA, a través de los Programas de Comercialización y Planificación Estratégica, mantendrán un contacto permanente.
- b. De conformidad con el literal b. de la Cláusula Primera, la ejecución de acciones específicas se registrará por medio de Convenios o Contratos de Operación o Carta de Entendimiento que deberán detallar, en cada caso, los objetivos, medios de acción, formas de participación, obligaciones de cada Parte, contribuciones, técnicas, financieras, de recursos humanos, y otros; presupuestos, incluyendo los costos de supervisión técnica y apoyo institucional que correspondan, y demás elementos que aseguren el normal y adecuado cumplimiento de lo que se pacte.



- c. Cuando se juzgue necesario, las Partes podrán constituir grupos o misiones técnicas, para estudiar la naturaleza, intensidad y extensión de los proyectos y actividades que se llevan o puedan llevarse a cabo bajo el amparo del presente Acuerdo, y proponer las recomendaciones y proyectos que sea menester y que serán objeto de Convenios de Operación Específicos.
- d. Los Convenios o Contratos Operativos específicos a que se alude en el presente Acuerdo podrán celebrarse con la participación de otras entidades multilaterales o bilaterales de cooperación técnica y de ayuda financiera; o de gobiernos de países interesados en el mejoramiento de la agricultura y el desarrollo rural en Centroamérica y el Caribe; o entidades privadas cuyos objetivos sean compatibles con los de las Partes, si así se juzga conveniente y necesario por quienes suscriben el presente Acuerdo.
- e. Las Partes se extenderán invitaciones mutuamente para la designación de observadores en las reuniones ordinarias y extraordinarias de sus respectivos órganos directivos, y en otras reuniones que se celebren para estudiar asuntos de interés común.

CLAUSULA CUARTA

Instrumentos

Las diversas modalidades que podrán adoptarse para la ejecución de los convenios o Contratos operativos específicos previstos en el presente Acuerdo, serán aquellas que las Partes estimen de mayor conveniencia a los propósitos que se persigan, dándose debida consideración a los siguientes instrumentos:

- a. Estudios de investigación sobre aspectos relacionados con las áreas de cooperación que son objeto de este Acuerdo, y que se señalan en la Cláusula Segunda.
- b. Asesoría directa, por medio de misiones técnicas o expertos individuales.

- c. Cooperación técnica (o financiera, o ambas, según el caso) para la elaboración y ejecución de proyectos relacionados con las áreas de cooperación antes señaladas.
- d. Capacitación por medio de cursos, seminarios, adiestramiento en servicio, visitas de estudio y becas.
- e. Información por medio de libros, revistas, boletines y otros medios de comunicación.
- f. Intermediación técnico-científica.
- g. Apoyo administrativo.

CLAUSULA QUINTA

Actividades y Responsabilidades

Las actividades y responsabilidades de las partes contratantes para realizar acciones de cooperación en las áreas señaladas en la Cláusula Segunda se ajustarán a los procedimientos a que se refiere la Cláusula Tercera del presente acuerdo y se detallarán en los convenios, contratos de operación o cartas de entendimiento a los que hace referencia el inciso b) de dicha Cláusula.

CLAUSULA SEXTA

Vigencia, Duración y Modificaciones

El presente Acuerdo entrará en vigor a la fecha de su firma en un mismo acto por las Partes y tendrá una validez de tres años, prorrogables vía intercambio de notas escritas. Cualquiera de las partes podrá expresar su deseo de dar por finalizado el mismo, comunicándolo a la otra, por notificación oficial razonada, con seis meses de anticipación. La terminación anticipada del presente Acuerdo no afectará la marcha y conclusión de los Convenios o Contratos de Operación específicos que se encuentren en ejecución.





Los términos del presente Acuerdo podrán ser modificados por acuerdo expreso de las partes que se anexarán al mismo.

CLAUSULA SETIMA

Otras Disposiciones

EN FE DE LO CUAL, los Representantes de las Partes, legalmente autorizados, firman el presente Acuerdo, en dos ejemplares de igual tenor y validez, a los dieciocho días del mes de marzo de mil novecientos noventa y cuatro.

Por
Confederación de Cooperativas
del Caribe y Centroamérica
CCC-CA

Por
Instituto Interamericano de
Cooperación para la Agricultura
IICA

Lic. Félix J. Cristiá M.
Director Ejecutivo

Ing. Carlos E. Aquino
Director General



*Asesoría
Jurídica.*

*envía
capacitación*

ACUERDO GENERAL DE COOPERACION TECNICA ENTRE LA CONFEDERACION DE COOPERATIVAS DEL CARIBE Y CENTROAMERICA (CCC-CA) Y EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA (IICA)

Entre la Confederación de Cooperativas del Caribe y Centroamérica, en adelante CCC-CA, con cédula jurídica 3-007066-16437, representada por su Director Ejecutivo, Lic. Félix J. Cristiá M., y el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante IICA, con cédula jurídica 3-003-045218-15, representado por su Director General, Ing. Carlos E. Aquino, se suscribe el presente Acuerdo General de Cooperación Técnica, sujeto a los considerandos y cláusulas siguientes:

CONSIDERANDO:

Que el IICA es el Organismo Especializado en agricultura del Sistema Interamericano:

Que el IICA cuenta con una reconocida competencia y experiencia en Comercio e Integración, políticas agrícolas, tecnológicas y sanidad, agropecuarias, organización y administración para el desarrollo rural, así como con oficinas permanentes en sus Estados Miembros, por medio de la cuales lleva a cabo sus programas y actividades de cooperación técnica.

Que la CCC-CA es una organización regional con personería jurídica propia que agrupa a la gran mayoría de las organizaciones cooperativas del Caribe y Centroamérica.

Que la CCC-CA tiene entre sus objetivos fortalecer y desarrollar el cooperativismo basado en los principios de justicia social, libertad y democracia como valores intrínsecos que lleve la condición y dignidad humana del trabajador organizado y participar en el desarrollo económico, social, político y cultural, como aporte de los trabajadores para una sociedad más justa y más humana.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA - P.O. BOX 1144 CA
SAN JOSÉ, COSTA RICA

Que con el esfuerzo conjunto y complementario de la CCC-CA e IICA se puede contribuir más efectivamente al desarrollo agrícola y rural del movimiento cooperativo regional y de los Estados Miembros del IICA, que las acciones aisladas e independientes de cada uno.

CLAUSULA PRIMERA

Objetivos

El presente Acuerdo establece las bases generales necesarias para el cumplimiento de los siguientes objetivos:

- a. Contribuir en la forma más eficaz posible a la acción de la CCC-CA para acelerar el mejoramiento de la agricultura y el desarrollo rural.
- b. Dar marco y fundamento legal a futuros Convenios, cartas de entendimiento o Contratos de Operación específicos, sean procedentes de preocupaciones comunes, o de proposición de colaboración de una u otra de las Partes.

CLAUSULA SEGUNDA

Areas de Cooperación

Las áreas de cooperación de este Acuerdo serán todas aquellas que contribuyan a la realización de los objetivos señalados en la cláusula primera.

En virtud de requerimientos de la CCC-CA y de la experiencia del IICA en este campo, las áreas en que podrían materializarse los esfuerzos conjuntos de cooperación entre las entidades serán las siguientes:

1. Fortalecimiento de los sectores agropecuarios y agroindustrial cooperativos y estrategias para su desarrollo y modernización.
2. Negociaciones comerciales internacionales y Desarrollo de exportaciones.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA Y PESQUERA
CALLE 1000, P.O. BOX 1000, SAN JOSE, COSTA RICA
TELEFONO: (506) 224-1111 FAX: (506) 224-1111 IICA, COSTA RICA

3. Desarrollo de mecanismo de comercialización interna y bolsas de productos agropecuarios.
4. Desarrollo empresarial y planificación estratégica.
5. Investigación y desarrollo de productos.
6. Mujer y juventud rural.
7. Cooperación técnica y financiera para la elaboración y ejecución de proyectos en el campo cooperativo.
8. Intercambio de experiencias (pasantías).
9. Intercambio de información.

CLAUSULA TERCERA

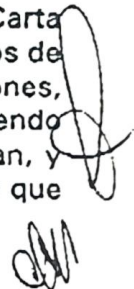
Procedimientos de Ejecución

Para la ejecución del presente Acuerdo, en cuanto sea posible y conveniente, las partes observarán los siguientes lineamientos:

- a. Para un adecuado seguimiento de las acciones que derivan de este Acuerdo, el IICA, a través del Programa de Comercio e Integración, y la CCC-CA, a través de los Programas de Comercialización y Planificación Estratégica, mantendrán un contacto permanente.
- b. De conformidad con el literal b. de la Cláusula Primera, la ejecución de acciones específicas se regirá por medio de Convenios o Contratos de Operación o Carta de Entendimiento que deberán detallar, en cada caso, los objetivos, medios de acción, formas de participación, obligaciones de cada Parte, contribuciones, técnicas, financieras, de recursos humanos, y otros; presupuestos, incluyendo los costos de supervisión técnica y apoyo institucional que correspondan, y demás elementos que aseguren el normal y adecuado cumplimiento de lo que se pacte.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

1987-1990
CALLE 14 DE JULIO, C.A. 1000, SAN JOSÉ, COSTA RICA
COSTA RICA



- c. Cuando se juzgue necesario, las Partes podrán constituir grupos o misiones técnicas, para estudiar la naturaleza, intensidad y extensión de los proyectos y actividades que se llevan o puedan llevarse a cabo bajo el amparo del presente Acuerdo, y proponer las recomendaciones y proyectos que sea menester y que serán objeto de Convenios de Operación Específicos.
- d. Los Convenios o Contratos Operativos específicos a que se alude en el presente Acuerdo podrán celebrarse con la participación de otras entidades multilaterales o bilaterales de cooperación técnica y de ayuda financiera; o de gobiernos de países interesados en el mejoramiento de la agricultura y el desarrollo rural en Centroamérica y el Caribe; o entidades privadas cuyos objetivos sean compatibles con los de las Partes, si así se juzga conveniente y necesario por quienes suscriben el presente Acuerdo.
- e. Las Partes se extenderán invitaciones mutuamente para la designación de observadores en las reuniones ordinarias y extraordinarias de sus respectivos órganos directivos, y en otras reuniones que se celebren para estudiar asuntos de interés común.

CLAUSULA CUARTA

Instrumentos

Las diversas modalidades que podrán adoptarse para la ejecución de los convenios o Contratos operativos específicos previstos en el presente Acuerdo, serán aquellas que las Partes estimen de mayor conveniencia a los propósitos que se persigan, dándose debida consideración a los siguientes instrumentos:

- a. Estudios de investigación sobre aspectos relacionados con las áreas de cooperación que son objeto de este Acuerdo, y que se señalan en la Cláusula Segunda.
- b. Asesoría directa, por medio de misiones técnicas o expertos individuales.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

AVDA. 16 DE JULIO S/N. COSTA RICA. TEL. 2240222. CABLE Y ORGANIGRAMA - TELECOMUNICACIONES
 C/DADE ELECTRONICA - TEL. 2240222. FAX. 2240222. A. TAMAYO (TEL. 2240222) - IICA COSTA RICA

- c. Cooperación técnica (o financiera, o ambas, según el caso) para la elaboración y ejecución de proyectos relacionados con las áreas de cooperación antes señaladas.
- d. Capacitación por medio de cursos, seminarios, adiestramiento en servicio, visitas de estudio y becas.
- e. Información por medio de libros, revistas, boletines y otros medios de comunicación.
- f. Intermediación técnico-científica.
- g. Apoyo administrativo.

CLAUSULA QUINTA

Actividades y Responsabilidades

Las actividades y responsabilidades de las partes contratantes para realizar acciones de cooperación en las áreas señaladas en la Cláusula Segunda se ajustarán a los procedimientos a que se refiere la Cláusula Tercera del presente acuerdo y se detallarán en los convenios, contratos de operación o cartas de entendimiento a los que hace referencia el inciso b) de dicha Cláusula.

CLAUSULA SEXTA

Vigencia, Duración y Modificaciones

El presente Acuerdo entrará en vigor a la fecha de su firma en un mismo acto por las Partes y tendrá una validez de tres años, prorrogables vía Intercambio de notas escritas. Cualquiera de las partes podrá expresar su deseo de dar por finalizado el mismo, comunicándolo a la otra, por notificación oficial razonada, con seis meses de anticipación. La terminación anticipada del presente Acuerdo no afectará la marcha y conclusión de los Convenios o Contratos de Operación específicos que se encuentren en ejecución.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

OFFICE OF THE DIRECTOR GENERAL OF AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT - INTER-AMERICAN INSTITUTE FOR COOPERATION IN AGRICULTURE
CALLE DE LA AGRICULTURA, SAN JOSÉ, COSTA RICA

Los términos del presente Acuerdo podrán ser modificados por acuerdo expreso de las partes que se anexarán al mismo.

CLAUSULA SETIMA

Otras Disposiciones

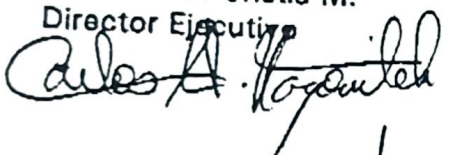
EN FE DE LO CUAL, los Representantes de las Partes, legalmente autorizados, firman el presente Acuerdo, en dos ejemplares de igual tenor y validez, a los dieciocho días del mes de marzo de mil novecientos noventa y cuatro.

Por
Confederación de Cooperativas
del Caribe y Centroamérica
CCC-CA

Por
Instituto Interamericano de
Cooperación para la Agricultura
IICA

Lic. Félix J. Cristiá M.
Director Ejecutivo

Ing. Carlos E. Aquino
Director General



INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

ASOCIACION DE COOPERATIVAS DEL CARIBE Y CENTROAMERICA
INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA

093/94
MAARA/ICA
BRASIL

Boleta 15334

TERMO ADITIVO Nº

CONVENIO DE OPERAÇÃO MAARA/SE/IICA Nº /93

Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Operação que, entre si celebram o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, objetivando a manutenção de pessoal técnico e de apoio administrativo contratados pelo IICA e que se encontram "sub-judice" até a conclusão do processo judicial ou decisão administrativa definitiva.

Aos **08** dias do mês de **MARÇO** do ano de mil novecentos e noventa e quatro, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00.396.895/0067-51, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", nesta Capital, doravante denominado **MINISTÉRIO**, representado neste ato pelo seu Secretário-Executivo, Doutor RICARDO ALVES DA CONCEIÇÃO, residente e domiciliado à SQS 303 Bloco "B" Aptº 201 - Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade nº 386.664, órgão expedidor SSP/DF e C.P.F. nº 010.502.146-68, nos encargos de Secretário-Executivo, conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 437, de 27 de agosto de 1993, e publicado no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 1993, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), CGC 00.640.110.0001-18, doravante denominado **IICA**, representado neste ato pelo seu representante no Brasil, Doutor VICTOR EDUARDO MACHINEA, residente à SHIS - QI 25, Conjunto 10, Casa 09, Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade nº F108/91 - M.R.E. - Isento de C.P.F., poder geral outorgado pelo Diretor-Geral do IICA, Doutor MARTIN PINEIRO PAGLIERI, através da Procuração Geral nº 8.773, de 11.06.91, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, sujeitando-se os convenientes às normas da Instrução Normativa 02 de 19 de abril de 1993 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Decreto nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986, bem como da Resolução nº 70 IICA/JIA de 23 de outubro de 1985, normalizada pela Ordem Executiva nº 06/87, Decreto Legislativo nº 216 de 27 de novembro de 1991 e Decreto 361 de 10 de dezembro de 1991, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS

O presente **TERMO ADITIVO** tem por objetivo repasse complementar de recursos com vista a manutenção da equipe técnica e de apoio administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Rural, contratados através de convênio com o **IICA**, que se encontra em situação funcional "sub-judice" até a conclusão do processo judicial ou decisão administrativa definitiva.



CLAUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

À disposição do MINISTÉRIO com a execução deste termo aditivo para o presente exercício, será no valor total de R\$ 28.988.133,00 (vinte e oito milhões, novecentos oitenta e oito mil, novecentos e trinta e três cruzeiros reais) sendo que CR\$ 28.988.133,00 (vinte e oito milhões, novecentos oitenta e oito mil, novecentos e trinta e três cruzeiros reais) correrão à conta das dotações alocadas no Projeto/Atividade 22.101.04.018.0110.2451 - Cooperação e Associaçao e Associaçao Rural - Fomento a Autogestões Cooperativistas. Elemento de Despesa: 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e CR\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros reais) correrão à conta das dotações alocadas no Projeto/Atividade 22.101.04.009.0020.2015-0046 - Coordenação e Orientação da Políticas Governamentais - Política Agrícola, Elemento de Despesa: 3450.39 - Transferências a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Empenho nº 94NE 00042 e 94NE 00043, de 04/03/94

CLAUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas e parágrafos do Convênio de Operação MAARA/SF/IICA NS não atingidas pelo presente Instrumento ficam ratificadas.

CLAUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO ATIVIVO será publicado, em extenso, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

Para firmeza e validade do que foi avençado, firmam este Instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o substrevem.

RICARDO ALVES DA CONCEIÇÃO Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

VICTOR EDUARDO MACHINEA Representante do IICA no Brasil

Testemunhas

CPF:



MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL
 COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMACAO FISICA

Identificacão das Partes:
 Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA e o
 Instituto Interamericano de Cooperaco para a Agricultura - IICA.

PI-02

FOLHA
 2 DE 3

06- CRONOGRAMA EXECUCAO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta : Fase :	Etapa : Fase :	Especificaco	Indicador Físico Unidade :	Qtde.	Duraco Início	Término
01		Manuteno da equipe de técnicos contratada pelo IICA nas Secretarias de Desenv. Rural, de Defesa Agropec. e de Pol. Agric. conforme abaixo:			Fev/94	Fev/94
		José Ubirajara Coelho de Souza Lima	técnico	01	.	.
		Luiz Dielson Arao Macedo	.	01	.	.
		Renato Moreira de Faria	.	01	.	.
		Odilson Luiz Ribeiro e Silva	.	01	.	.
		Paulo Martins Tollini	.	01	.	.
		Athemar Caricati Filho	.	01	.	.
		Ednardo Freitas Machado	.	01	.	.
		João Luiz Vallin Batelli	.	01	.	.
		Marconi Lopes de Albuquerque	.	01	.	.
		Maria Elizabeth R. A. de Castro	.	01	.	.
		Nelson Ferreira Praça	.	01	.	.
02		Manuteno da equipe de apoio administrativo contratada pelo IICA na Secretaria de Desenvolvimento Rural, conforme abaixo:			Fev/94	Fev/94
		Maria de Fátima Oliveira Gonzlves	apoio	01	.	.
		Maria Alice Costa Dias	.	01	.	.
		Virgínia Francisca dos Santos	.	01	.	.
		Antonio Ives de Almeida	.	01	.	.
		Gleide Peres de Araújo	.	01	.	.
		Tania Bonizede Gerico	.	01	.	.



4/25

Handwritten marks at the bottom right of the page.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO GERAL
 COORDENACAO GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO

Identificação das Partes:
 Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA e

PT-03

FOLHA

3 de 3

07- PLANO DE APLICACAO (CR\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Ministério	Proponente
Código	Especificação			
3450-39	Transferência a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	128.988.133	128.988.133	
TOTAL GERAL		128.988.133	128.988.133	

08- CROMOGRAMA DE DESEMBOLSO (CR\$ 1,00)

Concedente

Meta	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun
01/02		28.988.133				
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Proponente (contrapartida CR\$ 1,00)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abri	Mai	Jun
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União na forma deste plano de trabalho.

Local e Data

Ricardo
 Proponente

Aprovação pelo concedente

Aprovado

Local e Data

MAARA
Adede
 VISTO

Ricardo
 Concedente

477



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SECRETARIA - GERAL
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS

PUBLICADO NO D.O.U. DE 08, 03, 94
PÁGINA 4289

CÓDIGO DO CONVÊNIO / AJUSTE		
U. F.	SEQUENCIA	T. ADIT
DF	9772	012

EXTRATO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO
E DA REFORMA AGRÁRIA

Secretaria Executiva
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

- a) ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio de Operação, que entre si, celebram o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, COC 00.396.895/0067-51 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, CGC 00.640.110/0001-18 assinado em 04/03/94.
- b) OBJETIVO: Manutenção de pessoal técnico e de apoio administrativo contratados pelo IICA e que se encontram "sub-Judice".
- c) CREDITO: Ministério - à conta das atividades: 22.101.04.009.0020.2015.0046 - Coordenação e Orientação das Políticas Governamentais - Política Agrícola no valor de CR\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros reais); 22.101.04.018.0110.2451-0001 - Cooperativismo e Associativismo Rural - Fomento e Autoprestação Cooperativista, no valor de CR\$ 22.988.133,00 (vinte e dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil, cento e trinta e três cruzeiros reais), Elemento de Despesa 3450-39 - Transferência a Instituições Privadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Empenhos Nos 94NE00042 e 00043, de 04/03/94 - SDR.
- d) VALOR: Ministério - CR\$ 28.988.133,00 (vinte e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil, cento e trinta e três cruzeiros reais).
- e) PRAZO DE VIGÊNCIA: Até decisão administrativa ou judicial definitiva, não ultrapassando o prazo do Acordo-Geral publicado em 20/12/93.
- f) ASSINATURAS: RICARDO ALVES DA CONCEIÇÃO - Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CI nº 386.664 SSP/DF e CPF 010.502.146-68 e VICTOR EDUARDO MACHINEA - Representante do IICA no Brasil - carteira de identidade nº P-108-91 - MRE, CPF - Isento.

(Of. nº 19/94)

094/94
COBRAFI/ICA
BRASIL

CARTA DE ENTENDIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO INTERAMERICANO
DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA -
(IICA) E O CONSELHO BRASILEIRO DE
FITOSSANIDADE (COBRAFI), DO BRASIL, COM
O OBJETIVO DE FORTALECER AS AÇÕES DE
COOPERAÇÃO TÉCNICA EM MATÉRIA
FITOSSANITÁRIA NA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL.

O Instituto Interamericano de Cooperação para a
Agricultura, denominado IICA, representado por seu Diretor-Geral
Dr. Martin E. Piñero, que delegou poderes ao Diretor do Escritório
no Brasil, Dr. Victor Eduardo Machinea, e o Conselho Brasileiro de
Fitossanidade, denominado COBRAFI, representados pelo seu
Presidente, Dr. Maçao Tadano e pelo Diretor Executivo, Dr. José
Carlos Simões Peixoto, resolvem celebrar a presente Carta de
Entendimento, segundo as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO:

Que o IICA é o Organismo Especializado do Sistema
Interamericano para a Agricultura e o Desenvolvimento
Rural;

que o IICA é um Organismo Internacional com amplo
reconhecimento em funções de cooperação técnica aos
países da América Latina e do Caribe;

que o IICA conta, na Área Sul (Argentina, Brasil, Chile,
Paraguai, Uruguai) com um convênio com o Comitê de
Sanidade Vegetal do Cone-sul-COSAVE;

que o IICA conta com um projeto com atividades
denominado Apoio à Reestruturação e Fortalecimento do
Sistema de Sanidade Vegetal do Brasil;

que o IICA possui atribuições legais para assinar Cartas
de Entendimento para o melhor cumprimento de seus
objetivos;

que o COBRAFI é uma entidade civil congregando
instituições organizadas que se dedicam à ciência e
tecnologia em área relacionada à fitossanidade,
interessada na melhoria dos níveis de produção do
setor agrícola do Brasil;

que o COBRAFI é uma entidade voltada à organização,
consolidação e participação dos profissionais
fitossanitaristas nas decisões nacionais de políticas
e programas para o setor;

que o COBRAFI é uma entidade interessada em colaborar com a comunidade para diminuir os riscos à saúde e ao meio ambiente;

que o COBRAFI é uma entidade interessada na melhoria da da qualidade e produtividade do setor agrícola;

que o COBRAFI é uma entidade com capacidade legal para celebrar Cartas de Entendimento;

que existe interesse por parte do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Departamento de Defesa Vegetal, que se incrementa a cooperação técnica em matéria de Fitossanidade;

que as Partes estão de acordo de que é necessário colaborar para apoiar a tarefa e os programas dos organismos responsáveis pelas atividades fitossanitárias do Brasil;

que as Partes estão dispostas a cooperar com o incremento da capacidade técnica dos organismos responsáveis pela atividade fitossanitária do Brasil;

que as Partes concordam com a necessidade de obter uma proteção de cultivos mais participativa, por parte da comunidade técnico-científica envolvida, interessada e preocupada com a saúde humana e a proteção ao meio ambiente.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVO

A presente Carta de Entendimento tem como objetivo geral apoiar o fortalecimento da participação dos profissionais fitossanitaristas, do Programa de Sanidade Agropecuária do IICA.

Objetivos específicos:

- a. Apoiar o fortalecimento institucional do COBRAFI pelas atividades fitossanitárias no Brasil.
- b. Apoiar o incremento da capacidade técnica fitossanitária das entidades que constituem o COBRAFI.
- c. Promover a utilização de tecnologias fitossanitárias, visando o incremento da produção de alimentos, bem como a sua utilização adequada, objetivando a redução de riscos à saúde e ao meio ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA - ÁREAS DE COOPERAÇÃO

As Partes desenvolverão atividades de cooperação técnica em matéria fitossanitária, dentro de um marco de referência das seguintes áreas:

- a. Fortalecimento das estruturas institucionais.
- b. Avaliação do impacto econômico, social e ecológico pela implementação de medidas fitossanitárias.
- c. Manejo integrado pela adoção de técnicas racionais com produtos fitossanitários e biológicos.
- d. Implantação de um banco de dados de recursos humanos de instituições e profissionais fitossanitaristas, com informação fitossanitária computarizada.
- e. Intercâmbio de informações fitossanitárias, difusão e divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA - INSTRUMENTOS

As Partes concordam em que as atividades da Carta de Entendimento serão determinadas mediante os seguintes instrumentos de cooperação técnica:

- a. Capacitação-treinamento.
- b. Intercâmbio técnico-científico.
- c. Oferecimento de consultorias.
- d. Organização de foros fitossanitários.
- e. Intercâmbio de Informações.
- f. Apoio institucional.

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO

1) Para a operacionalização da presente Carta de Entendimento será elaborado um Projeto de Cooperação técnica, que abrangerá o período de vigência do mesmo. Este projeto contemplará, basicamente, os objetivos, metas, atividades e cronograma de execução. Também serão elaborados Programas Operativos anuais para orientar a execução anual do projeto. O Projeto de cooperação técnica constituirá documento integrante da presente Carta de Entendimento, após sua provação pelas partes convenientes.

2) A Coordenação da Carta de Entendimento, estará a cargo de um Comitê Diretor, composto pelo Diretor do Programa Sanidade Agropecuária do IICA, o Diretor do Escritório do IICA no Brasil e o Presidente do COBRAFI e, um Comitê Técnico, integrado pelo Coordenador de Sanidade Agropecuária do IICA no Brasil, um especialista em Sanidade Vegetal e o Diretor Executivo do COBRAFI. Para o funcionamento da Comissão deverá ser elaborado o Regulamento Operativo correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. DO IICA:

- a. Prestar assessoria à Carta de Entendimento com especialistas de seu quadro permanente, de acordo com suas possibilidades e com o que se estabeleça nos programas operativos anuais;
- b. Cumprir com as atividades técnicas programadas no Projeto de cooperação técnica e nos programas operativos anuais;
- c. Contratar, de acordo com o COBRAFI e com os regulamentos de pessoal do IICA, consultores nacionais e internacionais, de acordo com o estabelecido nos programas operativos;
- d. Apoio institucional.

2. DO COBRAFI:

- a. Contribuir com os recursos técnicos de apoio operativo e os financeiros de acordo com os programas operativos aprovados;
- b. Transferir estes recursos financeiros à administração do IICA, que serão creditados em sua conta geral;
- c. Designar representantes do COBRAFI, membros da Comissão Coordenadora desta Carta de Entendimento;
- d. Prestar assessoria com os profissionais fitossanitaristas de suas associadas de acordo com as possibilidades o que se estabeleça nos programas operativos elaborados e aprovados;
- e. Facilitar junto às associadas de acordo com as possibilidades todo apoio possível para o melhor cumprimento desta Carta de Entendimento;

- f. Contribuir com recursos financeiros para a execução desta Carta de Entendimento através de seu programa-orçamento, para atender atividades e estabelecer financiamentos adicionais mediante a assinatura de termos aditivos;
- g. Segundo conveniência das partes, a presente Carta de Entendimento poderá ser retificada, ratificada ou modificada para Convênio, obedecidas as normas estabelecidas pelo IICA.
- h. Os saldos disponíveis e os equipamentos adquiridos durante a vigência da Carta de Entendimento serão de propriedade do COBRAFI.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS

O IICA contribuirá com a assessoria técnica dos especialistas em Sanidade Vegetal e, com a capacidade administrativa do Escritório do IICA em Brasília, Brasil.

O COBRAFI participará com recursos técnicos, operativos e financeiros. Contribuirá para tanto com assessoria técnica dos profissionais fitossanitaristas de suas associadas e capacidade operativa para a condução de atividades de cooperação técnica.

Para cobrir os custos administrativos e técnicos indiretos (CATI's) o IICA reterá 8% (oito por cento) para apoio administrativo e 12% (doze por cento) para cooperação técnica dos recursos efetivamente aplicados na Carta de Entendimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O COBRAFI transferirá ao IICA os recursos para os gastos incidentes e efetuará as liberações de acordo às necessidades estabelecidas no calendário de atividades dos programas operativos anuais elaborados e aprovados e, os correspondentes aos termos aditivos assinados.

CLÁUSULA OITAVA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

O IICA prestá contas dos recursos financeiros de que trata a CLÁUSULA desta Carta de Entendimento, de acordo com as suas próprias normas e procedimentos.

CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA

A presente Carta de Entendimento entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência por um período de 2(dois) anos, podendo ser modificada, prorrogada ou rescindida de comum acordo entre as Partes, ou unilateralmente, pelo não cumprimento injustificado de qualquer uma de suas cláusulas, de acordo com a legislação em vigor, com um prazo de 60 (sessenta)

dias. O término antecipado da presente Carta de Entendimento não afetará o andamento e conclusão do projeto ou dos projetos em execução. Iniciará sua operacionalização no momento em que sejam transferidos, pelo COBRAFI, os recursos para o IICA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

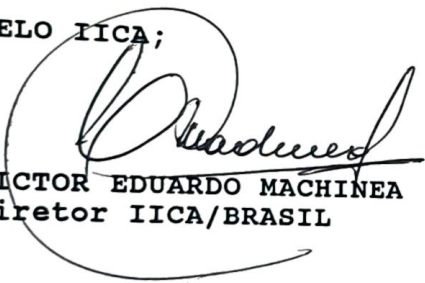
As partes se comprometem a tratar de solucionar de comum acordo as controvérsias que por ventura possam surgir da interpretação ou aplicação da presente Carta de Entendimento. Caso as partes não cheguem a uma solução satisfatória para ambas, o assunto será submetido à arbitragem, cujo procedimento será decidido de comum acordo e custeado em partes iguais.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - ACEITAÇÃO DO CONVÊNIO

Para legitimar o que pelas Partes foi acordado, este instrumento vai assinado em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 13 de dezembro de 1993.

PELO IICA;

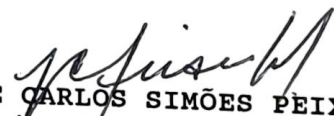


VICTOR EDUARDO MACHINEA
Diretor IICA/BRASIL

PELO COBRAFI:

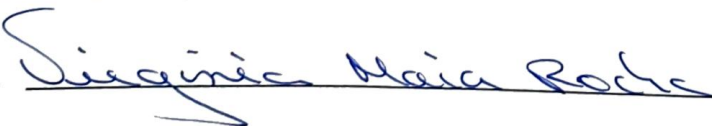


MAÇAO TADANO
Presidente



JOSE CARLOS SIMÕES PEIXOTO
Diretor Executivo

TESTEMUNHAS;

1. 
2. _____



FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Local e Data

Proposta

Uso da Fundação	
Comitê executor	Tempo de duração
	Processo nº

Título

Informatização, Alertas Fitossanitários e Divulgação

Área de atuação	Duração trabalho (meses)	BB/Agência
Nacional	12 meses	BB/Agência : 2944-0
Palavra-chave (I) - título	Palavra-chave (II) - objetivo	tipo proponente
Fitossanidade	Apoio Institucional	COBRAFI

Proponente - nome

CONSELHO BRASILEIRO DE FITOSSANIDADE

Endereço

SHIS QI 05 conjunto 09 Bloco D Lago Sul

Forma jurídica

Pessoa Jurídica

Representante legal

Maçao Tadano

Presidente

CEP

71615-090

CGC

37051091/0001-02

DDD/telefone/fax

(061) 248-5477

Cargo ou função

Executor - nome

CONSELHO BRASILEIRO DE FITOSSANIDADE

Endereço

SHIS QI 05 conjunto 09 Bloco D Lago Sul

Forma jurídica

Pessoa Jurídica

Representante legal

Maçao Tadano

Presidente

CEP

71615-090

CGC

37051091/0001-02

DDD/telefone/fax

(061) 248-5477

Cargo ou função

Local de desenvolvimento do trabalho (município)

Brasília, DF

Valor total - NCZ\$	Valor contrapartida - NCZ\$	Valor solicitado - NCZ\$
CR\$ 1.400.000.000,00	CR\$	CR\$ 1.400.000.000,00

Objetivos

Implantar a informatização do sistema de Banco de Recursos Humanos dos profissionais da área de fitossanidade no país, elaboração de Boletins Fitossanitários do COBRAFI e divulgação sobre Alertas Fitossanitários, protegendo o setor agrícola e evitando o ingresso de pragas e doenças exóticas ao país e a disseminação dos patógenos nas áreas ainda indenens.

Coordenador

Maçao Tadano

DDD/telefone/fax

(061) 248-5477

(061) 248-5897

Justificativas do trabalho:

- Identificação do problema que originou o trabalho
- Possível uso dos conhecimentos a serem gerados
- Resultados de trabalhos existentes
- Benefícios sociais previstos
- Trabalhos já desenvolvidos pela equipe
- Referências bibliográficas

O COBRAFI se ressentia da imperativa necessidade da implantação de um Banco de Recursos Humanos, em virtude das constantes solicitações que nos chegam de instituições nacionais e internacionais sobre informações curriculares de profissionais nas diversas áreas da fitossanidade.

O país está sujeito a todo instante ao ingresso de novas pragas e doenças com graves prejuízos ao setor agrícola em consequência da sua dimensão continental divisando com outros dez países da América do Sul e oferecendo facilidades de toda ordem ao ingresso de problemas fitossanitários em consequência do tráfego terrestre, marítimo e aéreo. As variações climáticas, de solo, de topografia e as vocações regionais do setor ampliam as condições de expansão dos mesmos.

A conjuntura exposta, reflete a carência e dependência de um sistema de divulgação competente e eficiente fundamentado em bases técnicas atualizadas, em condições de inter-relacionar as instituições, universidades, setor produtivo e a comunidade científica como um todo.

Os conhecimentos gerados divulgados de forma racional, oportuna e imediata, reduzirão os custos administrativos e técnicos de forma direta e indireta, evitando dualidades pela universalização horizontal e vertical das novas técnicas.

Existem muitos trabalhos importantes realizados e outros em execução que não são do conhecimento das instituições e da comunidade científica, gerando prejuízos enormes à economia e produção do país.

Os benefícios sociais diretos e indiretos são incalculáveis, pela redução de custos, menores preços, maior consumo, e melhor qualidade dos produtos consumidos.

Deve registrar-se também que a adoção das atividades propostas provocarão menores impactos ambientais.

Recentemente, o COBRAFI realizou o I SIMPOSIO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA AGRICULTURA E PROTEÇÃO DE CULTIVARES, no período de 4 a 7 de maio de 1992 na sede do Banco Central em Brasília. O Simpósio contou com a participação de técnicos nacionais e internacionais na apreciação ao Anteprojeto de Lei de Proteção de Cultivares que o governo brasileiro enviará brevemente ao Congresso Nacional. A Fundação Banco do Brasil teve decisiva participação na realização do evento.

Todo o Simpósio consta dos Anais que se encaminha anexo ao Projeto.

Metodologia:

- Descrição detalhada dos métodos e técnicas a serem adotadas e justificativas dos respectivos equipamentos/materiais indispensáveis.

O COBRAFI contará com a participação direta e constante das filiadas com todo seu potencial técnico, especialização e conhecimento, como se segue:

Sociedade Entomológica do Brasil
Sociedade Brasileira de Fitopatologia
Sociedade Brasileira de Herbicidas e Ervas Daninhas
Sociedade Brasileira de Nematologia
Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Agropecuária
Sociedade Brasileira de Virologia
Grupo Paulista de Fitopatologia
Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
Associação Brasileira de Produtores de Sementes
Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes
Associação Brasileira para o Progresso da Ciência
Fundação Pronatura
Sociedade de Olericultura do Brasil
Associação Nacional de Defesa Vegetal
Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas

A informatização do sistema de Banco de Recursos Humanos será implantado pela aquisição de um micro-computador 386 20 MHz 2Mb RAM 120 Mb Hd Drives 1.2 e 1.44 FHC, CASE KEYBOARD VGA 256 K VGA MONITOR, Impressoras de 132 cls e Laser HP II, Leitor de CD ROM e cartuchos de Toner Laser II.

O sistema contará com o dados gerais de cada profissional: especialização, instituição, lotação, centros de excelência, etc.

Desta forma o COBRAFI estará capacitado a fornecer quaisquer informações do país ou do exterior sobre profissionais e instituições.

O COBRAFI circulará trimestralmente o seu Boletim contendo matérias técnicas do interesse das filiadas, da comunidade científica, instituições, universidades e setor produtivo, atos do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, da Saúde e Meio Ambiente, sobre defesa sanitária vegetal, registros e cancelamentos de defensivos agrícolas e divulgação de informes sobre fitossanidade em geral.

Em virtude dos graves prejuízos provocados pela existência ou ingresso de pragas e doenças exóticas ao país, serão veiculados Folders, Cartazes e Alertas Fitossanitários, protegendo o setor agrícola brasileiro e evitando a disseminação dos patógenos nas áreas ainda indenens.

Cronograma Físico

Título Informatização, Alertas Fitossanitários e Divulgação
 Componente CONSELHO BRASILEIRO DE FITOSSANIDADE

Atividades (listar as metas principais desdobradas em suas principais etapas)

1. Informatização - Sistema de Bco. Recursos Humanos. Aquisição dos equipamentos de computação
2. Boletins Fitossanitários do COBRAFI - Trimestral
3. Alertas Fitossanitários. Divulgação, Folders, Cartazes e similares.

NOTAS:
 - Períodos de 12 meses de atividades; não coincide, necessariamente, com o ano civil;
 - As metas parciais são apresentadas em ordem cronológica e definem eventos da execução do trabalho;
 - A composição desse quadro guarda correspondência com a do cronograma financeiro.

	Ano I												Ano II											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Informatização - Sistema de Bco. Recursos Humanos. Aquisição dos equipamentos de computação	X																							
2. Boletins Fitossanitários do COBRAFI - Trimestral		X				X			X															
3. Alertas Fitossanitários. Divulgação, Folders, Cartazes e similares.	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X												



FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Membria de Cálculo
Vencimentos

Folha 8

Processo nº _____

Nome	Re- gra em de- re- ta C/1/ Est.	Remuneração mensal no trabalho - NCS		ANO ____						TOTAL			
		Recursos próprios (A)	Fundação (B)	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre		Recursos próprios (A = C)	Fundação (B = C)		
				nº de meses (C)	Recursos próprios (A x C)	Fundação (B x C)	nº de meses (C)	Recursos próprios (A x C)	Fundação (B x C)			nº de meses (C)	Recursos próprios (A x C)
SUBTOTAL													
DEBÍTCIOS PATRONAIS													
TOTAL													

Memória de Cálculo
Incentivo à Pesquisa

Continuação

Equipos técnicos com direito a Incentivo à Pesquisa	"A" Remuneração mensal no trabalho Em NCIS	ANO												TOTAL do Incentivo
		1º Quadrimestre			2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			TOTAL			
		"B" meses	"C" (B x A)	Incentivo (0,2 x C)	"B" meses	"C" (B x A)	Incentivo (0,2 x C)	"B" meses	"C" (B x A)	Incentivo (0,2 x C)				
TOTAL														
01611a	Quantidade (C)	Remuneração		1º Quadrimestre			2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			TOTAL	Fundação
		Recursos próprios (A)	Fundação (B)	Recursos próprios (A x C)	Fundação (B x C)	Recursos próprios (A x C)	Fundação (B x C)	Recursos próprios (A x C)	Fundação (B x C)	Recursos próprios (A x C)	Fundação (B x C)	Recursos próprios		
CAPITAL - admissão até 8 OTM														
INTEMIOM - admissão até 8 OTM														
TOTAL														



FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Membria de Cálculo
 Serviços de Terceiros/Outras Despesas

Em Cr\$ x 1.000,00

Processo nº _____
 Em RCF\$

Folha 8 d

Continuação

Esecutor/Espécie de serviço/Justificativa	Horas ou unid. serviço	Custo unitário	Total	Contrapartida		Verba da Fundação	
				Recursos próprios	Outras fontes	Proposta	Aprovação
Boletim Fitossanitário	6,000	58,33	350,000			350,000	
Cartazes	20,000	17,50	350,000			350,000	
Folhens	40,000	6,25	250,000			250,000	
Circulares	40,000	2,50	100,000			100,000	
T O T A L			1.050,000			1.050,000	

Memória de Cálculo
Equipamentos e Material Permanente

Em Cr\$ x 1.000,00

Assinatura e Rubrica

Descrição/Especie	Codigo	Quantidade	Preço unitário	Contingente		Verba de Fundação	
				Recursos próprios	Outras fontes	Propostas	Aprovações
IMPORTAÇÕES							
Micro-386 20 Mhz 2 bM RAM 120 Mb Hd	A	01	140.000			140.000	
Impressora Fx 1050	B	01	40.600			40.600	
Impressora Laser HP II PLUS	C	01	70.000			70.000	
Lector CD ROM	D	01	42.000			42.000	
Scanner Full Page	E	01	42.000			42.000	
Toner Lazer HP II	F	02	7.000			15.400	
<p>Obs: Em virtude do convênio de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA, o COBRAFI poderá adquirir os equipamentos a preços reduzidos. As vantagens se justificam também pela qualidade dos produtos e reduzido custo de manutenção.</p>							
T O T A L						350.000	

Memória de Cálculo
Obras Cíveis

Processo nº _____

Continuação

D E S C R I Ç ã O	Contas a pagar		Verba do Fundação	
	Recursos próprios	Obras fontes	Proposto	Aprovações
T O T A L				

Como os resultados do trabalho sejam passíveis de comercialização, no todo ou em parte, o proponente assume, desde já, o compromisso de ceder, preliminarmente à Fundação Banco do Brasil, com vista a transferência da tecnologia ao setor produtivo.

Coordenador do trabalho

Pessoa com poderes de representação (assin. proponente)

095/94
GOBIERNO/IICA
ECUADOR

ADDENDUM No. 1

CONVENIO DE COOPERACION TECNICA Y APOYO ADMINISTRATIVO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL ECUADOR Y EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA - (IICA).

Entre el Gobierno de la República del Ecuador, representado por el Ministro de Relaciones Exteriores, por una parte; y, por otra, el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), representado por el Director General, Ingeniero Carlos Aquino G., quien actúa a través de su representante en el Ecuador, Doctor Alex Barril Garcia.

CONSIDERANDO :

Que el vintiuno de enero de mil novecientos noventa y dos, utilizando recursos del Convenio de Préstamo No. 3390-EC, suscrito entre el Estado ecuatoriano y el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF), se firmó el Convenio de Cooperación Técnica y Apoyo Administrativo entre el Ministerio de Relaciones Exteriores y el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), que en adelante será denominado "El Convenio", por un monto de US\$ 3,478.381 para la cooperación técnica y el apoyo administrativo que requiere la Subsecretaría de Desarrollo Rural del Ministerio de Bienestar Social para la ejecución del Programa Nacional de Desarrollo Rural "PRONADER"; -

Que la Cláusula Décimo Quinta (Enmiendas) indica que la modificación de las estipulaciones de este Convenio se efectuará, previa la no objeción del BIRF, mediante enmienda firmada por las partes contratantes.

Que el Ministerio de Bienestar Social, requiere para la Subsecretaría de Desarrollo Rural, la continuación de la cooperación técnica y el apoyo administrativo durante los años de 1994 y 1995 para la ejecución de las acciones previstas del PRONADER en esos mismos años;

ACUERDAN

Modificar el texto del Convenio vigente en los siguientes términos:

1. CLAUSULA DECIMO CUARTA: DURACION

Se prorroga la vigencia del Convenio actual desde el 21 de marzo de 1994 hasta el treinta y uno de diciembre de 1995, es decir, en 21 meses y diez días.

1.El literal b de la Cláusula primera quedará así: "MBS": significa el Ministerio de Bienestar Social del Prestatario,

representado por su titular.

CLAUSULA SEGUNDA: Se amplía el ámbito de la cooperación y del apoyo administrativo a través de:

- 7) la incorporación de especialistas en capacitación de campesinos, técnicos y personal directivo.
 - 8) La incorporación de especialistas en promoción y difusión del PRONADER, con la finalidad de obtener la participación democrática de los pobladores rurales, en la planificación, ejecución y evaluación de resultados, mediante la producción de boletines, noticias de radio, prensa y televisión, material divulgativo y publicaciones técnicas que simultáneamente permitan una adecuada información de la colectividad.
 - 9) Asignación de recursos para capacitación, difusión, contratación de especialistas en contratación de estudios de ingeniería para vías, riego y construcciones de edificaciones, adquisiciones de equipos, supervisión de obras e instalaciones de equipos, asesorías temporales al Despacho del Ministro y del Subsecretario de Desarrollo Rural, secretarial, y otros de carácter logístico.
4. El valor estimado de la ampliación del Convenio que corresponde al aporte del Ministerio de Bienestar Social, con los recursos originados en la Categoría 5 del Convenio de Préstamo 3390-EC-BIRF es de US\$ 4.145.338, a los que se debe sumar US\$ 350.000 del saldo no utilizado del Convenio original y US\$ 173.819 correspondiente al aporte en especie, con recursos propios del IICA.
 5. Los Anexos 1,2, y 3 contienen la distribución de las partidas del Addendum No. 1.
 6. El inciso segundo, de la Cláusula Cuarta tendrá el siguiente texto:

"Para los efectos derivados del mismo el Ministro de Relaciones Exteriores delega la representación en el Ministro de Bienestar Social o en el funcionario que éste designe para tal fin, quienes serán los máximos representantes de la parte ecuatoriana en todos los actos que se derivan del presente Convenio".

7. Las demás Cláusulas del Convenio firmado el veintiuno de enero de mil novecientos noventa y dos continúan vigentes.

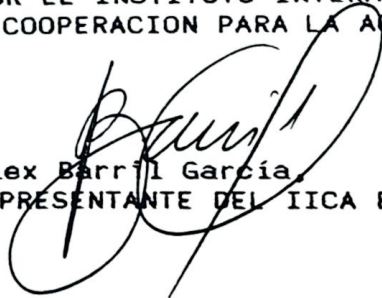
En fe de lo anterior y en testimonio de acuerdo de todas y cada una de las cláusulas de este Addendum, las partes lo firman en seis ejemplares de igual tenor y valor, en Quito, a los 22 días del mes de **MARZO** de 1994.

POR EL GOBIERNO DE LA
REPUBLICA DEL ECUADOR



Jaime Marchán,
MINISTRO DE RELACIONES
EXTERIORES, ENCARGADO.

POR EL INSTITUTO INTERAMERICANO
DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA



Alex Barril García,
REPRESENTANTE DEL IICA EN ECUADOR

MAR. 22 1994

COOPERACION TECNICA PARA EL PRONADER (1994-1996)

ANEXO 1

CONCEPTOS		MESES	HOM.	M-H	MONTO MENS. US\$	MONTO TOTAL REQUE. US\$
L	Costos de Inversion					
A	Investigacion, Validación y transferencia de Tecnología					
A.1	Especialistas Locales	21.33	1	21.33	1,200	25,596
A.2	Especialista Externo	21.33	1	21.33	850	18,131
B	Forestal				5,000	106,650
B.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	850	18,131
B.2	Medio Ambiente				850	18,131
B.2	Especialista Local	21.33	1	21.33	1,000	21,330
C	Seguimiento y Evaluacion					
C.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	1,500	31,995
C.2	Especialista Externo	8.00	1	8.00	8,400	43,200
D	Comercialización y Agroindustria					
D.1	Especialistas Locales	21.33	2	42.66	1,000	42,660
D.1	Especialistas Locales	21.33	2	42.66	750	31,995
D.1	Especialistas Locales	21.33	12	255.96	800	183,576
E	Organización Campesina.					
E.1	Especialistas Locales.	21.33	1	21.33	850	18,131
F	Capacitacion				750	63,990
F.1	Especialistas Locales	21.33	1	21.33	850	18,131
F.1	Especialistas Locales	21.33	12	255.96	800	127,980
G	Apoyo a Mujer Rural					
G.1	Especialista Externa	21.33	1	21.33	5,000	106,650
G.2	Especialista Local	21.33	1	21.33	850	18,131
H	Irrigacion					
H.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	850	18,131
I	Desarrollo Institucional					
I.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	850	18,131
J	Titulacion de Tierras					
J.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	850	18,131
K	Coordinacion					
K.1	Especialistas Locales	21.33	1	21.33	850	18,131
K.1	Especialistas Locales	21.33	4	85.32	750	63,990
L	Asuntos Financieros					
L.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	1,200	25,596
M	Asistencia al FODECO					
M.1	Especialistas Locales	21.33	1	21.33	1,000	21,330
M.1	Especialistas Locales	21.33	1	21.33	750	15,997
M.1	Especialistas Locales	21.33	2	42.66	600	25,596
M.1	Especialistas Locales	21.33	12	255.96	800	127,980
N	Asistencia Legal					
N.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	750	15,997
O	Contadora					
O.1	Especialista Local	21.33	1	21.33	600	12,798
P	Difusion del PRONADER					
P.1	Especialistas locales	21.33	1	21.33	750	15,997
P.1	Especialistas locales	21.33	2	42.66	600	25,596
Q	Identificación y Preparación de Proyectos PRONADER Fase II	Glob.				630,600
Subtotales			74	1,565.08		2,218,406
Beneficios de Ley						52,600
Subtotal						2,271,006
Costos Operativos PRONADER FASE I						300,000
Costos Operativos PRONADER FASE II						246,976
Subtotal						2,817,980
CATT's (Overhead)						338,188
TOTAL						3,156,138

APOYO ADMINISTRATIVO PARA EL PRONADER (1994-1995)

ANEXO 2

CONCEPTOS	MESES	HOM.	M-H	MONTO MENS. US\$	MONTO TOTAL REQUE. US\$
R. Apoyo a la Subsecretaría de Desarrollo Rural y al Despacho del Ministerio de Bienestar Social					
R.1 Asignación para Capacitación	Glob.				300,000
R.2 Asignación para Difusión	Glob.				200,000
R.3 Asignación para personal de apoyo, contratos por resultados y asesorías temporales	Glob.				500,000
Subtotal					1,000,000
Costos Operativos					240,000
Subtotal					1,240,000
CATI's (Overhead)					99,200
TOTAL					1,339,200

DETALLE DE COSTOS OPERATIVOS, EN US\$ (1994-1995)

ANEXO 3

CONCEPTOS		PARCIALES	COOPERACION TECNICA	APOYO ADMINIS.	FASE II US\$
1.	Costo de pasajes, viaticos, subsistencias gastos de viaje.	160,000	80,000	50,000	30,000
2.	Documentos, materiales de oficina, papeleria, utiles, fotocopias, avisos en medios de comunicacion y gastos afines, cartografia.	140,500	70,000	40,000	30,500
3.	Compras de mobiliario de oficina, archivadores, mesas, sillas, estantes computadores (3) tipo PC, impresoras calculadoras de mesa, equipos de comunicacion, 1 fotocopidora, alquileres eventuales de vehiculos, arrendamientos de oficina, maquinas de escribir, proyectores proyectores de diapositivas, camaras fotograficas.	118,500	30,000	40,000	48,500
4.	Mantenimiento, comunicaciones y servicios generales, correspondencia, teléfonos courier, materiales de aseo, servicios publicos, guardianias, reparaciones de equipos, muebles, combustible, lubricantes llantas.	197,000	100,000	70,000	27,000
5.	Seguros de vehiculos y equipos, cargos bancarios, mudanzas, cafeteria, imprevistos	116,075	20,000	40,000	56,075
6.	Pago personal de apoyo, contratos por resultados y asesorias temporales	54,900			54,900
TOTALES		786,975	300,000	240,000	246,975

PERSONAL DE APOYO ADMINISTRATIVO (ADDENDUM NO. 1)

No.	CONCEPTOS	MESES	MONTO (US\$)
7	Secretarías (2 DM, 2 SDDR, 2 IICA-2, 1 MAG.)	21.33	50,400
3	Choferes (1 DM, 1 SDDR, 1 IICA-1)	21.33	18,000
1	Conserje (IICA)	21.33	6,000
1	Guardián (IICA-2)	21.33	6,000
1	Asesor Principal (DM)	21.33	60,000
2	Asesores Específicos (DM)	21.33	55,200
1	Asesor Específico (DM)	21.33	18,400
1	Asesor en Desarrollo Rural (SSDR)	21.33	28,800
1	Supervisor de Obras (SSDR)	21.33	42,700
5	Ingenieros Asesores de Estudios, Diseños, Asesorías en Contratación (SSDR)	21.33	90,000
4	Ingenieros para Adquisiciones y Contratos	4.30	12,900
	Varios Contratos por Obra Cierta (Preparar estudio conservación vías, estudios 5 CCR, Participación Campesina y otros)		111,600
	Total		500,000

4 de marzo de 1994

Sr. Augusto Miranda Ormaza
Subsecretario de Desarrollo Rural
Ministerio de Bienestar Social (MBS)
Quito, Ecuador

ECUADOR - Proyecto de Desarrollo Rural
Préstamo 3390-EC

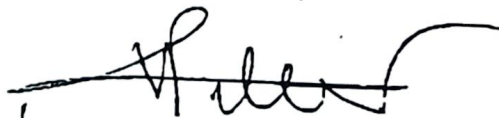
Estimado Sr. Miranda:

Tengo el agrado de dirigirme a usted en contestación a su Oficio No. 258-SSDR-94 del 28 de febrero por medio del cual nos ha enviado un borrador de propuesta del Addendum No. 1 al Convenio MRE-MBS-IICA-BIRF bajo el marco del proyecto en referencia.

En base a la información proporcionada, el Banco no tiene objeción a la firma del Addendum No. 1, cuyo monto asciende a la suma de US\$4.145.338,00 dólares, con una duración de 23 meses y diez días, a partir del 21 de marzo de 1994 hasta el 31 de diciembre de 1995. Este convenio será financiado con recursos asignados a la Categoría 5: Servicios de Consultoría, reembolsables en un 100% neto de impuestos. Mucho le agradeceríamos se sirva enviarnos dos copias certificadas del Convenio y del Addendum No. 1 una vez que éste haya sido firmado.

Durante la próxima misión de supervisión en el mes de abril, ésta se encargará de revisar los detalles del plan de trabajo de cada especialista a ser contratado así como el plan de gastos de otros ítems bajo este Convenio.

Atentamente,



Michael J. McGarry
Jefe Interino
División de Agricultura y Pobreza Rural
Departamento Geográfico IV
Oficina Regional de América Latina y el Caribe

096/94
MAARA/IICA
BRASIL



Releita 15EC5
SNA

PUBLICADO NO D.O.U. DE 12, 01, 94

PÁGINA 628

603
3-L
01
34

CÓDIGO DO CONVÊNIO / ADJSTE		
U. F.	SEQUÊNCIA	T. ADIT
DF	07	2902

EXTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

- a) ESPÍCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio MAARA/IICA/SHAD No. 129/91, que entre si, celebra o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, C/C 00.376.875/0001-25, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, C/C 00640119/0001-18, assinado em 31/12/93.
- b) OBJETIVO: Cooperação Técnica para apoiar atividade de Defesa e Vigilância Fitossanitária.
- c) CRÉDITO: À conta Projeto Atividade 22901.0404000312464.0002 - Assistência Financeira às Ações do Desenvolvimento do Setor Agrícola - Desenvolvimento Agropecuário - Elemento de Despesa 3472-41 - Outras Despesas Correntes - Transferências à Organismos Internacionais - Pessoa Jurídica - Empenho No. 93ME00011 de 31/12/93
- d) Valor: Ministério - R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros reais).
- e) PRAZO DE VIGÊNCIA: até 20/01/96.
- f) ASSINATURAS: Alberto Duque Portugal - Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, CI 378.585 SSP/80 - CPF 021.376.661-20 e Victor Eduardo Machuca - Representante do IICA no Brasil, CIno.P003/93 MRE e Isento de CPF.

(Of. nº 2/94)

Termo Aditivo Nº02/93
Convênio MAARA/IICA/SNAD/Nº129/91-DF

CÓDIGO DO CONVÊNIO / AJUSTE		
U. F.	QUENCIA	T. ADIT
DF	972	2012

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA, VISANDO O ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA APOIAR ATIVIDADE DE DEFESA E VIGILÂNCIA FITOSSANITÁRIA.

Aos dias do mês do ano de mil novecentos e noventa e três, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, CGC nº 00396895/00011-25, situado na Esplanada dos Ministérios, bloco D, nesta Capital, doravante denominado MINISTÉRIO, representado neste ato pelo Senhor ALBERTO DUQUE PORTUGUAL, portador da carteira de identidade nº 378.585 SSP/GO, CPF 021376.661-20, residente e domiciliado em Brasília, DF, nos encargos de Secretário Executivo, conforme delegação de competência conferida pela Portaria Ministerial nº 437 de 27 de agosto de 1993, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 1993, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, CGC nº 00640110/0001-18, situado no SHIS QI 05 Conjunto 09 Bloco D, Lago Sul, Brasília, DF, doravante denominado IICA, representado neste ato pelo Dr. VICTOR EDUARDO MACHINEA, Representante do IICA no Brasil, residente e domiciliado no SHIS QI 25 Conjunto 10 casa 09, Lago Sul, Brasília, DF, portador da cédula de identidade nº P003/93, expedida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, CPF isento, no uso das atribuições conferidas com "Poder Geral" pelo Diretor-Geral do IICA, MARTIN PIÑEIRO, através da Procuração Geral nº 8.773, de 02 de julho de 1991, resolveram celebrar o presente Termo Aditivo, sujeitando-se os convenientes às normas da Lei nº 8666, de 21/06/93, e suas alterações no que couber, bem como do Decreto nº 93.872 de 23/12/86 e da IN/STN nº 02 de 19/04/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa repassar recursos, conforme o Cronograma de Desembolso, em anexo, que passa a fazer parte do Plano de Trabalho integrante do CONVÊNIO MAARA/IICA/SNAD Nº129/91.

[Handwritten signature]



CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA E ECONÔMICA DA DESPESA

A despesa do MINISTÉRIO com a execução do CONVÊNIO MAARA/IICA/SNAD Nº 129/91, no presente exercício correrá à conta da dotação alocada no Projeto/Atividade :22901.04.040.0031.2464-0000 - Assistência Financeira às Ações do Desenvolvimento do Setor Agrícola - Subatividade 0002 - Desenvolvimento Agropecuário - Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, no valor de Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros reais), Elemento de Despesa 3472-41 - Outras Despesas Correntes - Transferências a Organismos Internacionais - Pessoa Jurídica, Empenho 93 NE de 1993.


CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

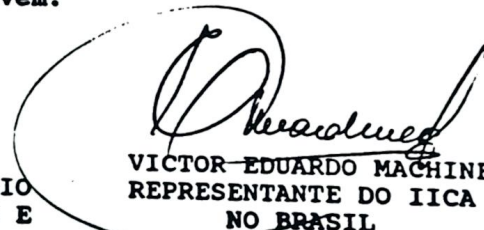
Todas as demais cláusulas do convênio MAARA/IICA/SNAD Nº129/91, não atingidas pelo presente instrumento, ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

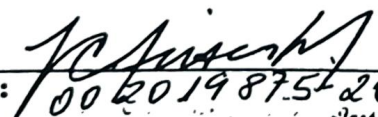
O presente Termo Aditivo será publicado em extrato, no Diário Oficial da União, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias.

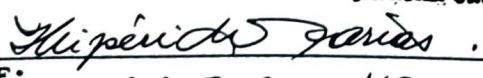
E, para firmeza e validade do que foi avençado, firma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o subscrevem.


ALBERTO DUQUE PORTUGUAL
SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E
DA REFORMA AGRÁRIA


VICTOR EDUARDO MACHINEA
REPRESENTANTE DO IICA
NO BRASIL

TESTEMUNHAS:

1ª 
CPF: 002019875120
José Carlos S. Melo
Coordenador Geral - COSV

2ª 
CPF: 006248027-49.
Hipólito Leandro Farias
Diretor DNDV (Subst.)



IDENTIFICACAO

01- MODALIDADE : () CONVENIO () TERMO ADITIVO () REPROGRAMACAO : PT-01 : FOLHA DE
02- CONTROLE : DATA / / : SEDE : PROFONTE IICA : PT.Nr. 186 : DE
03- DADOS CADASTRAIS : PROCESSO

Orgão/Entidade Proponente IICA - Instituto Interamericano de Cooperaçao para a Agricultura

COOP. UN. COOP. SIAE
U. F. : 006040110/0001-18
DEFOR 202

Endereço
SHIS QI 05 Conjunto 09 Bloco D Lago Sul

Cidade : Brasília : UF : DF : CEP : 71609-970 : DDD/Telefone : (061)248-5477 : Esfera Ado.

Conta Corrente : 75.816-7 : Banco : Brasil S/A : Agencia : 3129-1 : Praça de Pagamento : Brasília, DF

Nome do Responsável : VICTOR EDUARDO MACHINEA : C. P. F.

C.I./Orgão Exped. : P003/93 : Cargo Representante : do IICA no Brasil : Função : : Matrícula :

Endereço : SHIS QI 25 Conjunto 10 casa 09 Lago Sul : C.E.P. : 71600-000

Orgão/Entidade Interviente : : Esfera Ado. :

Endereço : : C.E.P. :

Código - Especificação do Projeto/Atividade/Subtítulo : 22901.04.040.0031.2464.000 Assistência as Ações do Desenvolvimento do Setor Agrícola - Subatividade 0002 - Desenvolvimento Agropecuário. : Período de Execução : Início : Novembro/93 : Término : Dezembro/93

04- JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Descrição O IICA é uma entidade vinculada à OEA - Organização dos Estados Americanos e dispõe de infra-estrutura técnica e administrativa operacional capaz de implementar as áreas especializadas, o potencial necessário ao MAARA nas ações previstas no presente Termo Aditivo.

05- IDENTIFICACAO DO OBJETO

Descrição Apoio, Assessoramento e cooperação técnica à Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária visando sua reestruturação e modernização para as atividades de defesa vegetal em âmbito nacional e no atendimento aos compromissos internacionais decorrentes do convênio aprovado pelo Decreto Legislativo nº 19 de 09/08/93 e ratificado pelo Decreto nº 161 de 02/07/91.

Handwritten marks and signature at the bottom of the page.

Identificação das Partes

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

PT-02

FOLHA 1
 DE 1

CRONOGRAMA EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou Fase)

Meta / Etapa / Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Qtd	Início	Término
01	Apoio à implantação da Secretaria Executiva e Presidência do Comitê Executivo do COSAVE no Brasil com aporte de recursos ao COSAVE, referente aos compromissos de 1992 e 1993 conforme resolução nº 04 e 36 aprovadas, respectivamente, nas II e III Reuniões do Conselho de Ministros do COSAVE.	estrutura e administração recursos	-	1993	1993
02	Apoio e Assessoramento às atividades de quarentena vegetal procedimentos e métodos analíticos, controle biológico, pesticidas, trânsito internacional e harmonização de legislação fitossanitária, sanidade silvo agrícola.	Documentos	7	Novembro	Dezembro

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
 COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PLANO DE TRABALHO
 PROGRAMAÇÃO FÍSICA

Identificação das Partes

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA
 Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

PI-03

FOLHA
 DE

07-PLANO DE APLICAÇÃO (Cr\$ 1.000,00)

01 01

Natureza da Despesa

Código	Especificação	Total	Ministerio	Proponente
3472-41	Transferências a organismos Internacionais	15.000	15.000	
TOTAL GERAL		15.000	15.000	

PROGRAMA DE DESEMBOLSO (Cr\$ 1.000,00)

Nr. da Meta	Proponente Ministério (Sigla)	Total da Participação Financeira	Valores das Parcelas Trimestrais			
			Dezembro/93	II	III	IV
01	MAARA	14.000	14.000			
02	MAARA	1.000	1.000			
TOTAL						
Proponente						
Ministério		15.000	15.000			

Local e Data

Alberto Eduardo Dorlugal
 Ministério Secretário Executivo
 Ministério da Agricultura, do
 Abastecimento e da Reforma Agrária

Victor Eduardo Machion
 Proponente
 Victor Eduardo Machion
 Representante
 IICA-Brasil

097/94
IFPRI/IICA

CARTA DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA, (IICA) Y EL INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE, (IFPRI), PARA EL DESARROLLO DE ACTIVIDADES CONJUNTAS SOBRE DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA AGRICULTURA EN LAS LADERAS DE CENTROAMERICA

El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante denominado IICA, representado por su Director General, Carlos E. Aquino, y el International Food Policy Research Institute, en adelante IFPRI, representado por su Director General, Dr. Per Pinstrup-Andersen convienen en celebrar la presente Carta de Entendimiento, sujeta a las consideraciones y artículos siguientes:

CONSIDERANDO

Que el IICA y el IFPRI han suscrito un Convenio General, para el desarrollo de acciones conjuntas;

Que dicho convenio dispone que las acciones conjuntas específicas entre las partes se registrarán mediante Cartas de Entendimiento o Convenios Operativos;

Que ambas instituciones han programado el desarrollo de actividades sobre análisis de políticas y desarrollo institucional entre otras, con miras a dar apoyo a los países de América Latina y el Caribe en temas directamente desarrollados con la promoción de un desarrollo agropecuario sostenible;

Que el IICA bajo el marco del Consorcio CATIE-CIAT-IICA-IFPRI, con el apoyo del proyecto IICA-GTZ, viene desarrollando actividades conducentes a la sostenibilidad de la agricultura en las laderas centroamericanas y que, por su parte, el IFPRI ha definido un proyecto para el desarrollo sostenible en áreas frágiles que tiene como una de sus áreas de trabajo la investigación en las laderas de Centroamérica;

Que actividades específicas entre IFPRI e IICA como las propuestas, para las laderas centroamericanas son previstas por el Convenio General y que una integración de esfuerzos bajo un marco de acción común beneficiarán tanto la generación de conocimientos sobre el tema así como la transferencia de los mismos y la cooperación técnica que se brinde a los países de esta región;

ACUERDAN:

CLAUSULA PRIMERA

Por medio de la presente Carta de Entendimiento establecer las bases generales técnicas y operativas para la ejecución de actividades conjuntas correspondientes al proyecto **DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA AGRICULTURA EN LAS LADERAS DE**

CENTROAMERICA con base en lo especificado en los anexos (A, B y C), los cuales forman parte de esta Carta de Entendimiento.

CLAUSULA SEGUNDA

Objetivo: El IICA y el IFPRI colaborarán conjuntamente con el propósito de desarrollar investigaciones, su difusión y actividades de capacitación sobre políticas y aspectos institucionales que influyen sobre el uso de los recursos naturales, principalmente, en función de la producción de alimentos y materias primas agroforestales, y la aliviación de la pobreza, en las laderas de Centroamérica.

CLAUSULA TERCERA

Actividades: Las tareas para cumplir el propósito enunciado en la CLAUSULA SEGUNDA de la presente Carta de Entendimiento consistirán en desarrollar metodologías de análisis de políticas y aspectos institucionales; llevar a cabo foros de discusión, seminarios regionales y talleres y eventos nacionales de capacitación para diseminar los resultados de las investigaciones; y discutir e intercambiar experiencias entre ambas instituciones y con los países relacionados con el desarrollo sostenible de las laderas centroamericanas.

CLAUSULA CUARTA

Unidades responsables: A nivel del IICA, la unidad responsable para coordinar y desarrollar las actividades técnicas con el IFPRI será la Dirección del Programa II: Generación y Transferencia de Tecnología, por intermedio del responsable del Proyecto Hemisférico Interprogramático sobre Promoción de Desarrollo Sostenible de la Agricultura. En el caso del IFPRI la unidad responsable será la Coordinación del proyecto de "Políticas para el Desarrollo Sostenible en Areas Frágiles" de la División de Ambiente y Tecnología de Producción.

CLAUSULA QUINTA

Localización de las actividades: Las actividades de campo a nivel país se desarrollarán fundamentalmente en Honduras y Guatemala y, por lo tanto, el IICA brindará a través de sus respectivas Oficinas el apoyo administrativo requerido con base en los recursos asignados por el IICA y el IFPRI para las acciones conjuntas estipuladas en la presente Carta de Entendimiento.

CLAUSULA SEXTA

Programación, seguimiento y evaluación: Para la programación, coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones conjuntas, así como para la definición de tareas operativas y compromisos financieros, se constituirá un Comité formado por el Jefe del Proyecto Hemisférico sobre Desarrollo Sostenible y el Director de Operaciones del Area Central del IICA y, del IFPRI, representantes del coordinador del proyecto de Políticas para el Desarrollo

Sostenible en Areas Frágiles y de la División de Ambiente y Tecnología de la producción. A las reuniones podrán ser invitados otros funcionarios de ambas instituciones, y/o de otras instituciones nacionales que colaboren con ellos, de acuerdo con las necesidades que estimen los miembros titulares del Comité.

CLAUSULA SETIMA

Intercambio de información: El IICA y el IFPRI intercambiarán regularmente, por lo menos una vez al año, información sobre el resultado de sus acciones y planes de trabajo propios que estén relacionados con las actividades del proyecto y sostendrán las comunicaciones necesarias para asegurar una apropiada coordinación y complementación de sus respectivos esfuerzos.

CLAUSULA OCTAVA

Difusión de resultados: Los resultados parciales y finales producto de las actividades implementadas conjuntamente, correspondientes al anexo técnico, serán publicados por ambas instituciones, dando reconocimiento a la participación de otras instituciones nacionales e internacionales que intervengan en la ejecución de actividades, cuando sea pertinente.

CLAUSULA NOVENA

Nombramiento de personal: El IFPRI, previa comunicación al IICA, designará el personal técnico en Honduras y Guatemala para que desempeñe las funciones propias acordadas bajo el marco de la acción conjunta. Para el caso de especialistas extranjeros a localizarse en los países donde se desarrollarán las actividades del proyecto mencionado en la CLAUSULA QUINTA, el IICA concederá la categoría de Personal Profesional Internacional Asociado de acuerdo con sus normas y procedimientos administrativos, los cuales gozarán de los privilegios e inmunidades inherentes a dicha categoría.

CLAUSULA DECIMA

Adquisiciones: El IFPRI podrá comprar directamente todos aquellos equipos y materiales de investigación que puedan adquirirse en el mercado local. Cuando sea necesario importar bienes y materiales, el IFPRI notificará y solicitará el apoyo del IICA para que este adquiera los mismos de acuerdo con sus normas y procedimientos administrativos. Los bienes adquiridos por el IICA a solicitud del IFPRI le serán traspasados a éste o a la entidad que el IFPRI señale, conforme a las regulaciones existentes.

CLAUSULA UNDECIMA

Costos y cargos: El IICA y el IFPRI asumirán los costos que demanden sus actividades de responsabilidad individual. Particularmente, el IFPRI asume todos los costos que se deriven del pago de salarios a su personal, los gastos operativos y de bienes y equipo. El IICA

administrará los recursos financieros que el IFPRI disponga para el proyecto a ser gastados en los países en que se desarrollarán las actividades de campo indicadas en la Cláusula Quinta de la presente Carta. Así mismo, el IFPRI cubrirá los costos directos e indirectos que implique la colaboración administrativa del IICA para efectos de la presente Carta de Entendimiento. Para los efectos de lo referido en esta CLAUSULA, se tendrán en cuenta las partidas y los montos establecidos en el anexo técnico que acompaña a esta Carta de Entendimiento.

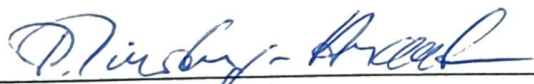
CLAUSULA DUODECIMA

Solución de divergencias: Los desacuerdos que surjan entre las partes en relación con la aplicación e interpretación de la presente Carta y que no puedan solucionarse por arreglos directos, se someterán a arbitraje a instancias que conjuntamente acuerden el IFPRI y el IICA.

CLAUSULA DECIMOTERCERA

Duración y prórroga: La presente Carta de Entendimiento tendrá una duración de dos años contados a partir de la fecha de la última firma. Esta carta podrá prorrogarse y enmendarse de común acuerdo con las partes, mediante la suscripción de "addenda" a la misma, los cuales deberán suscribir los Directores Generales del IICA y el IFPRI. Las obligaciones emanadas de esta Carta de Entendimiento podrán ser terminadas con seis (6) meses de anticipación por cualquiera de las partes con notificación oficial razonada sobre su deseo de finalizarla.

En fe de lo anterior, las partes suscriben la presente Carta de Entendimiento en la ciudad de San José de Costa Rica.



Dr. Per Pinstrup-Andersen
Director General
International Food Policy and Research
Institute (IFPRI)



Carlos E. Aquino
Director General
IICA

FECHA

FECHA

22-03-94

Anexo A

BASES TECNICO-OPERATIVAS PARA LA FORMULACION DEL PERFIL DE PROYECTO

Desarrollo Sostenible de la Agricultura en las Laderas de Centroamérica

**Proyecto Conjunto entre el Instituto Interamericano de Cooperación
para la Agricultura (IICA) y el International Food Policy
Research Institute (IFPRI)**

1. Antecedentes

La deforestación y la erosión en las laderas de Centroamérica amenazan la sostenibilidad de la producción agropecuaria de miles de pequeños productores, aminoran la disponibilidad de agua para energía eléctrica, riego y consumo humano, provocan inundaciones, llevan al desperdicio de recursos maderables y disminuyen la biodiversidad. Superar estos problemas no es sencillo. Requiere esfuerzos en distintos niveles jerárquicos, desde las políticas agropecuarias y ambientales nacionales hasta los esfuerzos locales de adaptación de tecnología y participación comunitaria. Hace falta incluir instituciones de diversos tipos, que tradicionalmente no han coordinado sus esfuerzos en el pasado. Además, habría que encontrar alternativas económicamente viables para los agricultores y así reducir la presión sobre la base de recursos naturales.

En los últimos dos años el IICA ha venido trabajando en forma conjunta con el Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) y el Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE) para crear un Consorcio Institucional que coordina sus actividades relacionadas con agricultura de laderas en Centroamérica. En agosto de 1991, las tres instituciones, junto con el Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo (CIMMYT), realizaron un seminario internacional sobre "Agricultura sostenible para las Laderas de Centroamérica, oportunidades para colaboración inter-institucional". Inmediatamente después, las tres instituciones firmaron un acuerdo para crear un Grupo Inter-institucional de Trabajo con el fin de "establecer un mecanismo integrado que promueve y coordina colaboración con organizaciones de investigación y desarrollo que trabajan en los sectores agropecuarios, forestales y ambientales del trópico de América Latina con el objetivo de fomentar la utilización óptima de los recursos naturales, logrando así un crecimiento agropecuario que satisface las necesidades del desarrollo sin deteriorar la base de los recursos naturales ni el ambiente".

A partir de la firma de dicho acuerdo, el IICA ha seguido colaborando con el CIAT y el CATIE para implementar proyectos específicos de investigación y desarrollo en varios países de Centroamérica. Para financiar la participación del IICA en actividades en Honduras y El Salvador, se ha buscado el apoyo del Gobierno de los Países Bajos, quienes tienen bajo consideración una propuesta de financiamiento con ese propósito.

Por su parte, en 1991 el IFPRI estableció un nuevo programa de investigación en "políticas que afectan el medio ambiente y la producción agropecuaria". Bajo este programa se organizó un proyecto de "políticas para el desarrollo sostenible en áreas frágiles", que tiene como una de sus áreas de trabajo, investigación en las laderas de Centroamérica. Dentro de este proyecto se han llevado a cabo varias actividades iniciales. Con el CATIE y el Banco Mundial se llevó a cabo un análisis comparativo de la experiencia con proyectos agroforestales en Centroamérica y el Caribe, así como de las políticas que

influyen sobre el éxito de dichos proyectos. El IFPRI ha comenzado una colaboración con la Escuela Agrícola Panamericana (EAP) en Honduras para trabajar en investigación en políticas relacionadas con el manejo de los recursos naturales en áreas de laderas. Para trabajar en las laderas de Centroamérica, junto con la EAP, IFPRI ha recibido un pequeño financiamiento del Centro Internacional de Investigaciones sobre el Desarrollo (CIID). Con la Fundación Rockefeller ha logrado apoyo para financiar un investigador post-doctoral quien trabajará en el proyecto, con sede en Guatemala. Tiene pendiente otra solicitud de financiamiento para estas actividades en el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y próximamente entregará una propuesta de financiamiento a la Fundación Ford.

El 24 de junio de 1993 el IICA y el IFPRI firmaron un convenio general para establecer un marco institucional para la colaboración entre las dos instituciones. Co-auspiciaron con el Centro Internacional de Investigación Forestal (CIFOR) un seminario sobre investigaciones en políticas forestales y agroforestales en América Latina. También, han coordinado algunas actividades de forma conjunta con el CIAT y el CATIE, y el IFPRI espera integrarse formalmente al Grupo Inter-institucional de Trabajo CIAT-CATIE-IICA, a finales de este año.

2. Objetivos

Los objetivos principales del proyecto IICA-IFPRI son:

1. Facilitar la investigación sobre las políticas y aspectos institucionales que influyen sobre el uso de los recursos naturales en las laderas de Centroamérica.
2. Promover la diseminación de las conclusiones de las investigaciones en políticas y aspectos institucionales entre las distintas instituciones, tanto públicas como privadas, del sector agropecuario y otros sectores afines de América Central.
3. Apoyar la capacitación de personal de las instituciones del sector agropecuario y sectores afines en aspectos relacionados con políticas y gestión institucional.

3. Acciones realizables con recursos actualmente disponibles

En el corto plazo y con recursos actualmente disponibles en la operatividad de las dos entidades que sustenta sus actividades regulares sobre el tema, el IICA puede apoyar al IFPRI en:

1. Proveer apoyo logístico e institucional para los esfuerzos del IFPRI en Honduras y Guatemala. Esto incluye, pero no está limitado a, la incorporación del IFPRI como Personal Profesional Asociado del IICA, servicios administrativos y contables y, posiblemente, la prestación de algunas facilidades físicas (espacio de oficina, etc). (Ver anexo B, "Detalles administrativos, financieros e institucionales del acuerdo cooperativo IFPRI/IICA, Proyecto: Desarrollo Sostenible de la Agricultura en las Laderas de Centroamérica")
2. Definir la ubicación de los sitios donde se va a realizar la investigación y apoyar los aspectos conceptuales y metodológicos de los mismos.
3. Realizar un taller sobre "Metodología de análisis de aspectos institucionales que influyen sobre el manejo de los recursos naturales a nivel local", a llevarse a cabo en Washington D.C. en el primer trimestre de 1994.

4. Colaborar en la recopilación y revisión de documentación sobre la historia, las políticas y los esfuerzos de desarrollo relacionados con las laderas de Centroamérica.
5. Apoyar al IFPRI en hacer conocer los resultados de las investigaciones entre los encargados de la política agropecuaria en Centroamérica.

4. **Acciones conjuntas posibles bajo el marco de un proyecto conjunto futuro**

- a. En el proyecto de "Desarrollo Institucional para el Desarrollo Sostenible de la Producción Agropecuaria en las Laderas de Centroamérica" que el IICA ha sometido al Gobierno de los países Bajos por financiamiento se contempla realizar:

- ◆ tres seminarios relacionados con las políticas que influyen sobre la erosión y la deforestación en Centroamérica.
- ◆ seis talleres nacionales en El Salvador y Honduras para discutir experiencias relacionadas al desarrollo sostenible de la agricultura, y
- ◆ eventos nacionales y locales de capacitación

Muchos de estos eventos contemplan la realización previa de investigaciones y estudios para ser presentados en los eventos. Si el proyecto se aprueba, se anticipa que en la mayoría de estos estudios y eventos habría una colaboración cercana con el IFPRI.

- b. IFPRI tiene planeado desarrollar un programa para fortalecer la capacidad regional de análisis de políticas. Ese programa apoyaría cursos de maestría en análisis de políticas de recursos naturales, capacitación para investigadores en políticas, centros de información y documentación y una red de investigadores que trabajan en estudios de políticas.

5. **Mecanismos institucionales para operacionalizar el proyecto**

Dentro del IICA, la unidad responsable para coordinar la implementación de este proyecto y darle seguimiento a la colaboración con el IFPRI relacionado al manejo de recursos naturales es el Programa de Generación y Transferencia de Tecnología. En el IFPRI, la unidad responsable será el proyecto de "Políticas para el Desarrollo Sostenible en Areas Frágiles" de la División de Ambiente y Tecnología de Producción.

Las oficinas del IICA en Guatemala y Honduras se encargarán de todas las actividades relacionadas con el apoyo logístico y administrativo contemplados en este proyecto. Para dicho propósito se firmarán acuerdos específicos entre el IFPRI y cada una de esas oficinas.

Todas las investigaciones y estudios realizados de forma conjunta entre el IICA y el IFPRI dentro del marco de este proyecto serán publicados con responsabilidad conjunta de las dos instituciones (más la de cualquier otra institución que tiene una participación activa en dichos estudios).

Anexo B

Detalles Administrativos, Financieros e Institucionales del Acuerdo Cooperativo IFPRI/IICA

Proyecto Desarrollo Sostenible de la Agricultura en las Laderas de Centroamérica

ARTICULO PRIMERO: Propósito del Anexo

La presente Carta de Entendimiento establece las bases generales para el apoyo administrativo que el IICA brindará al IFPRI en Guatemala y Honduras y el que eventualmente pueda el IFPRI presentarle al IICA. Este Anexo establece las bases operativas del acuerdo en materia de administración, finanzas y relaciones inter-institucionales. En consecuencia este Anexo tiene los siguientes objetivos específicos:

- a. Definir las actividades administrativas y financieras en las cuales el IICA brindará apoyo al IFPRI para sus proyectos de investigación en Guatemala y en Honduras.
- b. Establecer los mecanismos mediante los cuales el IICA podría representar los intereses del IFPRI en Guatemala y Honduras.
- c. Definir las bases para manejar las relaciones entre ambos organismos y las personas que los representarán en las distintas actividades administrativas, así como los costos operacionales.
- d. Definir los mecanismos de información administrativas y financiera que deben establecerse entre ambas instituciones.

ARTICULO SEGUNDO: Actividades de Apoyo

Esta Carta de Entendimiento se refiere a las actividades administrativas, de contratación de personal local y financieras de las actividades del IFPRI en Guatemala y Honduras, para las cuales el IFPRI requiere del apoyo físico del IICA en estos países. Por lo tanto no modifica, adiciona o cambia el Convenio General que existe entre el IICA y el IFPRI ni tampoco el convenio específico para acciones conjuntas en Guatemala y Honduras, salvo en lo relativo al apoyo administrativo que en esta carta se acuerda.

El IICA brindará al IFPRI el apoyo y la asesoría necesaria para orientar sus actuaciones administrativas, a fin de que se ejecuten dentro del marco de las reglamentaciones legales y procedimientos que rijan en Guatemala y Honduras.

Dentro de este contexto general a continuación se establecen las áreas y mecanismos de apoyo específico.

A. AREA ADMINISTRATIVA

AI. CONTRATACION DEL PERSONAL LOCAL

A solicitud del IFPRI, IICA contratará las personas que localmente requiera para sus actividades en Guatemala y Honduras.

La contratación de estas personas se hará conforme a los sistemas administrativos de contratación y esquemas de beneficios del IICA. Dicho personal entrará directamente a formar parte de su planta de personal localmente contratado, de acuerdo con el escalafón de cargos del IICA y sus sistemas de salarios y beneficios.

En los contratos que se realicen con estas personas se mencionará que el responsable directo de la coordinación y supervisión será el jefe del programa respectivo del IFPRI y que deberá cumplir las instrucciones y órdenes que esta persona les imparta.

Conforme a los procedimientos que el IICA tenga establecidos, el responsable del programa respectivo del IFPRI realizará la selección definitiva del personal y podrá solicitar su cambio o retiro cuando exista motivo, a juicio del IFPRI y de acuerdo a las leyes laborales de Guatemala y Honduras.

A continuación se define un esquema básico para la contratación de personal local:

1. Cuando el IFPRI requiera la contratación de personal local, se hará una solicitud de contratación a través de alguno de los jefes de programa en Guatemala o Honduras, en la cual se indicará entre otras cosas, lo siguiente:
 - a. Calidades de la persona requerida en cuanto a estudios, experiencia y habilidades especiales.
 - b. Tiempo de duración del contrato requerido.
 - c. Sede de trabajo.
 - d. Condiciones especiales de contratación.

Con base en esta información el IICA posicionará su escalafón el cargo requerido, e indicará al IFPRI su nivel salarial y beneficios.

2. Con base en la información suministrada, el IICA procederá a efectuar el reclutamiento de los candidatos para ocupar esa posición y presentará al responsable del correspondiente programa en IFPRI tres candidatos que reúnan las condiciones requeridas a quienes se les aplicará las pruebas de aptitudes y conocimientos propias al sistema de selección del IICA, cumpliendo además los requerimientos para el cargo exigidos por IFPRI.
3. Con base en las entrevistas personales que indique el representante del IFPRI se tomará la decisión para seleccionar la persona y el IICA procederá a su nombramiento administrativo y consecuentemente quedarán adscritos al Convenio IICA/IFPRI.

4. El IICA informará por escrito al IFPRI las condiciones finales de contratación con indicación del salario acordado y los costos anuales totales de carácter laboral originados en la contratación.
5. Una vez contratada la persona, el Jefe del Programa del IFPRI realizará una inducción con el fin de proporcionar a la persona contratada conocimientos sobre las actividades del IFPRI, del tipo de organización, las relaciones del IFPRI y el IICA, que permita una fácil integración con el equipo de trabajo y con las instituciones.

Los aumentos de salario del personal, originados en determinaciones gubernamentales, serán oportunamente informados al IFPRI a fin de efectuar las apropiaciones presupuestales necesarias. Las promociones o los aumentos de salario efectuados por la aplicación de la política del IICA serán informados oportunamente al IFPRI a través de su representante en Guatemala y Honduras.

El IFPRI podrá, de acuerdo con su política de evaluación anual de desempeño, dar directamente bonificaciones a los trabajadores contratados para sus programas. Si desea que estas bonificaciones se conviertan en incrementos salariales, deberá solicitarlo al IICA y sólo se podrán efectuar si no distorsionan su escala de salarios.

El IICA incorporará dentro de su póliza de seguros médicos para el trabajador y su familia al personal contratado para el IFPRI.

A2. ADQUISICION DE VEHICULOS

El IICA ofrecerá al IFPRI su apoyo para la adquisición localmente o a través de importaciones, de vehículos, equipos o maquinaria requerida por el IFPRI para sus actividades de investigación. Estos vehículos o maquinaria serán registrados a nombre del IICA (Convenio IICA-IFPRI) conforme a los reglamentos que existen en ese país y a los privilegios concedidos al IICA.

Según las reglas vigentes en Guatemala y Honduras, el IFPRI podrá solicitar al IICA la reposición de estos vehículos y maquinaria transcurriendo el tiempo de uso indicado en las regulaciones mencionadas, para lo cual el IICA facilitará su venta localmente al mejor postor. Al venderse dichos bienes, los valores obtenidos quedarán a disposición del IFPRI.

A3. COMPRAS MAYORES

A solicitud del IFPRI, el IICA podrá prestar asesoría al IFPRI para la adquisición de bienes o equipos localmente en aquellos casos en que se considera conveniente un concurso de proponentes o cotizaciones para determinar las mejores condiciones de adquisición. Estas compras se efectuarán mediante el procedimiento administrativo establecido en el IICA.

A4. CONTRATACION DE SERVICIOS

Cuando el IFPRI requiera servicios especializados de personas o entidades en Guatemala o Honduras y sea conveniente garantizar el cumplimiento de los compromisos adquiridos por quienes han de prestar estos servicios, podrá IFPRI solicitar al IICA la contratación de ellos y/o asesoría correspondiente.

A5. IMPORTACIONES

El IICA importará a su nombre aquellos equipos y maquinaria que el IFPRI requiera para sus actividades de investigación o administrativas en Guatemala y Honduras cuya adquisición resulte más favorable en el exterior, bien por razones técnicas o por costos de adquisición. Para estas importaciones el IICA ofrecerá al IFPRI las mismas facilidades y privilegios que el Gobierno de Guatemala y Honduras le conceden para sus importaciones.

A6. SEGUROS

El IICA asesorará al IFPRI para la contratación de las pólizas de seguros que cubran los riesgos de las personas, maquinaria, equipos, sus responsabilidades contractuales o extra contractuales. Estas pólizas serán adquiridas a nombre del IICA en las condiciones de cubrimiento indicadas por el IFPRI.

Cualquier otro pago diferente de los indicados en este capítulo A podrá ser realizado por el IICA, previa autorización del Contralor o el respectivo Jefe de Programa del IFPRI en Guatemala y Honduras.

A7. APOYO FISICO Y SECRETARIAL


El IICA proveerá soporte administrativo secretarial, y un espacio de trabajo al representante del IFPRI en sus oficinas de Honduras y Guatemala. El soporte administrativo consistirá en acceso a los servicios (facsímil, correo, teléfono, fotocopiadora, planificación de viaje) disponibles en las oficinas del IICA en Guatemala y Honduras. El apoyo secretarial consistirá en una porción (para determinarse) de tiempo de una secretaria. El espacio de trabajo consistirá en un escritorio, teléfono, archivo, biblioteca al uso exclusivo del representante del IFPRI. Los costos asociados con las actividades del IFPRI (comunicaciones, fotocopias, tiempo secretarial, útiles varios) se cobrarán directamente por el IICA a partir de un fondo diseñado a este fin por el IFPRI, y administrado por el IICA en las oficina de cada país.

B. AREA FINANCIERA

- B1. El IICA y el IFPRI de común acuerdo, formularán un programa operativo anual cuya propuesta se presentará en octubre del año anterior. En ella se indicará separadamente el presupuesto de operación en Guatemala y en Honduras.
- B2. El IFPRI cubrirá los costos directos que se deriven del pago de salarios, viajes, compra de equipo, suministros, contratación de servicios, o cualquier otro autorizado por el personal internacional del IFPRI en Guatemala y Honduras o directamente por los directivos del IFPRI en Washington. Para compensar al IICA el soporte administrativo motivo de esta Carta de Entendimiento; de común acuerdo el IFPRI y el IICA convienen una tasa de administración la cual se fija a un 12% del presupuesto manejado para la adquisición de bienes y servicios en Guatemala y Honduras. El IICA no cobrará la tasa de administración sobre los ingresos por venta de vehículos, activos, reclamos de seguros u otros que obtenga el IFPRI. Igual tasa pagará IICA al IFPRI cuando utilice sus servicios.

B3. Por cada uno de sus programas en Guatemala y Honduras, el IFPRI adelantará al IICA fondos equivalentes al costo promedio estimado de dos meses de operaciones ordinarias. El IICA podrá solicitar aumentos temporales para cubrir negociaciones extraordinarias tales como la compra de vehículos u otros equipos y los pagos de prestaciones legales a los empleados del IFPRI.

B4. Mensualmente el IICA enviará al jefe de programa del IFPRI, acreditado ante el IICA, la siguiente información: (1) un estado de cuenta; (2) un listado de gastos especificando el valor en la moneda local de cada pago, la tasa de cambio efectivamente utilizada por el IICA al momento de efectuar cada pago, el equivalente en dólares y la tasa de administración que paga el IFPRI al IICA; (3) copia de todos los comprobantes incluyendo un listado detallado de nóminas indicando los salarios y beneficios efectivamente pagados a cada empleado y los aportes laborales que por ley le corresponde pagar al IFPRI.

 B5. El IFPRI a través de cada jefe de programa cancelará las cuentas presentadas por el IICA a más tardar ~~10~~³⁰ días después de su recibo.

B6. Cuando se contrate personal el IICA indicará las reservas prestacionales que el IFPRI deberá realizar. El IICA relacionará en las cuentas que presenta al IFPRI, únicamente los pagos efectivamente realizados, las reservas prestacionales las hará el IFPRI.

B7. A solicitud del IFPRI, el IICA podrá abrir y manejar cuentas corrientes bancarias, de inversión, o de ahorros en moneda local, conforme a los procedimientos contables y financieros que indique el IICA.

C. ACTIVIDADES DE REPRESENTACION DEL IFPRI

Además de la representación directa que el IICA efectuará del IFPRI en las actividades indicadas para el área administrativa y financiera, en determinadas circunstancias será necesario que los intereses del IFPRI sean debidamente representados en Guatemala y Honduras para diferentes actuaciones, tales como contratación con entidades nacionales, privadas o gubernamentales, para la prestación de servicios, obtención de facilidades o el reconocimiento de exenciones.

En estos casos se evaluará por parte de los representantes del IICA y del IFPRI los alcances de la actuación, se acordarán los mecanismos más adecuados para efectuar la representación del IFPRI y se concretarán, mediante cruce de cartas en las cuales se defina el tipo de representación, las responsabilidades que se asume, y la contribución o compensación económica del IFPRI al IICA a que pudiera dar lugar la representación.

D. REVISION DE CUENTAS

Las cuentas mensuales enviadas al IFPRI serán objetivo de revisiones periódicas por parte de la Auditoria del IFPRI. El IFPRI podrá requerir documentos originales soporte de las transacciones facturadas, cuando lo considere necesario.

ARTICULO TERCERO: Manejo de Relaciones

Con el fin de facilitar las comunicaciones y para una adecuada representación de las actividades colaborativas que se convienen, el IFPRI nombrará un representante autorizado en Guatemala y Honduras, quien tendrá a su cargo la responsabilidad de coordinar todas las relaciones entre los jefes de programas del IFPRI y los funcionarios del IICA en Guatemala y Honduras; además, podrán establecerse contactos entre el Administrador Ejecutivo, el Contralor del IFPRI en Washington y los funcionarios del IICA en Guatemala y Honduras, con el fin de coordinar las actividades de apoyo de ambas instituciones.

ARTICULO CUARTO: Manejo de Información

El soporte del IICA al IFPRI requerirá información permanente sobre costos, recursos y novedades presentadas en las distintas áreas, por lo cual, además de la comunicación directa que se efectuará entre los funcionarios del IICA y el representante del IFPRI en Guatemala y Honduras, las dos instituciones tendrán información continua permanente que permita conocer tanto los aspectos financieros y administrativos como los recursos involucrados.

Anexo C

Presupuesto Aproximado del IFPRI Proyecto "A"

1. El Proyecto "A" del IFPRI, bajo el programa conjunto IICA-IFPRI, ha sido financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), por dos años. Se inicia en enero de 1994 y continúa hasta noviembre de 1995.
2. Las condiciones para apoyo financiero y administrativo de IICA para este proyecto seguirán las guías establecidas en la Carta de Entendimiento y Anexo B entre el IICA y el IFPRI para el desarrollo de actividades conjuntas sobre desarrollo sostenible de la agricultura en las laderas centroamericanas.
3. Una parte de los fondos para el proyecto "A" serán desembolsados en Honduras, y la otra parte en Guatemala.

- 3a. Los fondos para el desembolso en Honduras se estiman en US\$185,000, distribuidos como sigue:

Sueldo y beneficios nacionales:	\$70,000
Beneficio de Alojamiento, etc. para investigador internacional	20,000
Viajes internacionales y per diem	10,000
Talleres	25,000
Apoyo general (equipo, libros, mapas, materiales de investigación, comunicaciones, fotocopias, provisiones de oficinas, apoyo secretarial, viajes locales)	30,000
Publicaciones	6,000
Evaluación del proyecto	4,000
Imprevistos	20,000
Costos Administrativos y Técnicos Indirectos	22,200

- 3b. Los fondos para desembolsar en Guatemala se estiman en \$35,000, distribuidos como sigue:

Beneficio de alojamiento, etc., para investigador internacional	\$18,000
---	----------

Sueldos y beneficios nacionales (Investigador asociado; ayudantes de investigación; consultores)	5,000
Viajes internacionales y viáticos	3,000
Apoyo general (equipo, libros, mapas materiales de investigación, comunicaciones, fotocopias, provisiones de oficinas, apoyo secretarial, viajes locales)	5,000
Imprevistos	4,000
Costos Administrativos y Técnicos Indirectos	4,200

4. Los reportes financieros del IICA al IFPRI para este proyecto requieren estar desagregados en las categorías aprobadas por el BID.
5. La responsable del IFPRI para aprobar los gastos bajo este proyecto es la Dra. Sara Scherr (Washington, D.C.). Su representante autorizado a aprobar gastos en Guatemala y Honduras es el Dr. Gilles Bergeron (Guatemala).

CARTA DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACION PARA LA AGRICULTURA, (IICA) Y EL INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE, (IFPRI), PARA EL DESARROLLO DE ACTIVIDADES CONJUNTAS SOBRE DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA AGRICULTURA EN LAS LADERAS DE CENTROAMERICA

El Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, en adelante denominado IICA, representado por su Director General, Carlos E. Aquino, y el International Food Policy Research Institute, en adelante IFPRI, representado por su Director General, Dr. Per Pinstrup-Andersen convienen en celebrar la presente Carta de Entendimiento, sujeta a las consideraciones y artículos siguientes:

CONSIDERANDO

Que el IICA y el IFPRI han suscrito un Convenio General, para el desarrollo de acciones conjuntas;

Que dicho convenio dispone que las acciones conjuntas específicas entre las partes se registrarán mediante Cartas de Entendimiento o Convenios Operativos;

Que ambas instituciones han programado el desarrollo de actividades sobre análisis de políticas y desarrollo institucional entre otras, con miras a dar apoyo a los países de América Latina y el Caribe en temas directamente desarrollados con la promoción de un desarrollo agropecuario sostenible;

Que el IICA bajo el marco del Consorcio CATIE-CIAT-IICA-IFPRI, con el apoyo del proyecto IICA-GTZ, viene desarrollando actividades conducentes a la sostenibilidad de la agricultura en las laderas centroamericanas y que, por su parte, el IFPRI ha definido un proyecto para el desarrollo sostenible en áreas frágiles que tiene como una de sus áreas de trabajo la investigación en las laderas de Centroamérica;

Que actividades específicas entre IFPRI e IICA como las propuestas, para las laderas centroamericanas son previstas por el Convenio General y que una integración de esfuerzos bajo un marco de acción común beneficiarán tanto la generación de conocimientos sobre el tema así como la transferencia de los mismos y la cooperación técnica que se brinde a los países de esta región;

ACUERDAN:

CLAUSULA PRIMERA

Por medio de la presente Carta de Entendimiento establecer las bases generales técnicas y operativas para la ejecución de actividades conjuntas correspondientes al proyecto **DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA AGRICULTURA EN LAS LADERAS DE**

CENTROAMERICA con base en lo especificado en los anexos (A, B y C), los cuales forman parte de esta Carta de Entendimiento.

CLAUSULA SEGUNDA

Objetivo: El IICA y el IFPRI colaborarán conjuntamente con el propósito de desarrollar investigaciones, su difusión y actividades de capacitación sobre políticas y aspectos institucionales que influyen sobre el uso de los recursos naturales, principalmente, en función de la producción de alimentos y materias primas agroforestales, y la aliviación de la pobreza, en las laderas de Centroamérica.

CLAUSULA TERCERA

Actividades: Las tareas para cumplir el propósito enunciado en la CLAUSULA SEGUNDA de la presente Carta de Entendimiento consistirán en desarrollar metodologías de análisis de políticas y aspectos institucionales; llevar a cabo foros de discusión, seminarios regionales y talleres y eventos nacionales de capacitación para diseminar los resultados de las investigaciones; y discutir e intercambiar experiencias entre ambas instituciones y con los países relacionados con el desarrollo sostenible de las laderas centroamericanas.

CLAUSULA CUARTA

Unidades responsables: A nivel del IICA, la unidad responsable para coordinar y desarrollar las actividades técnicas con el IFPRI será la Dirección del Programa II: Generación y Transferencia de Tecnología, por intermedio del responsable del Proyecto Hemisférico Interprogramático sobre Promoción de Desarrollo Sostenible de la Agricultura. En el caso del IFPRI la unidad responsable será la Coordinación del proyecto de "Políticas para el Desarrollo Sostenible en Areas Frágiles" de la División de Ambiente y Tecnología de Producción.

CLAUSULA QUINTA

Localización de las actividades: Las actividades de campo a nivel país se desarrollarán fundamentalmente en Honduras y Guatemala y, por lo tanto, el IICA brindará a través de sus respectivas Oficinas el apoyo administrativo requerido con base en los recursos asignados por el IICA y el IFPRI para las acciones conjuntas estipuladas en la presente Carta de Entendimiento.

CLAUSULA SEXTA

Programación, seguimiento y evaluación: Para la programación, coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones conjuntas, así como para la definición de tareas operativas y compromisos financieros, se constituirá un Comité formado por el Jefe del Proyecto Hemisférico sobre Desarrollo Sostenible y el Director de Operaciones del Area Central del IICA y, del IFPRI, representantes del coordinador del proyecto de Políticas para el Desarrollo

Sostenible en Areas Frágiles y de la División de Ambiente y Tecnología de la producción. A las reuniones podrán ser invitados otros funcionarios de ambas instituciones, y/o de otras instituciones nacionales que colaboren con ellos, de acuerdo con las necesidades que estimen los miembros titulares del Comité.

CLAUSULA SETIMA

Intercambio de información: El IICA y el IFPRI intercambiarán regularmente, por lo menos una vez al año, información sobre el resultado de sus acciones y planes de trabajo propios que estén relacionados con las actividades del proyecto y sostendrán las comunicaciones necesarias para asegurar una apropiada coordinación y complementación de sus respectivos esfuerzos.

CLAUSULA OCTAVA

Difusión de resultados: Los resultados parciales y finales producto de las actividades implementadas conjuntamente, correspondientes al anexo técnico, serán publicados por ambas instituciones, dando reconocimiento a la participación de otras instituciones nacionales e internacionales que intervengan en la ejecución de actividades, cuando sea pertinente.

CLAUSULA NOVENA

Nombramiento de personal: El IFPRI, previa comunicación al IICA, designará el personal técnico en Honduras y Guatemala para que desempeñe las funciones propias acordadas bajo el marco de la acción conjunta. Para el caso de especialistas extranjeros a localizarse en los países donde se desarrollarán las actividades del proyecto mencionado en la CLAUSULA QUINTA, el IICA concederá la categoría de Personal Profesional Internacional Asociado de acuerdo con sus normas y procedimientos administrativos, los cuales gozarán de los privilegios e inmunidades inherentes a dicha categoría.

CLAUSULA DECIMA

Adquisiciones: El IFPRI podrá comprar directamente todos aquellos equipos y materiales de investigación que puedan adquirirse en el mercado local. Cuando sea necesario importar bienes y materiales, el IFPRI notificará y solicitará el apoyo del IICA para que este adquiera los mismos de acuerdo con sus normas y procedimientos administrativos. Los bienes adquiridos por el IICA a solicitud del IFPRI le serán traspasados a éste o a la entidad que el IFPRI señale, conforme a las regulaciones existentes.

CLAUSULA UNDECIMA

Costos y cargos: El IICA y el IFPRI asumirán los costos que demanden sus actividades de responsabilidad individual. Particularmente, el IFPRI asume todos los costos que se deriven del pago de salarios a su personal, los gastos operativos y de bienes y equipo. El IICA

administrará los recursos financieros que el IFPRI disponga para el proyecto a ser gastados en los países en que se desarrollarán las actividades de campo indicadas en la Cláusula Quinta de la presente Carta. Así mismo, el IFPRI cubrirá los costos directos e indirectos que implique la colaboración administrativa del IICA para efectos de la presente Carta de Entendimiento. Para los efectos de lo referido en esta CLAUSULA, se tendrán en cuenta las partidas y los montos establecidos en el anexo técnico que acompaña a esta Carta de Entendimiento.

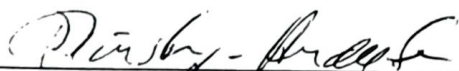
CLAUSULA DUODECIMA

Solución de divergencias: Los desacuerdos que surjan entre las partes en relación con la aplicación e interpretación de la presente Carta y que no puedan solucionarse por arreglos directos, se someterán a arbitraje a instancias que conjuntamente acuerden el IFPRI y el IICA.

CLAUSULA DECIMOTERCERA

Duración y prórroga: La presente Carta de Entendimiento tendrá una duración de dos años contados a partir de la fecha de la última firma. Esta carta podrá prorrogarse y enmendarse de común acuerdo con las partes, mediante la suscripción de "addenda" a la misma, los cuales deberán suscribir los Directores Generales del IICA y el IFPRI. Las obligaciones emanadas de esta Carta de Entendimiento podrán ser terminadas con seis (6) meses de anticipación por cualquiera de las partes con notificación oficial razonada sobre su deseo de finalizarla.

En fe de lo anterior, las partes suscriben la presente Carta de Entendimiento en la ciudad de San José de Costa Rica.



Dr. Per Pinstrup-Andersen
Director General
International Food Policy and Research
Institute (IFPRI)



Carlos E. Aquino
Director General
IICA

FECHA

22-03-94

FECHA

Anexo A

BASES TECNICO-OPERATIVAS PARA LA FORMULACION DEL PERFIL DE PROYECTO

Desarrollo Sostenible de la Agricultura en las Laderas de Centroamérica

Proyecto Conjunto entre el Instituto Interamericano de Cooperación
para la Agricultura (IICA) y el International Food Policy
Research Institute (IFPRI)

I. Antecedentes

La deforestación y la erosión en las laderas de Centroamérica amenazan la sostenibilidad de la producción agropecuaria de miles de pequeños productores, aminoran la disponibilidad de agua para energía eléctrica, riego y consumo humano, provocan inundaciones, llevan al desperdicio de recursos maderables y disminuyen la biodiversidad. Superar estos problemas no es sencillo. Requiere esfuerzos en distintos niveles jerárquicos, desde las políticas agropecuarias y ambientales nacionales hasta los esfuerzos locales de adaptación de tecnología y participación comunitaria. Hace falta incluir instituciones de diversos tipos, que tradicionalmente no han coordinado sus esfuerzos en el pasado. Además, habría que encontrar alternativas económicamente viables para los agricultores y así reducir la presión sobre la base de recursos naturales.

En los últimos dos años el IICA ha venido trabajando en forma conjunta con el Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) y el Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE) para crear un Consorcio Institucional que coordina sus actividades relacionadas con agricultura de laderas en Centroamérica. En agosto de 1991, las tres instituciones, junto con el Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo (CIMMYT), realizaron un seminario internacional sobre "Agricultura sostenible para las Laderas de Centroamérica, oportunidades para colaboración inter-institucional". Inmediatamente después, las tres instituciones firmaron un acuerdo para crear un Grupo Inter-institucional de Trabajo con el fin de "establecer un mecanismo integrado que promueve y coordina colaboración con organizaciones de investigación y desarrollo que trabajan en los sectores agropecuarios, forestales y ambientales del trópico de América Latina con el objetivo de fomentar la utilización óptima de los recursos naturales, logrando así un crecimiento agropecuario que satisface las necesidades del desarrollo sin deteriorar la base de los recursos naturales ni el ambiente".

A partir de la firma de dicho acuerdo, el IICA ha seguido colaborando con el CIAT y el CATIE para implementar proyectos específicos de investigación y desarrollo en varios países de Centroamérica. Para financiar la participación del IICA en actividades en Honduras y El Salvador, se ha buscado el apoyo del Gobierno de los Países Bajos, quienes tienen bajo consideración una propuesta de financiamiento con ese propósito.

Por su parte, en 1991 el IFPRI estableció un nuevo programa de investigación en "políticas que afectan el medio ambiente y la producción agropecuaria". Bajo este programa se organizó un proyecto de "políticas para el desarrollo sostenible en áreas frágiles", que tiene como una de sus áreas de trabajo, investigación en las laderas de Centroamérica. Dentro de este proyecto se han llevado a cabo varias actividades iniciales. Con el CATIE y el Banco Mundial se llevó a cabo un análisis comparativo de la experiencia con proyectos agroforestales en Centroamérica y el Caribe, así como de las políticas que

influyen sobre el éxito de dichos proyectos. El IFPRI ha comenzado una colaboración con la Escuela Agrícola Panamericana (EAP) en Honduras para trabajar en investigación en políticas relacionadas con el manejo de los recursos naturales en áreas de laderas. Para trabajar en las laderas de Centroamérica, junto con la EAP, IFPRI ha recibido un pequeño financiamiento del Centro Internacional de Investigaciones sobre el Desarrollo (CIID). Con la Fundación Rockefeller ha logrado apoyo para financiar un investigador post-doctoral quien trabajará en el proyecto, con sede en Guatemala. Tiene pendiente otra solicitud de financiamiento para estas actividades en el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y próximamente entregará una propuesta de financiamiento a la Fundación Ford.

El 24 de junio de 1993 el IICA y el IFPRI firmaron un convenio general para establecer un marco institucional para la colaboración entre las dos instituciones. Co-auspiciaron con el Centro Internacional de Investigación Forestal (CIFOR) un seminario sobre investigación en políticas forestales y agroforestales en América Latina. También, han coordinado algunas actividades de forma conjunta con el CIAT y el CATIE, y el IFPRI espera integrarse formalmente al Grupo Inter-institucional de Trabajo CIAT-CATIE-IICA, a finales de este año.

2. **Objetivos**

Los objetivos principales del proyecto IICA-IFPRI son:

1. Facilitar la investigación sobre las políticas y aspectos institucionales que influyen sobre el uso de los recursos naturales en las laderas de Centroamérica.
2. Promover la diseminación de las conclusiones de las investigaciones en políticas y aspectos institucionales entre las distintas instituciones, tanto públicas como privadas, del sector agropecuario y otros sectores afines de América Central.
3. Apoyar la capacitación de personal de las instituciones del sector agropecuario y sectores afines en aspectos relacionados con políticas y gestión institucional.

3. **Acciones realizables con recursos actualmente disponibles**

En el corto plazo y con recursos actualmente disponibles en la operatividad de las dos entidades que sustenta sus actividades regulares sobre el tema, el IICA puede apoyar al IFPRI en:

1. Proveer apoyo logístico e institucional para los esfuerzos del IFPRI en Honduras y Guatemala. Esto incluye, pero no está limitado a, la incorporación del IFPRI como Personal Profesional Asociado del IICA, servicios administrativos y contables y, posiblemente, la prestación de algunas facilidades físicas (espacio de oficina, etc). (Ver anexo B, "Detalles administrativos, financieros e institucionales del acuerdo cooperativo IFPRI/IICA, Proyecto: Desarrollo Sostenible de la Agricultura en las Laderas de Centroamérica")
2. Definir la ubicación de los sitios donde se va a realizar la investigación y apoyar los aspectos conceptuales y metodológicos de los mismos.
3. Realizar un taller sobre "Metodología de análisis de aspectos institucionales que influyen sobre el manejo de los recursos naturales a nivel local", a llevarse a cabo en Washington D.C. en el primer trimestre de 1994.

4. Colaborar en la recopilación y revisión de documentación sobre la historia, las políticas y los esfuerzos de desarrollo relacionados con las laderas de Centroamérica.
5. Apoyar al IFPRI en hacer conocer los resultados de las investigaciones entre los encargados de la política agropecuaria en Centroamérica.

4. Acciones conjuntas posibles bajo el marco de un proyecto conjunto futuro

- a. En el proyecto de "Desarrollo Institucional para el Desarrollo Sostenible de la Producción Agropecuaria en las Laderas de Centroamérica" que el IICA ha sometido al Gobierno de los países Bajos por financiamiento se contempla realizar:

- ◆ tres seminarios relacionados con las políticas que influyen sobre la erosión y la deforestación en Centroamérica.
- ◆ seis talleres nacionales en El Salvador y Honduras para discutir experiencias relacionadas al desarrollo sostenible de la agricultura, y
- ◆ eventos nacionales y locales de capacitación

Muchos de estos eventos contemplan la realización previa de investigaciones y estudios para ser presentados en los eventos. Si el proyecto se aprueba, se anticipa que en la mayoría de estos estudios y eventos habría una colaboración cercana con el IFPRI.

- b. IFPRI tiene planeado desarrollar un programa para fortalecer la capacidad regional de análisis de políticas. Ese programa apoyaría cursos de maestría en análisis de políticas de recursos naturales, capacitación para investigadores en políticas, centros de información y documentación y una red de investigadores que trabajan en estudios de políticas.

5. Mecanismos institucionales para operacionalizar el proyecto

Dentro del IICA, la unidad responsable para coordinar la implementación de este proyecto y darle seguimiento a la colaboración con el IFPRI relacionado al manejo de recursos naturales es el Programa de Generación y Transferencia de Tecnología. En el IFPRI, la unidad responsable será el proyecto de "Políticas para el Desarrollo Sostenible en Areas Frágiles" de la División de Ambiente y Tecnología de Producción.

Las oficinas del IICA en Guatemala y Honduras se encargarán de todas las actividades relacionadas con el apoyo logístico y administrativo contemplados en este proyecto. Para dicho propósito se firmarán acuerdos específicos entre el IFPRI y cada una de esas oficinas.

Todas las investigaciones y estudios realizados de forma conjunta entre el IICA y el IFPRI dentro del marco de este proyecto serán publicados con responsabilidad conjunta de las dos instituciones (más la de cualquier otra institución que tiene una participación activa en dichos estudios).

Anexo B

Detalles Administrativos, Financieros e Institucionales del Acuerdo Cooperativo IFPRI/IICA

Proyecto Desarrollo Sostenible de la Agricultura en las Laderas de Centroamérica

ARTICULO PRIMERO: Propósito del Anexo

La presente Carta de Entendimiento establece las bases generales para el apoyo administrativo que el IICA brindará al IFPRI en Guatemala y Honduras y el que eventualmente pueda el IFPRI presentarle al IICA. Este Anexo establece las bases operativas del acuerdo en materia de administración, finanzas y relaciones inter-institucionales. En consecuencia este Anexo tiene los siguientes objetivos específicos:

- a. Definir las actividades administrativas y financieras en las cuales el IICA brindará apoyo al IFPRI para sus proyectos de investigación en Guatemala y en Honduras.
- b. Establecer los mecanismos mediante los cuales el IICA podría representar los intereses del IFPRI en Guatemala y Honduras.
- c. Definir las bases para manejar las relaciones entre ambos organismos y las personas que los representarán en las distintas actividades administrativas, así como los costos operacionales.
- d. Definir los mecanismos de información administrativas y financiera que deben establecerse entre ambas instituciones.

ARTICULO SEGUNDO: Actividades de Apoyo

Esta Carta de Entendimiento se refiere a las actividades administrativas, de contratación de personal local y financieras de las actividades del IFPRI en Guatemala y Honduras, para las cuales el IFPRI requiere del apoyo físico del IICA en estos países. Por lo tanto no modifica, adiciona o cambia el Convenio General que existe entre el IICA y el IFPRI ni tampoco el convenio específico para acciones conjuntas en Guatemala y Honduras, salvo en lo relativo al apoyo administrativo que en esta carta se acuerda.

El IICA brindará al IFPRI el apoyo y la asesoría necesaria para orientar sus actuaciones administrativas, a fin de que se ejecuten dentro del marco de las reglamentaciones legales y procedimientos que rijan en Guatemala y Honduras.

Dentro de este contexto general a continuación se establecen las áreas y mecanismos de apoyo específico.

A. AREA ADMINISTRATIVA

AI. CONTRATACION DEL PERSONAL LOCAL

A solicitud del IFPRI, IICA contratará las personas que localmente requiera para sus actividades en Guatemala y Honduras.

La contratación de estas personas se hará conforme a los sistemas administrativos de contratación y esquemas de beneficios del IICA. Dicho personal entrará directamente a formar parte de su planta de personal localmente contratado, de acuerdo con el escalafón de cargos del IICA y sus sistemas de salarios y beneficios.

En los contratos que se realicen con estas personas se mencionará que el responsable directo de la coordinación y supervisión será el jefe del programa respectivo del IFPRI y que deberá cumplir las instrucciones y órdenes que esta persona les imparta.

Conforme a los procedimientos que el IICA tenga establecidos, el responsable del programa respectivo del IFPRI realizará la selección definitiva del personal y podrá solicitar su cambio o retiro cuando exista motivo, a juicio del IFPRI y de acuerdo a las leyes laborales de Guatemala y Honduras.

A continuación se define un esquema básico para la contratación de personal local:

1. Cuando el IFPRI requiera la contratación de personal local, se hará una solicitud de contratación a través de alguno de los jefes de programa en Guatemala o Honduras, en la cual se indicará entre otras cosas, lo siguiente:
 - a. Calidades de la persona requerida en cuanto a estudios, experiencia y habilidades especiales.
 - b. Tiempo de duración del contrato requerido.
 - c. Sede de trabajo.
 - d. Condiciones especiales de contratación.

Con base en esta información el IICA posicionará su escalafón el cargo requerido, e indicará al IFPRI su nivel salarial y beneficios.

2. Con base en la información suministrada, el IICA procederá a efectuar el reclutamiento de los candidatos para ocupar esa posición y presentará al responsable del correspondiente programa en IFPRI tres candidatos que reúnan las condiciones requeridas a quienes se les aplicará las pruebas de aptitudes y conocimientos propias al sistema de selección del IICA, cumpliendo además los requerimientos para el cargo exigidos por IFPRI.
3. Con base en las entrevistas personales que indique el representante del IFPRI se tomará la decisión para seleccionar la persona y el IICA procederá a su nombramiento administrativo y consecuentemente quedarán adscritos al Convenio IICA/IFPRI.

4. El IICA informará por escrito al IFPRI las condiciones finales de contratación con indicación del salario acordado y los costos anuales totales de carácter laboral originados en la contratación.
5. Una vez contratada la persona, el Jefe del Programa del IFPRI realizará una inducción con el fin de proporcionar a la persona contratada conocimientos sobre las actividades del IFPRI, del tipo de organización, las relaciones del IFPRI y el IICA, que permita una fácil integración con el equipo de trabajo y con las instituciones.

Los aumentos de salario del personal, originados en determinaciones gubernamentales, serán oportunamente informados al IFPRI a fin de efectuar las apropiaciones presupuestales necesarias. Las promociones o los aumentos de salario efectuados por la aplicación de la política del IICA serán informados oportunamente al IFPRI a través de su representante en Guatemala y Honduras.

El IFPRI podrá, de acuerdo con su política de evaluación anual de desempeño, dar directamente bonificaciones a los trabajadores contratados para sus programas. Si desea que estas bonificaciones se conviertan en incrementos salariales, deberá solicitarlo al IICA y sólo se podrán efectuar si no distorsionan su escala de salarios.

El IICA incorporará dentro de su póliza de seguros médicos para el trabajador y su familia al personal contratado para el IFPRI.

A2. ADQUISICION DE VEHICULOS

El IICA ofrecerá al IFPRI su apoyo para la adquisición localmente o a través de importaciones, de vehículos, equipos o maquinaria requerida por el IFPRI para sus actividades de investigación. Estos vehículos o maquinaria serán registrados a nombre del IICA (Convenio IICA-IFPRI) conforme a los reglamentos que existen en ese país y a los privilegios concedidos al IICA.

Según las reglas vigentes en Guatemala y Honduras, el IFPRI podrá solicitar al IICA la reposición de estos vehículos y maquinaria transcurriendo el tiempo de uso indicado en las regulaciones mencionadas, para lo cual el IICA facilitará su venta localmente al mejor postor. Al venderse dichos bienes, los valores obtenidos quedarán a disposición del IFPRI.

A3. COMPRAS MAYORES

A solicitud del IFPRI, el IICA podrá prestar asesoría al IFPRI para la adquisición de bienes o equipos localmente en aquellos casos en que se considera conveniente un concurso de proponentes o cotizaciones para determinar las mejores condiciones de adquisición. Estas compras se efectuarán mediante el procedimiento administrativo establecido en el IICA.

A4. CONTRATACION DE SERVICIOS

Cuando el IFPRI requiera servicios especializados de personas o entidades en Guatemala o Honduras y sea conveniente garantizar el cumplimiento de los compromisos adquiridos por quienes han de prestar estos servicios, podrá IFPRI solicitar al IICA la contratación de ellos y/o asesoría correspondiente.

A5. IMPORTACIONES

El IICA importará a su nombre aquellos equipos y maquinaria que el IFPRI requiera para sus actividades de investigación o administrativas en Guatemala y Honduras cuya adquisición resulte más favorable en el exterior, bien por razones técnicas o por costos de adquisición. Para estas importaciones el IICA ofrecerá al IFPRI las mismas facilidades y privilegios que el Gobierno de Guatemala y Honduras le conceden para sus importaciones.

A6. SEGUROS

El IICA asesorará al IFPRI para la contratación de las pólizas de seguros que cubran los riesgos de las personas, maquinaria, equipos, sus responsabilidades contractuales o extra contractuales. Estas pólizas serán adquiridas a nombre del IICA en las condiciones de cubrimiento indicadas por el IFPRI.

Cualquier otro pago diferente de los indicados en este capítulo A podrá ser realizado por el IICA, previa autorización del Contralor o el respectivo Jefe de Programa del IFPRI en Guatemala y Honduras.

A7. APOYO FISICO Y SECRETARIAL

El IICA proveerá soporte administrativo secretarial, y un espacio de trabajo al representante del IFPRI en sus oficinas de Honduras y Guatemala. El soporte administrativo consistirá en acceso a los servicios (facsímil, correo, teléfono, fotocopiadora, planificación de viaje) disponibles en las oficinas del IICA en Guatemala y Honduras. El apoyo secretarial consistirá en una porción (para determinarse) de tiempo de una secretaria. El espacio de trabajo consistirá en un escritorio, teléfono, archivo, biblioteca al uso exclusivo del representante del IFPRI. Los costos asociados con las actividades del IFPRI (comunicaciones, fotocopias, tiempo secretarial, útiles varios) se cobrarán directamente por el IICA a partir de un fondo diseñado a este fin por el IFPRI, y administrado por el IICA en las oficina de cada país.

B. AREA FINANCIERA

- B1. El IICA y el IFPRI de común acuerdo, formularán un programa operativo anual cuya propuesta se presentará en octubre del año anterior. En ella se indicará separadamente el presupuesto de operación en Guatemala y en Honduras.
- B2. El IFPRI cubrirá los costos directos que se deriven del pago de salarios, viajes, compra de equipo, suministros, contratación de servicios, o cualquier otro autorizado por el personal internacional del IFPRI en Guatemala y Honduras o directamente por los directivos del IFPRI en Washington. Para compensar al IICA el soporte administrativo motivo de esta Carta de Entendimiento; de común acuerdo el IFPRI y el IICA convienen una tasa de administración la cual se fija a un 12% del presupuesto manejado para la adquisición de bienes y servicios en Guatemala y Honduras. El IICA no cobrará la tasa de administración sobre los ingresos por venta de vehículos, activos, reclamos de seguros u otros que obtenga el IFPRI. Igual tasa pagará IICA al IFPRI cuando utilice sus servicios.

- B3. Por cada uno de sus programas en Guatemala y Honduras, el IFPRI adelantará al IICA fondos equivalentes al costo promedio estimado de dos meses de operaciones ordinarias. El IICA podrá solicitar aumentos temporales para cubrir negociaciones extraordinarias tales como la compra de vehículos u otros equipos y los pagos de prestaciones legales a los empleados del IFPRI.
- B4. Mensualmente el IICA enviará al jefe de programa del IFPRI, acreditado ante el IICA, la siguiente información: (1) un estado de cuenta; (2) un listado de gastos especificando el valor en la moneda local de cada pago, la tasa de cambio efectivamente utilizada por el IICA al momento de efectuar cada pago, el equivalente en dólares y la tasa de administración que paga el IFPRI al IICA; (3) copia de todos los comprobantes incluyendo un listado detallado de nóminas indicando los salarios y beneficios efectivamente pagados a cada empleado y los aportes laborales que por ley le corresponde pagar al IFPRI.
- B5. El IFPRI a través de cada jefe de programa cancelará las cuentas presentadas por el IICA a más tardar ~~10~~³⁰ días después de su recibo.
- B6. Cuando se contrate personal el IICA indicará las reservas prestacionales que el IFPRI deberá realizar. El IICA relacionará en las cuentas que presenta al IFPRI, únicamente los pagos efectivamente realizados, las reservas prestacionales las hará el IFPRI.
- B7. A solicitud del IFPRI, el IICA podrá abrir y manejar cuentas corrientes bancarias, de inversión, o de ahorros en moneda local, conforme a los procedimientos contables y financieros que indique el IICA.

C. ACTIVIDADES DE REPRESENTACION DEL IFPRI

Además de la representación directa que el IICA efectuará del IFPRI en las actividades indicadas para el área administrativa y financiera, en determinadas circunstancias será necesario que los intereses del IFPRI sean debidamente representados en Guatemala y Honduras para diferentes actuaciones, tales como contratación con entidades nacionales, privadas o gubernamentales, para la prestación de servicios, obtención de facilidades o el reconocimiento de exenciones.

En estos casos se evaluará por parte de los representantes del IICA y del IFPRI los alcances de la actuación, se acordarán los mecanismos más adecuados para efectuar la representación del IFPRI y se concretarán, mediante cruce de cartas en las cuales se defina el tipo de representación, las responsabilidades que se asume, y la contribución o compensación económica del IFPRI al IICA a que pudiera dar lugar la representación.

D. REVISION DE CUENTAS

Las cuentas mensuales enviadas al IFPRI serán objetivo de revisiones periódicas por parte de la Auditoria del IFPRI. El IFPRI podrá requerir documentos originales soporte de las transacciones facturadas, cuando lo considere necesario.

ARTICULO TERCERO: Manejo de Relaciones

Con el fin de facilitar las comunicaciones y para una adecuada representación de las actividades colaborativas que se convienen, el IFPRI nombrará un representante autorizado en Guatemala y Honduras, quien tendrá a su cargo la responsabilidad de coordinar todas las relaciones entre los jefes de programas del IFPRI y los funcionarios del IICA en Guatemala y Honduras; además, podrán establecerse contactos entre el Administrador Ejecutivo, el Contralor del IFPRI en Washington y los funcionarios del IICA en Guatemala y Honduras, con el fin de coordinar las actividades de apoyo de ambas instituciones.

ARTICULO CUARTO: Manejo de Información

El soporte del IICA al IFPRI requerirá información permanente sobre costos, recursos y novedades presentadas en las distintas áreas, por lo cual, además de la comunicación directa que se efectuará entre los funcionarios del IICA y el representante del IFPRI en Guatemala y Honduras, las dos instituciones tendrán información continua permanente que permita conocer tanto los aspectos financieros y administrativos como los recursos involucrados.

Anexo C

Presupuesto Aproximado del IFPRI Proyecto "A"

1. El Proyecto "A" del IFPRI, bajo el programa conjunto IICA-IFPRI, ha sido financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), por dos años. Se inicia en enero de 1994 y continúa hasta noviembre de 1995.
2. Las condiciones para apoyo financiero y administrativo de IICA para este proyecto seguirán las guías establecidas en la Carta de Entendimiento y Anexo B entre el IICA y el IFPRI para el desarrollo de actividades conjuntas sobre desarrollo sostenible de la agricultura en las laderas centroamericanas.
3. Una parte de los fondos para el proyecto "A" serán desembolsados en Honduras, y la otra parte en Guatemala.

3a. Los fondos para el desembolso en Honduras se estiman en US\$185,000, distribuidos como sigue:

Sueldo y beneficios nacionales:	\$70,000
Beneficio de Alojamiento, etc. para investigador internacional	20,000
Viajes internacionales y per diem	10,000
Talleres	25,000
Apoyo general (equipo, libros, mapas, materiales de investigación, comunicaciones, fotocopias, provisiones de oficinas, apoyo secretarial, viajes locales)	30,000
Publicaciones	6,000
Evaluación del proyecto	4,000
Imprevistos	20,000
Costos Administrativos y Técnicos Indirectos	22,200

3b. Los fondos para desembolsar en Guatemala se estiman en \$35,000, distribuidos como sigue:

Beneficio de alojamiento, etc., para investigador internacional	\$18,000
---	----------

Sueldos y beneficios nacionales (Investigador asociado; ayudantes de investigación; consultores)	5,000
Viajes internacionales y viáticos	3,000
Apoyo general (equipo, libros, mapas materiales de investigación, comunicaciones, fotocopias, provisiones de oficinas, apoyo secretarial, viajes locales)	5,000
Imprevistos	4,000
Costos Administrativos y Técnicos Indirectos	4,200

4. Los reportes financieros del IICA al IFPRI para este proyecto requieren estar desagregados en las categorías aprobadas por el BID.
5. La responsable del IFPRI para aprobar los gastos bajo este proyecto es la Dra. Sara Scherr (Washington, D.C.). Su representante autorizado a aprobar gastos en Guatemala y Honduras es el Dr. Gilles Bergeron (Guatemala).

